

EDERSON NASCIMENTO

**ESPAÇO E DESIGUALDADES: MAPEAMENTO E ANÁLISE DA DINÂMICA DE
EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR)**

PONTA GROSSA

2008

EDERSON NASCIMENTO

**ESPAÇO E DESIGUALDADES: MAPEAMENTO E ANÁLISE DA DINÂMICA DE
EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

PONTA GROSSA

2008

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

N244e Nascimento, Ederson
Espaço e desigualdades : mapeamento e análise da dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR). / Ederson Nascimento. Ponta Grossa, 2008.
173f.
Dissertação (Mestrado em Gestão do Território),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

1. Mapeamento. 2. Espaço urbano. 3. Exclusão/inclusão social. 4. Medidas socioespaciais. 4. Ponta Grossa. I. Matias, Lindon Fonseca. II.T.

CDD: 309.262

TERMO DE APROVAÇÃO

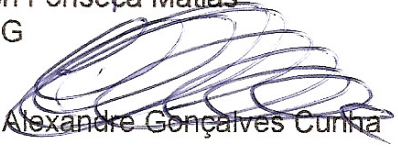
EDERSON DO NASCIMENTO

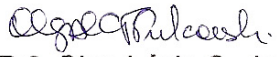
**"ESPAÇO E DESIGUALDADES: MAPEAMENTO E ANÁLISE DA DINÂMICA DE
EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR)"**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias
Unicamp/UEPG


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG


Profª. Drª. Olga Lúcia C. de F. Firkowski
UFPR

Ponta Grossa, 03 de março de 2008

À Luana:

Menina doce e de fibra,
Irmã de sangue e coração!

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias, pela sabedoria, atenção, competência e exemplar dedicação com que conduziu a orientação desta pesquisa. Sua participação como um interlocutor qualificado e seguro, possibilitou a constante troca de idéias e reflexões que foram de inestimável valia para o desenvolvimento desta investigação, bem como para minha formação pessoal de pesquisador.

A meus pais, José e Janete, pelo carinho e pelo apoio sempre desmedidos. Mesmo geograficamente distantes nos últimos meses, eles estiveram sempre junto comigo nesta caminhada.

À minha namorada Patrícia, companheira e amiga de todas as horas, que com sua compreensão e incansável dedicação, foi meu verdadeiro “braço direito” na elaboração deste trabalho, participando ativamente de praticamente todos os momentos do mesmo.

Aos professores Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha e Dr^a. Lúcia Cortes da Costa, pela participação na banca do exame de qualificação, momento no qual fizeram importantes contribuições para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos e companheiros da turma de mestrado: Marcelo e Vagner, pela reflexão conjunta promovida através de nossas frutíferas discussões, e sobretudo pela força que sempre me deram.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, sabendo ou não, produziram comigo este trabalho.

E também àqueles que simplesmente torceram por mim.

Muito obrigado!

*“a realidade é uma categoria sujeita à
dúvida e destinada à transformação”*

Ernest Bloch

RESUMO

Esta pesquisa buscou contribuir para o conhecimento do processo de estruturação socioespacial desigual da cidade de Ponta Grossa (PR), por meio da elaboração de um mapa da exclusão/inclusão social. Objetivou-se analisar as condições de vida nas diferentes localidades do espaço urbano, caracterizando-as a partir do perfil socioeconômico da população habitante e de suas condições de moradia, à luz de quatro importantes dimensões do processo de exclusão/inclusão social: autonomia de renda, desenvolvimento humano, eqüidade e qualidade domiciliar. A metodologia empregada resume-se nas seguintes etapas: levantamento e revisão da bibliografia; construção de um sistema de indicadores de exclusão/inclusão social, com dados, agregados por setores censitários, sobre: renda e escolaridade dos chefes de família, estímulo à educação infanto-juvenil, longevidade, presença de mulheres chefes de família com escolaridade insuficiente, disponibilidade de infra-estrutura básica e sanitária, índice de propriedade jurídica dos domicílios e, existência de moradias improvisadas e em áreas faveladas, e ainda; realização de entrevistas com o fito de validar e (quando foi o caso) atualizar os resultados apontados pelo *mapa*, bem como de levantar informações qualitativas a respeito dos principais fatores que levam à ocupação das localizações urbanas pelas camadas sociais, e sobre as condições de vida em diferentes áreas da cidade. Os resultados da pesquisa revelam um espaço urbano amplamente segregado socioespacialmente, fragmentado em áreas que abrigam populações com graus bastante diversos de inclusão ou de exclusão social. Constatou-se, em primeiro lugar, a existência de uma estreita correlação entre os indicadores positivos referentes às características da população moradora (notadamente os níveis de renda e de escolaridade) e os índices de qualidade domiciliar. Observou-se também que a espacialização da exclusão/inclusão social se organiza na forma de setores, com os padrões sociais declinando das áreas centrais – onde se concentram populações socialmente incluídas e que podem usufruir das melhores condições de vida – em direção à periferia da cidade, na qual a exclusão em relação aos elementos básicos para que se possa ter uma vida adequada apresenta-se como um traço marcante. Tais aspectos, em suma, evidenciam a desigualdade social presente no âmbito do processo de (re)produção do espaço urbano em Ponta Grossa, bem como, conseqüentemente, a forte disparidade no que tange à qualidade de vida de sua população.

Palavras-chave: Mapeamento. Espaço urbano. Exclusão/inclusão social. Medidas socioespaciais. Ponta Grossa.

ASBTRACT

This research tried to give a contribution to the knowledge of the relation on the process of unequal socio-spatial structuring in the city of Ponta Grossa, State of Paraná, through the production of a social exclusion/inclusion map. The main purpose was to analyze the life conditions into different places of the urban space by characterizing them starting from the population inhabitant's socioeconomic profile and their home conditions in four important dimensions of the process of social exclusion/inclusion: income autonomy, human development, equity and house quality. The used methodology was summarized into the following stages: rising and revision of the bibliography; construction of a system of social exclusion/inclusion indicators with data, joined by census sections regarding the income and the educational level of family heads, infanto-juvenile education incentive, longevity, presence of women family heads with insufficient education, readiness of basic and sanitary infrastructure, percentile of juridical property of the houses and the existence of improvised homes and slum dwellers areas; and the elaboration of interviews in which aimed to validate and (when it was the case) to update the results shown by the *map*, as well as the obtaining of qualitative information about the main factors that motivate the occupation of the urban locations for the social classes, and about the life conditions on different areas of the city. The results of the research revealed an urban space characterized by an extreme socioeconomic segregation, fragmented into areas that concentrate populations with different degrees of inclusion or social exclusion. On the first place, it was verified that there is a very close correlation among the positive indicators regarding the population resident's characteristics (especially the levels of income and education) and the indexes of house quality. It was also observed that the space distribution of the social exclusion/inclusion is organized in sections, with the social patterns refusing the central areas – where there is the concentration of populations socially included and they enjoy better life conditions – towards the periphery of the city, places that the exclusion, in relation to the basic elements for a quality of life, is an outstanding characteristic. In short, these aspects evidence the existence of a social inequality in the extent of the process of (re)production of the urban space in Ponta Grossa, as well as, consequently, the hard disparity in relation to the quality of life of the population.

Keywords: Mapping. Urban space. Social exclusion/inclusion. Socio-spatial measures. Ponta Grossa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Participação percentual dos setores de atividades em relação ao total de empregos formais no município de Ponta Grossa, de 1940 a 2001.....	52
Figura 2	- Unidades habitacionais construídas por Companhias de Habitação Popular em Ponta Grossa, de 1967 a 1999.....	79
Figura 3	- Fórmulas utilizadas para o cálculo dos índices de exclusão e inclusão social.....	107
Figura 4	- Exemplos de conversão de dados percentuais para a escala de representação da exclusão/inclusão.....	108
Figura 5	- Exemplos de cálculo dos índices compostos de exclusão/inclusão social.....	108
Figura 6	- Número de setores censitários segundo níveis de exclusão/inclusão social, em 2000.....	123
Figura 7	- Distribuição percentual da população dos bairros, conforme o nível de exclusão/inclusão social (2000).....	130
Figura 8	- Vista externa dos Condomínios Horizontais Colina dos Frades e Green Park, situados respectivamente nas vilas Colônia Dona Luiza e Catarina Miró.....	134
Figura 9	- Área residencial de média-alta inclusão social, na vila Jardim Carvalho..	135
Figura 10	- Área residencial de alta inclusão social, na vila Jardim América.....	135
Figura 11	- Área residencial de média-baixa inclusão social, na vila Nova Rússia.....	139
Figura 12	- Área residencial de baixa inclusão social, na vila Ana Rita (Uvaranas)....	139
Figura 13	- Vistas de duas áreas em situação de baixa exclusão social: vila Pinheiro (Olarias) e vila Oficinas Taques (Oficinas).....	141
Figura 14	- Vistas de duas áreas em situação de média-baixa exclusão social: Núcleo Nossa Senhora das Graças (Boa Vista) e vila Francelina (Uvaranas).....	142
Figura 15	- Vistas de duas áreas em situação de média-alta exclusão social: vila Congonhas (Chapada) e Vila Coronel Cláudio (Uvaranas).....	146
Figura 16	- Vista parcial de duas favelas em situação de média-alta exclusão social: vila Bonsucesso (Chapada) e Parque Nossa Senhora das Graças (Boa Vista).....	147

Figura 17	Vista parcial de duas áreas faveladas em situação de alta exclusão social: vila Hilgemberg (Nova Rússia) e vila Senador Flávio Carvalho Guimarães (Boa Vista).....	148
-----------	--	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	- Localização do município e da área urbana de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.....	43
Mapa 2	- Hipsometria e rede de drenagem da área urbana de Ponta Grossa.....	58
Mapa 3	- Tipo de ocupação da terra na área urbanizada de Ponta Grossa, em 1960.....	63
Mapa 4	- Tipo de ocupação da terra na área urbanizada de Ponta Grossa, em 1980.....	65
Mapa 5	- Tipo de ocupação da terra na área urbanizada de Ponta Grossa, em 2004.....	67
Mapa 6	- Densidade demográfica urbana de Ponta Grossa, em 1960.....	69
Mapa 7	- Densidade demográfica urbana de Ponta Grossa, em 1980.....	71
Mapa 8	- Densidade demográfica urbana de Ponta Grossa, em 2000.....	72
Mapa 9	- Localização das favelas na área urbana de Ponta Grossa (2006).....	85
Mapa 10	- Condições de vida na cidade de Ponta Grossa, conforme a oferta de infraestrutura (2006).....	99
Mapa 11	- Índices de exclusão/inclusão de autonomia de renda na cidade de Ponta Grossa (2000).....	115
Mapa 12	- Índices de exclusão/inclusão de desenvolvimento humano na cidade de Ponta Grossa (2000).....	116
Mapa 13	- Índices de exclusão/inclusão de qualidade domiciliar na cidade de Ponta Grossa (2000).....	119
Mapa 14	- Índices de exclusão/inclusão de equidade na cidade de Ponta Grossa (2000).....	120
Mapa 15	- Índices de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (2000).....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População urbana, rural e total, em número absoluto e percentual, para o município de Ponta Grossa, no período de 1870 a 1920.....	47
Tabela 2 - População urbana, rural e total, em número absoluto, crescimento relativo e taxa de urbanização para o município de Ponta Grossa, no período de 1920 a 2000.....	49
Tabela 3 - Área dos perímetros urbanos e crescimento relativo em Ponta Grossa, de 1940 a 2000.....	61
Tabela 4 - Participação percentual dos principais tipos de ocupação da terra na área urbanizada de Ponta Grossa, nos anos de 1960, 1980 e 2004.....	62
Tabela 5 - Evolução da população favelada em Ponta Grossa no período de 1960 a 2006.....	83
Tabela 6 - Distribuição absoluta e percentual da população urbana por nível de exclusão/inclusão social, em 2000.....	124
Tabela 7 - População total e em situação de exclusão e inclusão social – em números absoluto e em percentual – por bairros, na área urbana de Ponta Grossa (2000).....	126
Tabela 8 - Distribuição da população em situação de inclusão social – em números absoluto e percentual – nos bairros, segundo os diferentes níveis de inclusão (2000).....	127
Tabela 9 - Distribuição da população em situação de exclusão social – em números absoluto e percentual – nos bairros, segundo os diferentes níveis de exclusão (2000).....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Variáveis, indicadores compostos e índices utilizados na elaboração do mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Ponta Grossa.....	106
Quadro 2	- Classificação dos níveis de exclusão/inclusão.....	112
Quadro 3	- Características pessoais dos moradores entrevistados, local de residência e índice de exclusão/inclusão social correspondente.....	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
 CAPÍTULO 1 - O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS..	21
1.1 EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: MARCO CONCEITUAL E PRINCIPAIS CONDICIONANTES.....	22
1.2 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL.....	29
1.2.1 A (re)produção desigual do espaço urbano.....	31
1.2.2 Segregação socioespacial: uma dimensão fundamental do processo de exclusão/inclusão social.....	36
 CAPÍTULO 2 - PONTA GROSSA: A EVOLUÇÃO DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO.....	42
2.1 PONTA GROSSA: DO ADVENTO DA URBANIZAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL.....	44
2.2 EXPANSÃO URBANA E ESTRUTURA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA: UM ESPAÇO SEGREGADO.....	56
2.2.1 A expansão horizontal e a dinâmica de ocupação do espaço urbano.....	56
2.2.2 A distribuição espacial da população e as áreas de inclusão e exclusão social.....	68
 CAPÍTULO 3 - A MENSURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO ESPAÇO URBANO: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DE PONTA GROSSA.....	88
3.1 MEDIDAS SOCIOESPACIAIS: PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES E OBSTÁCULOS À SUA UTILIZAÇÃO.....	89
3.2 UMA CIDADE “MAL CONHECIDA”: AS LIMITAÇÕES DAS MEDIDAS SOCIOESPACIAIS EXISTENTES PARA PONTA GROSSA.....	93
 CAPÍTULO 4 - AS MEDIDAS DAS DESIGUALDADES: O MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA.....	101
4.1 INSTRUMENTOS E ETAPAS DA PRODUÇÃO DO MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL.....	102
4.2 AS MEDIDAS DAS DESIGUALDADES: ANÁLISE ESTATÍSTICA E ESPACIAL DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA.....	111
4.2.1 A exclusão/inclusão social: suas dimensões e sua espacialização.....	112

4.2.2 A população urbana e os graus de exclusão/inclusão social.....	122
4.3 O MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL EM PONTA GROSSA: ANÁLISE QUALITATIVA.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICE A – Roteiro utilizado para as entrevistas com moradores em condições de inclusão social.....	160
APÊNDICE B – Roteiro utilizado para as entrevistas com moradores em condições de exclusão social.....	162
APÊNDICE C – População em domicílios particulares permanentes, e índices de exclusão/inclusão social e componentes, segundo setores censitários e bairros urbanos.....	165

INTRODUÇÃO

A pesquisa é uma empreitada que só pode florescer em um ambiente de anarquia e de questionamento permanente da autoridade.

Paul Feyerabend

O foco principal desta investigação é a desigualdade socioespacial. As disparidades na distribuição dos frutos da riqueza gerada no processo geral de produção da sociedade capitalista, as quais resultam em diferentes possibilidades de apropriação, organização e usufruto do espaço e dos bens e serviços produzidos pelo trabalho social em uma determinada localidade.

Esta dessemelhança ocasiona um desequilíbrio, por vezes bastante grave, entre as condições de vida dos indivíduos, dando origem a segmentos sociais excluídos do acesso às principais fontes de renda e de importantes meios de desenvolvimento das capacidades humanas, como a educação, bem como de condições básicas de moradia e de vida, ao mesmo tempo em que algumas outras parcelas da população conseguem concentrar para si o usufruto de tais benefícios. Isto configura, portanto, um processo social de desigualdade no qual a exclusão e a inclusão sociais se fundem dialeticamente, de modo que o entendimento ampliado de uma das situações sociais implica em considerar, também de maneira aprofundada, a outra.

O cenário de desigualdade ao qual se está referindo tem na cidade capitalista um de seus principais *locus* de ocorrência. O processo de produção e reprodução do espaço urbano envolve, antes de qualquer coisa, uma sociedade fragmentada e hierarquizada, estratificada em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Por isto, uma cidade é um local onde diversas pessoas se organizam, interagem, constituem alianças e entram em conflito na defesa de interesses os mais diversos, que venham assegurar a

apropriação e o controle do espaço para dele fazer o uso mais adequado a seus propósitos, seja este destinado a viabilizar a reprodução do capital, ou – o que mais nos interessa nesta investigação – para a constituição da moradia.

Neste sentido, a desigualdade engendrada no processo de produção capitalista, decorrente do papel ocupado pelos indivíduos na divisão social do trabalho, materializa-se no espaço urbano na forma de áreas que propiciam uma melhor ou pior qualidade de vida, ao mesmo tempo em que tendem a favorecer ou a restringir a busca por condições de vida mais satisfatórias.

A cidade de Ponta Grossa, no Paraná, não foge à realidade em geral encontrada na maior parte das áreas urbanas de grande e médio porte no Brasil, no que concerne às suas diferenças socioespaciais. Com pouco mais de 266.500 habitantes conforme o censo demográfico de 2000, esta é um importante centro da rede urbana dos Campos Gerais do Paraná, com destacada atividade econômica no contexto regional.¹ Por outro lado, a cidade apresenta grandes disparidades em relação às condições de vida da população, muitas delas visíveis através de uma simples observação da paisagem, a qual aparece segmentada em áreas residenciais segregadas que retratam os graus de inclusão ou de exclusão socioeconômica de seus moradores, bem como a intervenção diferencial da administração municipal no direcionamento de investimentos públicos e no ordenamento do espaço.

Não obstante esta situação, nota-se a existência de um certo desconhecimento desta dinâmica de desigualdades. Faltam investigações acadêmicas, especialmente de caráter geográfico, que enfoquem a exclusão/inclusão social na cidade de modo abrangente, abordando-a à luz de dimensões diversas e, principalmente, comparando as manifestações do fenômeno nas diferentes porções do espaço urbano. Há, é verdade, alguns trabalhos que

¹ A esse respeito, ver a investigação do INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) et al. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. Este trabalho apresenta, entre outras análises, uma caracterização da rede urbana formada pelos municípios componentes da mesorregião Centro-oriental Paranaense, onde a cidade de Ponta Grossa aparece como principal centro urbano e pólo econômico.

clarificam determinados elementos concernentes às condições de vida e à estruturação do espaço, mas que não possibilitam uma visão mais ampla da dinâmica de exclusão/inclusão social nas diferentes localidades da cidade, já que se preocupam sobretudo em examinar, com maior grau de aprofundamento, um aspecto específico da realidade socioespacial.²

Mas o principal agravante desta situação de desconhecimento é seguramente a escassez de indicadores sociais intra-urbanos. Acompanhando uma tendência verificada em quase todo o restante do tecido urbano no país, a cidade de Ponta Grossa é conhecida apenas genericamente pelos indicadores oficiais (como, por exemplo, o índice de desenvolvimento humano municipal – IDH-M), afinal os mesmos, via de regra, fornecem somente uma única medida para o município como um todo. Organizadas nesta unidade espacial de análise ampla, tais estatísticas inviabilizam uma apreciação mais abalizada da cidade, pois as mesmas ocultam as suas diferenças socioespaciais internas e, por conseguinte, os diferenciais de qualidade de vida de seus habitantes.

Neste sentido, como bem observa Koga,

O processo de exclusão cada vez mais perverso e cada vez mais naturalizado na sociedade brasileira exige [...] a configuração de diferentes fatores para a sua compreensão [...]. Exige ir além do que os indicadores gerais têm afirmado estatisticamente; exige ir até o território de onde brotam tais indicadores.³

Assim, pretende-se com este trabalho fornecer uma contribuição para preencher a referida lacuna existente no conhecimento sobre as características socioespaciais de Ponta Grossa, com a realização do mapeamento e análise da dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade. Para tanto, foi construído um sistema de indicadores sociais de exclusão/inclusão – o qual doravante será chamado de *mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Ponta*

² Dentre estes estudos, os mais importantes são mencionados no decorrer desta dissertação (especialmente no capítulo 2) e listados nas referências.

³ KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003. p. 74.

Grossa, ou simplesmente de *mapa* – a partir de variáveis agregadas por setores censitários urbanos, que visa caracterizar e classificar as diferentes localidades⁴ do espaço urbano à luz de quatro grandes dimensões do processo de exclusão/inclusão social: autonomia de renda, desenvolvimento humano, qualidade domiciliar e equidade. A metodologia utilizada na construção deste sistema de indicadores se fundamenta na elaboração de uma escala de notas que, ao abranger todas as áreas e setores populacionais do espaço urbano, possibilita medir as condições de vida nos mesmos com base no afastamento de uma condição tida como básica para que haja inclusão social e, ao mesmo tempo, hierarquizá-los no contexto geral da cidade, permitindo visualizar o grau de discrepância entre a qualidade de vida dos moradores conforme o local em que se está.

Longe de apreender toda a complexidade da dinâmica social de desigualdades, objetiva-se com este *mapa* possibilitar uma visão geral das condições de vida em Ponta Grossa no que tange ao perfil socioeconômico e aos padrões de habitabilidade, porém examinando-as internamente à cidade, buscando compreendê-las em suas diferenças e em suas inter-relações.

O trabalho está organizado na seguinte estrutura. No capítulo 1 é realizada uma reflexão acerca das principais concepções teóricas e perspectivas de investigação do processo de exclusão/inclusão social, bem como sobre a origem e a manifestação deste fenômeno no espaço citadino. No capítulo seguinte, faz-se uma análise das principais bases histórico-geográficas que deram conformação ao espaço urbano de Ponta Grossa, enfocando, num primeiro momento, a origem e a evolução da cidade, e examinando posteriormente o processo de expansão horizontal da área urbana e sua fragmentação em localidades caracteristicamente de inclusão e de exclusão social.

⁴ O termo *localidade*, nesta investigação, diz respeito a qualquer parcela do espaço urbano distinguível das demais por suas características socioespaciais. Pode se referir a vilas, conjuntos residenciais ou simplesmente a setores censitários.

A partir do capítulo 3, ingressa-se na discussão dos sistemas de indicadores sociais como instrumento de análise das diferenças socioespaciais intra-urbanas. Nesta parte do texto efetua-se primeiramente uma discussão da natureza e das principais funcionalidades das medidas socioespaciais para o diagnóstico das condições de vida numa determinada localidade, bem como dos principais obstáculos que podem comprometer a sua utilização e, em seguida, faz-se uma apreciação crítica das medidas socioespaciais existentes para Ponta Grossa.

No capítulo 4 são abordados o processo de elaboração do *mapa da exclusão/inclusão social* e o perfil da dinâmica de desigualdades socioespaciais em Ponta Grossa indicado pelo mesmo. Primeiramente, são apresentados os princípios teóricos e os passos metodológicos empregados na construção do sistema de indicadores e, num segundo instante, discute-se os dados sobre a exclusão/inclusão social nas diferentes localidades do espaço urbano. E na seção final do capítulo, a partir de depoimentos obtidos em campo por meio de entrevistas, é feita uma análise de aspectos qualitativos acerca das opções de escolha de locais de moradia e das condições de vida em tais localidades, visando validar os resultados apontados pelo *mapa* e, principalmente, entender o processo de estruturação do espaço a partir da segregação.

Encerrando a investigação, em seguida as considerações finais apresentam, sempre de maneira inconclusiva, as impressões gerais sobre a temática da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano de Ponta Grossa.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

A sociedade e o modo de produção que a define dissociam e separam seus elementos, mantendo-os numa unidade imposta e superposta à separação. É a forma “trinitária” (terra, capital, trabalho). O modo de produção capitalista impõe uma unidade repressiva (estática) a uma separação (segregação) generalizada dos grupos, das funções, dos lugares. E isto no espaço dito urbano.

Henri Lefebvre

O espaço geográfico só pode ser corretamente apreendido e interpretado a partir das características da sociedade e de suas frações, mas esta também deve ser analisada à luz da organização do primeiro.⁵ Partindo deste princípio dialético, neste primeiro capítulo busca-se analisar as relações existentes entre os processos de produção e reprodução desigual do espaço na cidade, e de surgimento e consolidação da exclusão e da inclusão social.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira realiza-se uma abordagem introdutória sobre o controverso entendimento da dinâmica de exclusão/inclusão social, apresentando as mais importantes concepções teóricas e perspectivas de análise do fenômeno, além dos principais fatores desencadeantes do mesmo. Na seção seguinte, é feita uma reflexão sobre a espacialidade da exclusão/inclusão social no espaço urbano e sua produção no âmbito da própria (re)produção do espaço na cidade.

⁵ SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Ver especialmente o capítulo 3.

1.1 EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: MARCO CONCEITUAL E PRINCIPAIS CONDICIONANTES

Refletir sobre a noção de *exclusão social* remete ao exame de um conceito que, embora esteja amplamente difundido tanto nos estudos das ciências sociais e humanas como em discursos políticos, ainda se encontra eivado de várias indefinições, carecendo de uma delimitação teórica mais clara. De um lado, tais imprecisões se devem à própria complexidade desse processo social, que permite diversas interpretações de acordo com a filiação teórica de cada pesquisador ou agente social. Resulta também, de outro, de seu próprio caráter “instável”, mutável no tempo e variável conforme o espaço em que ocorre, de modo que antes de qualquer coisa, qualquer estudo sobre a exclusão social, como afirma Belfiore-Wanderley, “deve ser contextualizado no *espaço e tempo* ao qual o fenômeno se refere”.⁶

Nesta primeira seção realizar-se-á uma apreciação crítica das concepções teóricas mais relevantes em relação à dinâmica de exclusão (e inclusão) social, visando melhor delimitá-la conceitualmente, bem como, a partir disso, consolidar um substrato teórico-conceitual que possibilite a análise do referido fenômeno no contexto do espaço urbano.

Um primeiro aporte pode ser realizado examinando-se diferentes entendimentos sobre a abrangência temática da “exclusão social” e suas relações com a “pobreza”.⁷ Analisando as concepções de diversos autores da literatura anglo-saxônica, Guimarães et al.⁸ observam, por exemplo, que nesta a questão da exclusão social aparece estreitamente vinculada à noção de distribuição de recursos, apresentando assim uma acepção mais reducionista do fenômeno. Ainda que essas concepções de exclusão social admitam a

⁶ BELFIORE-WANDERLEY, M. Refletindo sobre a noção de exclusão. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 55, p. 74-83, 1997. p. 76.

⁷ A pobreza aqui é entendida “como uma situação relativa, que deve [...] ser relacionada com a medida absoluta de um *mínimo*. [...] Pobres são os desprovidos da satisfação daquilo que se considera suas necessidades básicas”, conforme acepção de SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 61.

⁸ GUIMARÃES, A. et al. A propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002. **Anais...** João Pessoa, AGB, 2002. CD-ROM.

multidimensionalidade e a dinamicidade inerentes a tal processo, elas ainda o entendem como produto da pobreza.

Diferentemente dessa perspectiva, em outros países como a França, a exclusão social é vista como um fenômeno mais abrangente do que a pobreza, pois aquela envolveria elementos étnicos e culturais como o preconceito e a estigmatização de minorias, que vão além de questões vinculadas a fatores de ordem estritamente econômica. A acepção de Xiberras⁹ ilustra bem este outro entendimento. A autora argumenta que a exclusão social, além de remeter à submissão de um indivíduo ou grupo social à insuficiência de renda e oportunidades, também está associada à ocorrência de processos de diferenciação social vinculados a valores e representações sociais que definem o que é considerado positivo ou negativo em uma dada sociedade. Assim, a título de exemplo, cabe pensar no caso de certas populações negras (ou afro-descendentes), as quais são excluídas não pelo fato de que ser da “raça” negra é *absolutamente* um fator negativo, uma condição que deva ser superada para que haja inclusão, e sim porque aquelas são vítimas de concepções e práticas sociais discriminatórias constituídas no transcorrer da história.

Pode-se observar, portanto, que o conceito de exclusão social busca apreender as dimensões socioeconômico-política e psicossocial da desigualdade social, pois como apontam Guimarães *et al.*¹⁰, o mesmo abre um leque, de um lado, ao entendimento dos “processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que [...] perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores”, e de outro – e concomitantemente – à análise “das novas feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetivas”.

Esse entendimento mais amplo da dinâmica das desigualdades, cuja expressão se busca com o conceito de exclusão social, resulta, em última análise, da piora das condições de

⁹ XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

¹⁰ GUIMARÃES et al., op. cit.

vida ocorrida em escala mundial nas últimas décadas. Como observa Haesbaert, a reorganização da produção capitalista no globo e a reestruturação do mercado de trabalho ocorridas na esteira da economia globalizada fizeram com que os processos de exclusão se alastrassem pelo mundo como um todo no final do século XX, “não poupando nem mesmo os países centrais e seus principais núcleos econômicos”.¹¹ A diminuição paulatina da demanda por força de trabalho verificada a partir da década de 1970, motivada, entre outros fatores, pela incorporação de inovações científico-tecnológicas, aliada à adoção de novos modelos de produção baseados na terceirização de serviços e na subcontratação de trabalhadores, contribuíram para a ampliação das desigualdades sociais em diversos países, tanto por meio da “exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como [com] a consolidação de um ponderável exército de reserva”.¹² Este último tem tido ainda suas condições agravadas, já que a duração do tempo de desemprego tem se prolongado, minimizando a proporção de desempregados auxiliados pelo seguro-desemprego e aumentando a quantidade de pessoas atingidas pela *exclusão social*, pois suas vidas pessoais entram em crise. A contrapartida disso, por outro lado, atua no sentido de aprofundar a *desigualdade social*, através da concentração da renda a favor dos diretores ou trabalhadores estáveis do núcleo primário das grandes empresas, dos investidores e especuladores.¹³

É justamente por esta razão que se poder afirmar, em concordância com Dupas, que de uma maneira mais geral, as alterações ocorridas na produção capitalista

invadem também a esfera individual ao modificar valores e padrões há muito sedimentados, estando aí uma das principais raízes do sentimento de insegurança que começa a se generalizar e que está subjacente à preocupação com a exclusão social, fortemente ligado às mudanças [...] no mercado de trabalho.¹⁴

¹¹ HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 319.

¹² SINGER, op. cit., p. 29.

¹³ Ibid., p. 30.

¹⁴ DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Paz e terra, 2001. p. 16.

Em suma, a tomada de consciência sobre o processo de exclusão/inclusão social, e por consequência o debate sobre suas causas e consequências, ganharam força em vista do alcance cada vez mais globalizado da dinâmica das desigualdades e privações sociais, as quais desestabilizaram inclusive segmentos sociais com níveis de renda e de qualificação profissional mais elevados, precarizando assim as condições de vida de uma parcela crescente da população. Por sua vez, no mundo “subdesenvolvido” não se pode situar a origem da exclusão social nas referidas transformações do capitalismo do último fim de século. Como nos explica Lavinias, as raízes da exclusão em sociedades como a latino-americana e mais particularmente a brasileira, estão situadas no próprio

modelo de acumulação, em todas as suas fases e não apenas por força da flexibilização e globalização dos mercados. Esse é o padrão da desigualdade extrema, entendida como exclusão de um contingente expressivo da classe trabalhadora, a quem é negada cidadania econômica e social.¹⁵

Em vista disso, o estudo sobre a exclusão social na periferia do capitalismo global, da qual seguramente o Brasil faz parte, tem se voltado muito mais para o entendimento das dimensões objetivas da desigualdade e da pobreza em suas feições contemporâneas.¹⁶ Diversamente das nações mais ricas, nos países (semi)periféricos a pobreza sempre ocupou posição central na definição da exclusão social, pois a ampla maioria de suas populações socialmente excluídas é constituída por gente privada das principais fontes de renda, tendo assim limitado o acesso de parte de seus habitantes aos bens e serviços essenciais a uma boa qualidade de vida. E mais do que isso, nestes países a pobreza pode ainda excluir suas vítimas de outras redes sociais, desencadeando e/ou aprofundando outros tipos de exclusão, como esclarece Singer a seguir:

¹⁵ LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002. p. 43.

¹⁶ GUIMARÃES et al., op. cit.

a exclusão social pode ser vista como uma soma de várias exclusões, habitualmente muito inter-relacionadas. Aqueles que foram expulsos do mercado de trabalho formal, ou do mercado da residência formal (em contraste com o informal, formado por cortiços e favelas), ou da escola, ficam em desvantagem na competição por novas oportunidades, tornando-se candidatos prováveis a novas exclusões.¹⁷

Com base nessa perspectiva, pode-se dizer, em conformidade com Spósito *et al*, que na realidade brasileira – pelo menos no plano mais imediato – as “situações de exclusão (seja pessoal/individual, seja familiar) são decorrentes da superposição de carências de diferentes naturezas, tais como baixa escolaridade, desemprego, condições precárias de moradia e outras”.¹⁸

Em que pesem as imprecisões apresentadas em relação ao entendimento e ao uso da noção de exclusão social, é importante ter em conta que ela apresenta vantagens para a realização de análises de sociedades predominantemente urbanas e amplamente desiguais como a brasileira. Na acepção de Guimarães *et al*, para análises socioespaciais urbanas, o conceito de exclusão social “tem a capacidade de jogar luz sobre as facetas múltiplas das situações de desigualdade, vulnerabilidade e risco – a dimensão econômica, a social, a política e a intersubjetiva ou simbólica – geradas pela pobreza urbana”.¹⁹ Tal característica favorece a análise da dinâmica das desigualdades de modo mais abrangente, concebendo-as a partir de diferentes dimensões.

Apesar disso, para alguns autores²⁰ é fundamental atentar para o risco de interpretar esta idéia de “exclusão” em sentido estrito, sob pena de se invalidar o conceito. Martins esclarece que tal equívoco ofusca a interpretação dialética das desigualdades sociais, “transformando” os processos de exclusão em “coisas”, esquecendo-se de que ninguém está

¹⁷ SINGER, *op. cit.*, p. 62.

¹⁸ SPÓSITO, E. S. *et al.* **Sistema de informação para tomada de decisão municipal**. Presidente Prudente: FCT-UNESP, Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2000. p. 18.

¹⁹ GUIMARÃES *et al.*, *op. cit.*

²⁰ Veja-se, por exemplo, os textos de CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BERFIORE-WANDERLEY, M. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997. p. 15-48; e MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

estritamente excluído na sociedade capitalista, e sim, de certo modo, incluído, participando da reprodução social capitalista, por vezes de modo perverso e socialmente “indecente”, ora contribuindo com ela, ora lutando contra a mesma. Nas palavras do autor:

rigorosamente falando, *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes*; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo [...] sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, *não se dão fora* dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas [...] *fazem parte deles* ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam.²¹

Todo mundo está, de uma maneira ou de outra, inserido no circuito reprodutivo das atividades econômicas engendradas pelo modo de produção capitalista, e esta inserção, para a maioria da humanidade, se dá através de insuficiências e de privações que se desdobram para além da dimensão econômica.²² Este é um princípio estrutural e necessário da sociedade capitalista.²³

Com base nessas reflexões, tem sido cada vez mais aceito, com certo grau de consenso, que os processos sociais que estão na origem do que se entende por exclusão social resultam, na verdade, de *dialéticas de exclusão/inclusão social*, pois não existe exclusão em sentido absoluto, e sim *graus de exclusão ou de inclusão em relação a um referencial*, uma situação socialmente considerada básica ou necessária para a cidadania.²⁴

²¹ Ibid., p. 14.

²² SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 8.

²³ Martins explica este princípio, justificando que “O capitalismo na verdade desenraíza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a *inclusão*. *A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir*, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica”. MARTINS, op. cit., p. 32.

²⁴ O termo *exclusão/inclusão social*, bastante utilizado neste estudo, é tomado de empréstimo da assistente social Aldaíza Sposati, para quem “O entendimento ampliado da exclusão social implica no entendimento também ampliado da inclusão”. Delineadas “a exclusão e a inclusão, impõe-se obter referências sobre os padrões de existência que a sociedade considera como básicos e indispensáveis em seu atual estágio de desenvolvimento”. SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996. p. 12.

Nesse sentido, ao se falar de *exclusão social*, embora se esteja remetendo aos processos de privação e precarização das condições de vida, aí está sempre implícita a *inclusão social*, pois essa precarização ou privação será sempre *relativa*, tendo uma determinada condição social mínima desejável como referencial.²⁵ Mais do que isso, a sociedade não só comporta, como se “alimenta” de um movimento constante, instável e contraditório de exclusão e (re)inclusão, conforme as necessidades da acumulação e da manutenção da ordem social capitalista.²⁶

Em resumo, pode-se concluir que a exclusão social é um processo complexo e multifacetado, configurado a partir da conjugação de dimensões materiais, políticas e subjetivas, envolvendo o indivíduo e suas relações com a sociedade. É um processo dialético, que só existe conjuntamente e em relação à inclusão, podendo, portanto, ser entendido como exclusão/inclusão social. E como bem afirma Sawaia, “não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema”.²⁷

Este processo de exclusão/inclusão social, complexo e multidimensional, vinculado diretamente ao processo geral de produção capitalista e de apropriação e distribuição dos frutos do trabalho social, apresenta-se de maneira bastante concreta no espaço urbano, na forma de localizações em condições sociais predominantemente de exclusão ou de inclusão. Nas cidades, outras condicionantes relacionadas aos modos de ocupação e utilização do espaço e à distribuição dos bens e serviços urbanos, imbricam-se à questão “estrutural” da disparidade de renda, vinculando a exclusão/inclusão social ao processo geral de (re)produção do espaço urbano. Isso será objeto de análise a partir da seção a seguir.

²⁵ Doravante, para fins de organização do texto, serão utilizadas as expressões *exclusão social* para remeter aos processos e situações de privação e/ou carência, e *exclusão/inclusão social* para se referir ao processo social de um modo mais geral, embora tal separação não exista na realidade.

²⁶ MARTINS, op. cit., p. 20.

²⁷ SAWAIA, op. cit., p. 9.

1.2 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

A questão da exclusão social no Brasil está acima de tudo enraizada na própria constituição do tecido social no país. Características estruturais dessa sociedade, como seu passado colonial e escravocrata, seu sistema político pautado em relações patrimonialistas e autoritárias, a profunda concentração de propriedade e de renda, além do padrão subordinado e dependente de inserção do país na economia internacional, historicamente determinaram a origem e a reprodução continuada de modalidades diversas de desigualdade, pobreza e exclusão.²⁸ A estes fatores, acresce-se a ausência, no país, de mecanismos estatais mais eficazes de promoção de bem-estar social, que poderiam atenuar a desigualdade e a pobreza.

Entretanto, de um modo geral, no interior das cidades a exclusão de diversos grupos sociais – traço marcante da (re)produção do espaço na atualidade – é em grande parte reflexo do processo de “urbanização dependente” ocorrido no país, através do qual, na estruturação socioespacial do urbano, “as contradições emergem de modo mais gritante, e a acumulação da riqueza [...] caminha *pari passu* com a miséria”.²⁹

Durante as décadas de 1960 e 1970, o país passou por períodos de crescimento econômico significativo, com a expansão de seu setor industrial. Contudo, este dinamismo da economia contrastava com uma redução paulatina do poder aquisitivo das massas e à medida que a modernização dos setores produtivos dependia de grandes importações, sobretudo de inovações tecnológicas, a economia do país se via obrigada a se voltar mais e mais para o

²⁸ MERCADANTE, A. **Uma economia de justiça e solidariedade**: propostas alternativas para o combate à pobreza e à desigualdade social. Brasília, set. 1999. Documento citado por ESTENSSORO, L. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. 2003, 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 169.

²⁹ CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 32.

mercado externo, e os investimentos eram direcionados aos setores com maiores possibilidades de exportação.³⁰

A agricultura, especialmente no sul e no sudeste do país, foi uma das atividades econômicas que mais sofreu transformações no esforço para ampliar as exportações nacionais. A modernização de diversas áreas agrícolas ocorrida a partir dos anos 1960, muitas das quais produtoras de culturas tradicionais e empregadoras de vasta mão-de-obra, alterou a pauta dos produtos e encareceu os custos de produção, inviabilizando a atividade agrícola para os pequenos produtores. Com isto, a estrutura fundiária arcaica e concentrada existente se tornou ainda mais seletiva, repelindo vastos contingentes de populações pobres das áreas rurais em direção aos centros urbanos de grande e (mais recentemente) médio porte. A estes grupos populacionais, a cidade se apresentava como uma das poucas, senão a única possibilidade de obter melhores condições de vida.³¹

A chegada desses novos grupos populacionais, de um lado, tornou mais complexa a estrutura socioespacial e o processo de (re)produção do espaço nessas cidades de porte mais elevado e, de outro, contribuiu para a ampliação da pobreza e da exclusão social nestes centros urbanos. Isto ocorreu, em primeiro lugar, devido ao descompasso entre a demanda e a oferta de empregos, já que tanto o setor industrial emergente como o terciário formal, não criaram um número de postos de trabalho suficiente para solver as enormes massas de trabalhadores pouco qualificados que vagavam nas cidades mais industrializadas.³² A condição precária de vida derivada da exclusão do mercado de trabalho formal freqüentemente era exacerbada, em maior ou menor intensidade, por fatores de natureza intra-

³⁰ SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 51.

³¹ SILVEIRA, M. L. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In: ALBUQUERQUE, E. S. de. (Org.). **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2006. p. 151.

³² SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 10.

urbana, tais como a ação especulativa das elites e setores do capital, que limitam o acesso à terra e à moradia, bem como por intervenções do poder público municipal.

O Brasil ingressou no século XXI com aproximadamente 170 milhões de habitantes, dos quais 81,3% residindo em áreas urbanas³³, e a maior parcela dessa população, excluída das principais fontes de renda, tem sido obrigada a viver igualmente excluída de serviços básicos, indispensáveis a uma qualidade de vida decente. E mesmo nas cidades consideradas – *em média* – com condições de vida satisfatórias, podem ser encontrados “subespaços” com precariedades múltiplas inter-relacionadas, resultantes da dinâmica excludente da sociedade brasileira, que no espaço urbano se cristalizam nas formas espaciais e se reproduzem.

As reflexões apresentadas nos itens que seguem constituem-se numa tentativa de articular um conjunto de idéias e conceitos que possibilitam compreender o processo de (re)produção espacial nas cidades brasileiras de grande e médio porte, entendido à luz da “urbanização dependente” ocorrida no país, e a conseqüente segregação do espaço urbano em áreas de “exclusão” e de “inclusão” social.

1.2.1 A (re)produção desigual do espaço urbano

O espaço é produto das relações sociais engendradas historicamente e, ao mesmo tempo, apresenta-se como condicionante fundamental para a reprodução de tais relações. Através do processo de produção, tomado em sentido amplo, são criadas condições que possibilitam a sua reprodução espacial, bem como das diferentes classes sociais e suas

³³ De acordo com o censo demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, no referido ano a população brasileira era de 169.799.170 habitantes, dos quais 81,25% (137.953.959) residia em áreas urbanas. Para 2007, a Contagem da População divulgada recentemente estima que a população total do país seja de aproximadamente 183.987.291 habitantes. Contudo, não foi publicada, pelo menos até o momento da conclusão da presente pesquisa, uma estimativa sobre a razão rural-urbana dessa população. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000**: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 15 dez. 2006; Id. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

frações.³⁴ Por esta via, os objetos produzidos pelo trabalho social possibilitam que as atividades realizadas por ele perpassem no tempo, ao mesmo tempo que contribuem para a reprodução do próprio grupo social, ligado a tal lógica produtiva.³⁵

Como assevera Souza, o espaço se coloca como uma importante condicionante das atividades sociais à medida que a estrutura espacial presente não permite que se faça qualquer coisa naquele local, assim como “uma estrutura produzida por determinadas relações sociais para atender a determinados interesses pode não se prestar a satisfazer adequadamente outros propósitos”. Além do mais, continua o autor, “a produção do espaço de uma determinada maneira exclui outras possíveis alternativas, algumas até em caráter permanente”.³⁶

Assim, como integrante da totalidade do espaço, a organização espacial da cidade consiste na acumulação de trabalho social ao longo do tempo, produzido por sucessivas gerações no âmbito das mais diversas atividades realizadas pelos estratos da sociedade urbana. E uma vez produzidas, a organização espacial e as formas fixadas pelo homem regulam as próprias possibilidades de reprodução da cidade ao influenciar as condições de produção e as relações de produção.

Este processo de produção e reprodução social do espaço urbano deve ser entendido a partir da complexidade das relações sociais existentes entre os grupos e as classes sociais da cidade, as quais têm como princípios a busca pela satisfação de necessidades e interesses, assim como a manutenção de privilégios e a preservação de valores. A cidade capitalista, no dizer de Lefebvre, “concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres”, em suma, “tudo o que faz com que uma sociedade seja uma

³⁴ “...o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei a totalidade, dispõe de uma certa autonomia...”. SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 145.

³⁵ CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998. p. 74-75.

³⁶ SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 99.

sociedade”.³⁷ A concentração de pessoas na forma de força de trabalho e de consumidores, aliada à concentração dos meios de produção, permite que as forças produtivas alcancem um elevado grau de desenvolvimento, acelerando assim a realização da mais-valia e a reprodução do capital. Contudo, como salienta Souza, “uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham”. Mais do que isto, é também

um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.³⁸

Portanto pode-se caracterizar a cidade, em síntese, como um local onde o plano da produção capitalista de mercadorias se relaciona com o plano do lugar, da vivência humana em sua dimensão plena, e seu espaço é reflexo e condicionante das diversas estratégias engendradas pelos diferentes agentes sociais na criação e apropriação da riqueza (produção e comercialização de mercadorias), da reprodução da força de trabalho e do desenrolar da vida cotidiana como um todo (educação, compras, atividades culturais, ócio, lazer etc.).

Na conhecida análise de Corrêa³⁹ sobre os agentes e processos produtores do espaço urbano, o autor explica que em razão da disparidade de interesses presentes em tal processo, a estrutura espacial da cidade se constitui, antes de tudo, em um conjunto de fragmentos espaciais, cada qual com tipos específicos de uso da terra. As várias partes do espaço urbano (áreas industriais, centros de comércio e serviços, bairros residenciais etc.), mesmo que

³⁷ LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 49.

³⁸ SOUZA, op. cit., p. 28.

³⁹ CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

segregadas, mantêm relações com as demais parcelas da cidade, expressas sobretudo na forma de fluxos de mercadorias, de pessoas, de decisões e de ordens.⁴⁰

É especialmente importante ressaltar que “por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano [...] é profundamente desigual”⁴¹, e esta desigualdade se materializa, em última análise, nas diferentes possibilidades de se apropriar de uma parcela do espaço e poder usufruir daquilo que a cidade produz, o que por sua vez, retrata a concentração de poder e a desigual distribuição de renda e oportunidades presente na sociedade brasileira. As possibilidades de apropriação do espaço urbano estão associadas ao valor de cada um de seus fragmentos, os quais, por sua vez, dependem da dinâmica de produção de localizações intra-urbanas.

De acordo com Villaça, uma *localização* corresponde “às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais”.⁴² Consiste em uma situação relacional de um determinado fragmento espacial em comparação com os demais pontos do espaço urbano, cujas características são mais ou menos favoráveis à realização das atividades do dia-a-dia e ao usufruto dos bens e serviços necessários à vida cotidiana. Quanto melhor a situação locacional de determinada parcela da cidade, mais valorizada (e cara) a mesma tenderá a ser:

há dois valores a considerar no espaço urbano. O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infra-estruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração, dado pela *localização* dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta, assim, como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – o qual, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte.⁴³

⁴⁰ Ibid., p. 7.

⁴¹ Ibid., p. 8.

⁴² VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998. p. 24.

⁴³ Ibid., p. 334.

A localização aparece, portanto, como o principal atributo de determinada parcela do espaço urbano, dada em função da acessibilidade que a mesma pode ou não proporcionar, seja para a realização da produção enquanto força de trabalho, seja para o próprio consumo do espaço. Assim, serão decisivos para a definição do valor dos pontos do espaço urbano fatores como o acesso aos locais providos de serviços e equipamentos urbanos (escolas, centros de saúde, *shoppings*, locais de trabalho e de lazer, segurança etc.), a ocorrência de amenidades físicas (como áreas verdes, praias ou lagos), a proximidade a locais de *status* elevado, a infraestrutura disponível (água, esgoto, pavimentação, transporte público, entre outros) e, com menor importância, os fatores referentes à topografia, que influirão nas possibilidades e custos da construção.⁴⁴

Em síntese, as atividades realizadas pelos diversos segmentos da sociedade urbana ao longo do tempo projetam-se no espaço de maneira diferenciada, levando à produção de localizações mais ou menos vantajosas, seja para a realização das atividades produtivas e da acumulação do capital, seja para o usufruto dos bens e serviços produzidos na cidade. Em função disso, os diferentes grupos e classes sociais da cidade passam a disputar as áreas mais privilegiadas no contexto urbano, cuja localização favoreça o atendimento de suas necessidades e interesses. Mais valorizadas, tais áreas serão apropriadas, salvo eventuais exceções, pelas camadas de maior poder econômico e político da cidade e a utilização específica que as mesmas farão desses fragmentos espaciais tenderá dialeticamente a diferenciá-los ainda mais do restante das áreas da cidade.

A evolução deste processo desencadeia e aprofunda na cidade o surgimento de áreas fortemente segregadas socialmente, isto é, separa os indivíduos economicamente, “reproduzindo no espaço, via tendência a ‘arranjos espaciais específicos’ (bairros de diferentes estratos ou classes sociais, ‘condomínios exclusivos’, favelas etc.) a diferenciação

⁴⁴ CARLOS, op. cit., p. 48.

social”.⁴⁵ O espaço segregado da cidade atuará como um importante mecanismo de inclusão ou de exclusão social, já que as vantagens da cidade poderão ser acessadas em condições desiguais pelos habitantes da cidade. É por esta razão que se pode afirmar que o processo de exclusão/inclusão social apresenta uma espacialidade bastante concreta na cidade, e sua manifestação se dá sobretudo por meio da *segregação socioespacial* através da qual o espaço urbano é (re)produzido. As contribuições desta dinâmica segregacional para a ocorrência do processo de exclusão/inclusão social no cenário urbano, serão objeto de análise mais detalhada a seguir.

1.2.2 Segregação socioespacial: uma dimensão fundamental do processo de exclusão/inclusão social

Como já se discutiu anteriormente, o processo de exclusão/inclusão social remete a uma dinâmica de desigualdades onde o grau de “inclusão” ou de “exclusão” deriva da oferta ou da privação de condições fundamentais para que se possa ter uma vida de qualidade satisfatória. As reflexões apresentadas neste item visam sobretudo mostrar que esta disparidade em relação às condições de vida se concretiza na cidade através de uma estrutura espacial socialmente segregada, e é por meio desta – e somente desta – estrutura desigual, que as desigualdades de renda e oportunidades – em outros termos, as situações de exclusão e inclusão social – se perpetuam na realidade urbana.

A segregação socioespacial pode ser entendida, em concordância com Castells, como uma “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”.⁴⁶ Na ótica de Villaça, consiste na “força

⁴⁵ O’NEILL, M. M. V. C. **Segregação residencial**: um estudo de caso. 1983, 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. p. 34.

⁴⁶ CASTELLS, M. **A questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 250.

mais poderosa [...] agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano”, cuja origem, como já foi dito, se encontra “na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído”.⁴⁷

Tal como ocorre em relação à exclusão social, o principal elemento que desencadeia a separação dos grupos e das classes sociais nas cidades brasileiras é a desigualdade socioeconômica de sua população. Portanto, nas palavras de Souza⁴⁸, “a segregação está”, antes de tudo, “entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder”.⁴⁹

Dentre os vários agentes que produzem a segregação, as camadas de alta renda constituem o segmento social mais atuante e decisivo. O elevado poderio econômico-político de que dispõem estas classes assegura-lhes, de um lado, maior facilidade para obter a posse de áreas já dotadas de melhor infra-estrutura e mais bem servidas de bens de consumo coletivo. De outro, confere àquelas camadas a possibilidade de atrair a instalação de benfeitorias desse tipo para os locais do espaço urbano onde elas se encontram⁵⁰, na medida em que conseguem influenciar decisivamente a incorporação imobiliária e a construção civil, controlar o mercado de terras e intervir junto à administração pública.⁵¹

Influenciado por segmentos das classes dominantes, o Estado também contribui de modo significativo para o desencadeamento da segregação das classes sociais e sua

⁴⁷ VILLAÇA, op. cit., p. 45.

⁴⁸ SOUZA, op. cit., p. 84.

⁴⁹ Cabe registrar que alguns outros fatores, especialmente os ligados às diferenças étnico-culturais, certamente podem ampliar a distância social entre grupos, mas aqueles dificilmente serão tão determinantes para a estruturação segregada do espaço urbano em países economicamente dependentes como o Brasil (onde a urbanização, como já se disse, ocorreu em paralelo à concentração da pobreza nas cidades), como o são as disparidades de renda e poder. Diversamente, explica Souza, em alguns países capitalistas avançados como os Estados Unidos, “a etnicidade possui um significado imenso enquanto um fator que, em si, e independentemente de outros fatores (como a renda), determina a segregação de certos grupos. Além do mais, os grupos segregados correspondem a *minorias*, basicamente a *minorias étnicas*”. Ibid., p. 68-69.

⁵⁰ VILLAÇA, op. cit., p. 315 e 320.

⁵¹ CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. op. cit., p. 64.

ratificação⁵², lançando mão de mecanismos que afetam os valores das diversas localizações, como a taxação diferenciada de imposto predial e territorial, que influem nos preços da terra e dos imóveis, além das políticas de zoneamento de uso do solo e da distribuição desigual dos investimentos públicos e suas consequências.⁵³

É evidente que ao se apropriar das áreas mais vantajosas, ou ao trazer melhorias às suas localizações, as classes dominantes, em especial as camadas de alta renda, amiúde alteram o valor do restante das localizações urbanas, condicionando as possibilidades de ocupação do espaço pelas demais classes. Portanto, como afirma O'Neill⁵⁴, a segregação das elites é voluntária, uma *auto-segregação*, ao passo que a segregação das demais classes é, em maior ou menor grau, uma *segregação imposta*.

O padrão espacial de segregação mais forte e visível nas médias e grandes cidades brasileiras sem dúvida é o do centro x periferia. “O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos”.⁵⁵ Todavia, este padrão centro-periferia comumente é quebrado por localizações que tendem a concentrar determinados segmentos sociais em pontos específicos do espaço urbano, mesmo contrariando a lógica geral de distribuição espacial das classes. São exemplos disso alguns conjuntos residenciais exclusivos das camadas mais abastadas, erguidos em áreas afastadas do centro urbano, e também certas favelas encravadas em terrenos mais centrais, porém ignorados pelo mercado imobiliário.

Seja como for, com a segregação, a estrutura espacial urbana atua como um mecanismo de exclusão ou de inclusão social, já que os meios para a sobrevivência, as

⁵² “O que há de permanente na cidade do capital é a luta pela apropriação do espaço urbano e a ação do Estado nada mais é do que a expressão das forças engajadas, voluntária ou involuntariamente, nesta luta...”, nos lembra ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 71.

⁵³ CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. op. cit., p. 26-27.

⁵⁴ O'NEILL, op. cit., p. 35-41 passim.

⁵⁵ VILLAÇA, op. cit., p. 143.

difficultades e as oportunidades variam conforme a localização onde se está, e as possibilidades de mudar para locais melhores geralmente são mínimas.⁵⁶ A segregação remete populações marcadas historicamente “pelo acúmulo de vantagens múltiplas, a *espaços includentes*” e, em contrapartida, “populações marcadas [...] pela persistência de desvantagens múltiplas, a *espaços excludentes*”.⁵⁷

Em maior ou menor grau, os ditos “espaços excludentes” apresentam uma ampla gama de carências e precariedades estreitamente relacionadas umas às outras. Na citação apresentada a seguir, Maricato sumariza as mais importantes dessas mazelas:

À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se [nos espaços excludentes] menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável.⁵⁸

Já foi destacado que o espaço é produzido a partir das relações estabelecidas no âmbito da sociedade, mas a organização dos objetos espaciais reage sobre tais relações, condicionando-as. Do mesmo modo, mais do que resultar das disparidades sociais, a estrutura segregada e excludente do espaço retroalimenta tais desigualdades, reproduzindo e ampliando a exclusão/inclusão social na cidade. Em primeiro lugar, porque a comum inexistência de

⁵⁶ A imobilidade espacial intra-urbana pode atuar como um fator marcante de empobrecimento e de exclusão social em cidades segregadas espacialmente. Em relação a este aspecto, Santos considera que “Há em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa onde mora, isto é, para mudar de bairro e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor”. SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. p. 85.

⁵⁷ GENOVEZ, P. C. **Território e desigualdades: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos – SP**. São José dos Campos. 2005, 220 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2002. p. 38. Os destaques foram introduzidos agora.

⁵⁸ MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003. p. 152.

bens e oportunidades nos espaços “excludentes” reduz as possibilidades de a própria população conquistar melhores níveis de vida, como deixa claro Rolnik nas linhas a seguir:

Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura ou lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena.⁵⁹

A segregação pode aprofundar as desigualdades também, segundo Souza, “ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos”.⁶⁰ Lembra este autor que nas áreas residenciais das populações mais empobrecidas, além da evidente carência de infra-estrutura e serviços, é comum “a estigmatização das pessoas em função do local de moradia (periferias, cortiços e, principalmente, favelas)”, provocando, não raro, graves “problemas de integração e de convivência entre grupos sociais diferentes e de auto-estima coletiva”.⁶¹

Finalmente, um outro efeito da segregação socioespacial para a reprodução da exclusão/inclusão social na cidade – e provavelmente o mais grave deles – é justamente a funcionalidade daquele processo ao modo de produção capitalista, pois através dela é viabilizada e mantida a dominação social exercida pelas elites dirigentes do sistema.⁶² A segregação viabiliza a reprodução da sociedade de classes e de suas frações, surgindo assim, como um instrumento fundamental para a manutenção do *status quo*:

⁵⁹ ROLNIK, R. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Serviço social e sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 53-61, nov. 2002, p. 54-55.

⁶⁰ SOUZA, op. cit., p. 84.

⁶¹ Ibid., p. 69.

⁶² Uma vez mais recorramos a Villaça: “... é necessária uma certa geografia, uma certa *configuração espacial* (a segregação) para viabilizar a dominação através do espaço. Sem essa configuração, talvez seriam impossíveis – ou extremamente difíceis – a dominação e a desigual apropriação dos frutos do trabalho dispendido na produção do espaço”. op. cit., p. 359.

A segregação [...] aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva. Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manter grupos sociais desempenhando papéis que lhe são destinados dentro da divisão social do trabalho, papéis que implicam em relações antagônicas de classe, papéis impostos pela classe dominante, não apenas no presente mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção.⁶³

Em suma, os processos de segregação e exclusão/inclusão social aparecem como “irmãos siameses”, mantendo uma estreita relação entre si no cotidiano urbano. Esta *espacialidade excludente* compromete o desenvolvimento socioespacial das cidades brasileiras ao lançar diversos grupos sociais, em maior ou menor grau, a condições de subumanidade. A cidade de Ponta Grossa também apresenta um espaço que se mostra socialmente segregado e excludente. As principais bases histórico-geográficas dessa configuração espacial é o que se procurará apresentar no próximo capítulo.

⁶³ CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. op. cit., p. 64.

CAPÍTULO 2

PONTA GROSSA: A EVOLUÇÃO DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO

O homem não vê o universo a partir do universo, o
homem vê o universo desde um lugar.

Milton Santos

O município de Ponta Grossa está localizada na mesorregião Centro-oriental do estado do Paraná, na região dos Campos Gerais do Paraná, e seu centro urbano situa-se a aproximadamente 118 quilômetros a noroeste de Curitiba (MAPA 1).

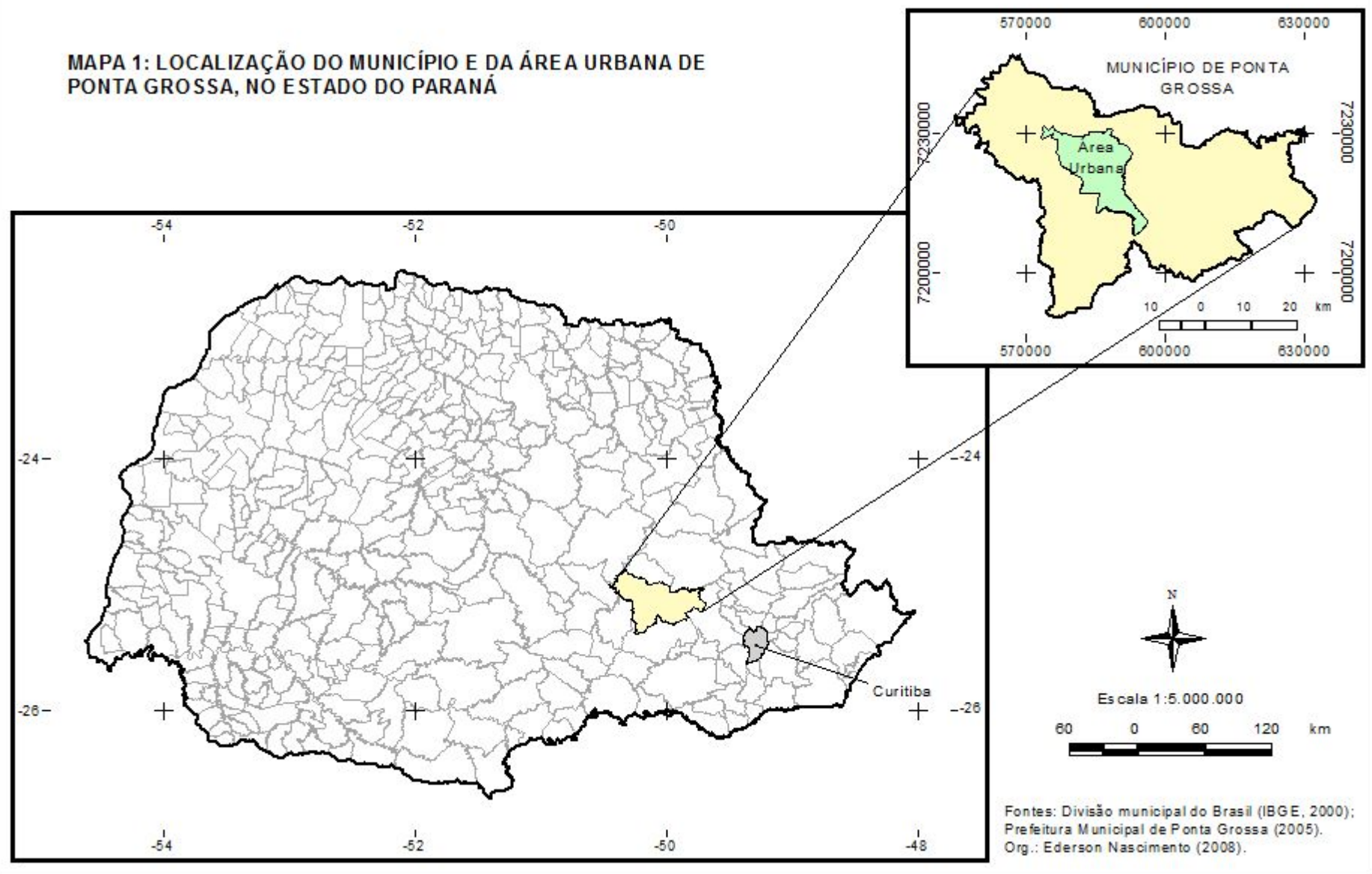
A evolução urbana de Ponta Grossa ocorreu em conformidade com sua trajetória econômica. De acordo com Santos⁶⁴, durante os séculos XVIII e XIX a população pontagrossense se encontrava, em sua maioria, nas áreas rurais do município, residindo em fazendas e colônias de imigrantes europeus. No século XX, porém, a evolução do processo de urbanização levou a maior parte de seus habitantes, já nas primeiras décadas daquele século, a se concentrar predominantemente na cidade. Desde então, a produção do espaço urbano local vem apresentando uma dinâmica bastante intensa, com transformações importantes em sua estrutura interna, nos modos de expansão urbana e de utilização dos fragmentos do espaço. Transformações estas que têm levado à configuração de um espaço cada vez mais desigual e segregado socialmente.

Como nos lembra Spósito, “Entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização [...], exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória”.⁶⁵ Em vista disso, neste capítulo realiza-se uma análise dos fatores mais importantes na evolução da configuração

⁶⁴ SANTOS, L. M. R. dos. **Transformação e valorização do espaço urbano do bairro Nova Rússia em Ponta Grossa – Paraná**. 2002, 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. p. 42.

⁶⁵ SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11.

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA ÁREA URBANA DE PONTA GROSSA, NO ESTADO DO PARANÁ



do espaço urbano ponta-grossense, elaborando, no primeiro item, uma análise histórica da origem e da evolução da cidade, e no seguinte, uma caracterização do processo de expansão horizontal da cidade e da fragmentação de seu espaço em áreas de inclusão e de exclusão social.

2.1 PONTA GROSSA: DO ADVENTO DA URBANIZAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

O início do povoamento de Ponta Grossa remonta ao princípio do século XVIII, quando o governo de Portugal fez a doação de sesmarias na região dos Campos Gerais – terras estas localizadas entre os rios Itararé (ao norte) e Iguaçu (ao sul) – a comerciantes interessados em utilizá-las para a criação de gado.⁶⁶ Mas a ocupação da região só se intensificou no final do século, impulsionada por sua integração econômica ao movimento do tropeirismo.

Naquele momento, a localização geográfica de Ponta Grossa favoreceu o comércio de muares entre o Rio Grande do Sul (Viamão) e São Paulo (Sorocaba). De acordo com Lavallo⁶⁷, o clima ameno e a vegetação típica do local, composta por gramíneas, favoreceram a fixação da atividade criatória na região, e sua localização ao longo da rota das tropas, oferecia boas condições para a expansão das trocas comerciais entre compradores e criadores de gado. Com isso, Ponta Grossa foi se transformando gradativamente em um centro polarizador de população, passando a atrair tanto pessoas que buscavam realizar investimentos de capital em propriedades, como populações desprovidas de recursos, que para aí se dirigiam à procura de trabalho.

⁶⁶ GONÇALVES, M. A. C.; PINTO, E. A. **Ponta Grossa - um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: UEPG, 1983. p. 15.

⁶⁷ LAVALLO, 1974, citada por LÖWEN, C. L. **Favelas: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – PR**. 1990, 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro, Rio Claro, 1990, p. 35.

No decorrer do século XIX o povoado foi crescendo e a economia local se desenvolvendo. Conforme Gonçalves e Pinto, tal dinâmica acarretou mudanças significativas na estrutura social e no perfil da economia local, verificando-se, sobretudo a partir de 1850, a concentração de antigos proprietários de terras no espaço urbano, buscando ali o estabelecimento de novas atividades, como indústrias e casas de comércio. Essas alterações socioeconômicas ocorridas em Ponta Grossa firmaram as bases para a concentração da população na cidade, em oposição às dispersões que ocorriam nas áreas rurais. Como afirmam as autoras acima citadas, na segunda metade do século XIX, “A economia gerada pela erva-mate, madeira, gado e outros produtos comercializados, juntamente com a presença de migrantes nacionais e estrangeiros, aceleram o desenvolvimento urbano”.⁶⁸

O crescimento da cidade viria a se ampliar nos últimos decênios do século XIX, paralelamente à decadência de atividades econômicas tradicionais no espaço rural do município. Chamma explica que com a abolição da escravatura em 1888, instaurou-se uma escassez de mão-de-obra na pecuária e na pequena agricultura, de modo que “o recurso dos Senhores dos Campos Gerais foi partir para outras atividades. A indústria foi a opção de momento. Beneficiamento de erva-mate e madeira, começam a surgir. A pecuária e a agricultura passaram para segundo plano”.⁶⁹ Além disso, segundo Löwen⁷⁰, a criação e a invernagem de gado declinam vertiginosamente em Ponta Grossa diante das alterações ocorridas no sistema de transporte. A expansão da malha ferroviária, primeiro em São Paulo e em seguida no Paraná, desvalorizava cada vez mais o muar como meio de transporte, ao mesmo tempo em que incentivava criadores e fazendeiros a investir nas promissoras atividades econômicas da cidade.

⁶⁸ GONÇALVES; PINTO, op. cit., p. 31.

⁶⁹ CHAMMA, G. V. F. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: PMPG/SMEC, 1988. p. 42.

⁷⁰ LÖWEN, op. cit., p. 35-36.

A integração de Ponta Grossa ao emergente sistema ferroviário contribuiu também para a urbanização do município ao influenciar a estrutura econômica da cidade e a própria dinâmica de ocupação e organização do espaço urbano. A extensão da Ferrovia do Paraná até Ponta Grossa, ocorrida em 1894, e a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, iniciada dois anos mais tarde, elevaram a cidade à posição de importante entroncamento ferroviário e de entreposto comercial, ligando-a com os grandes centros urbanos do país e criando o sustentáculo de seu desenvolvimento das décadas seguintes.

A chegada da ferrovia, no final do século XIX, resulta em uma dinamização dos rumos da cidade e traz uma nova dimensão social. A partir daí, o contato com os grandes centros políticos e culturais do país determina Ponta Grossa a modificar seu tradicional aspecto campestre e a ingressar num acelerado processo de modernização urbana, que se consolida na primeira metade do século XX.⁷¹

As ferrovias ajudaram a “aquecer” a economia pontagrossense ao permitir a ampliação das possibilidades de comércio dos produtos. De acordo com Ditzel e Chaves⁷², nessa época o setor secundário se amplia com a instalação, na cidade, de diversas olarias, engenhos de erva-mate, além de unidades de beneficiamento de madeira e de couro. O comércio, observa Paula, também se expandia, com o surgimento de inúmeras casas comerciais, “diversificando a oferta de bens como ferragens, tecidos, armarinhos secos e molhados, produtos farmacêuticos, etc.”⁷³

Em tal contexto, Ponta Grossa continua a atrair constantes fluxos populacionais para a sua área urbana, de modo que já no princípio do século XX o município apresentava a maior parcela de sua população residindo na cidade e trabalhando em atividades eminentemente

⁷¹ CHAVES, N. B. et al. **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 10.

⁷² DITZEL, C. de H. M.; CHAVES, N. B. **História da cidade**. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2005.

⁷³ PAULA, J. C. M. de. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa – PR**. 1993, 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro, Rio Claro, 1993. p. 69.

urbanas.⁷⁴ Os dados apresentados na Tabela 1 dão uma noção bastante clara da intensidade desse crescimento urbano. Em 1870, a população de Ponta Grossa era de 6.480 habitantes e a grande maioria desta (77%) ainda residia nas áreas rurais do município. A partir de então, contudo, verifica-se um crescimento contínuo e progressivo da população urbana, cuja participação percentual, de inexpressivos 23% em 1870, passa para 42,6% em 1900 e beira a casa dos 60% vinte anos mais tarde. Paula⁷⁵ salienta que esta elevada participação percentual da população citadina já no princípio do século XX, contrariava a tendência verificada em outras regiões do Estado, como os municípios do Norte ou do Oeste paranaense, que tiveram sua evolução fortemente vinculada à agricultura.

TABELA 1 - POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, PARA O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, NO PERÍODO DE 1870 A 1920

Ano	População urbana		População rural		População total	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
1870	1.490	23,0	4.990	77,0	6.480	100,0
1900	3.550	42,6	4.785	57,4	8.335	100,0
1920	12.035	59,7	8.136	40,3	20.171	100,0

Fonte: PAULA (1993)

Com o desenvolvimento econômico e o intenso fluxo de migrantes, já nas duas primeiras décadas do século XX foram instalados na cidade alguns elementos de infraestrutura, como redes de água e esgoto, linhas telefônicas e calçamento, além de outros benefícios como hospitais, associações beneficentes e atrações culturais como cinema e teatro. Tais características, como afirmam Gonçalves e Pinto, faziam de Ponta Grossa, no limiar da década de 1920, “a cidade mais próspera do interior paranaense, cujo futuro era vislumbrado

⁷⁴ Ibid., p. 86.

⁷⁵ PAULA, J. C. M. de. Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: DITZEL, C. de H. M.; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 55.

como grandemente promissor”.⁷⁶ Ademais, na medida em que prosseguia o fluxo migratório para a cidade, foi se dando mais e mais a consolidação de um estilo de vida urbano. “Os terrenos de moradia perderam as suas características rurais” e “as indústrias e a existência dos serviços urbanos estabeleceram uma divisão de trabalho entre residência e lugares de trabalho e consumo”.⁷⁷

Até a década de 1940, Ponta Grossa manteve o seu dinamismo econômico, bem como a atração de migrantes. Conforme investigação de Monastirsky⁷⁸, a cidade, aproveitando-se da infra-estrutura ferroviária disponível, manteve-se na condição de entreposto comercial no decorrer de praticamente toda a primeira metade do século passado, e se desenvolveu favorecida principalmente pelas exportações de erva-mate – estas especialmente até o fim dos anos 1920 – e de madeira – a partir da Primeira Guerra Mundial.

Para Ditzel e Chaves, o crescimento de Ponta Grossa verificado nos primeiros decênios do século XX, “se inscreve num contexto nacional de desenvolvimento econômico e urbanização que favorece, sobretudo, as regiões sudeste e sul do país”. Tal desenvolvimento é resultado “de uma conjugação de fatores como capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria prima disponível e barata, capacidade energética e um sistema de transportes ligando as zonas de produção aos portos”.⁷⁹

A partir da década de 1940 o crescimento demográfico da cidade de Ponta Grossa torna-se ainda mais intenso, mas até meados dos anos 1960 esse aumento também ocorria na área rural, embora em menor proporção. Examinando os dados da Tabela 2, pode-se constatar que a população total do município sofre um acréscimo expressivo no período de 1940 a 1960 (123%), saltando de 40.608 para 90.899 habitantes. Nesses vinte anos ocorre também um aumento sucessivo na participação percentual da população urbana, que passa de 74,4 % para

⁷⁶ GONÇALVES; PINTO, op. cit., p. 46.

⁷⁷ SANTOS, L. M. R. dos, op. cit., p. 48.

⁷⁸ MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL; LÖWEN SAHR, op. cit., p. 42-47 passim.

⁷⁹ DITZEL; CHAVES, op. cit.

86,4%. Já a população rural apresentou um aumento de apenas 11,8% no mesmo período, mantendo-se, em valores absolutos, praticamente estável. Segundo Löwen⁸⁰, entre as causas desse crescimento generalizado, verificado não só em Ponta Grossa, mas em grande parte dos municípios paranaenses, estão o próprio crescimento natural e principalmente os movimentos migratórios para o Estado, ocorridos nestas duas décadas.

TABELA 2 - POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL, EM NÚMERO ABSOLUTO, CRESCIMENTO RELATIVO E TAXA DE URBANIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, NO PERÍODO DE 1920 A 2000

Ano	População urbana		População rural		População total		Taxa de urbanização (a/b*100)
	Absoluta (a)	Creascimento relativo (%)	Absoluta	Creascimento relativo (%)	Absoluta (b)	Creascimento relativo (%)	
1940*	30.220		11.021		40.608		74,4
		43,9		6,7		36,0	
1950*	43.486		11.757		55.243		78,7
		80,6		4,9		64,5	
1960	78.557		12.332		90.889		86,4
		43,9		12,4		39,7	
1970	113.074		13.866		126.940		89,1
		52,9		-1,2		47,0	
1980	172.946		13.701		186.647		92,7
		28,2		-10,1		25,3	
1991	221.671		12.313		233.984		94,7
		20,3		- 43,7		16,9	
2000	266.683		6.933		273.616		97,5

* Inclui dados do distrito de Guaragi, território pertencente ao município de Ponta Grossa, mas que esteve anexado ao município de Palmeira de 1940 a 1957.

Fonte: IBGE.

Org.: NASCIMENTO, E. (2008)

Dos anos 1960 em diante, no entanto, o espaço urbano ponta-grossense sofreu um expressivo incremento populacional, em oposição a sua zona rural, que passa a apresentar uma sucessiva redução de sua população em termos relativos e, a partir do decênio seguinte, também em números absolutos (TABELA 2). A dinâmica demográfica verificada a partir

⁸⁰ LÖWEN, op. cit., p. 41.

deste momento guarda uma relação bem próxima com o grande crescimento industrial verificado no município a partir de meados desta década. Tal processo, que reflete a dinâmica de modernização produtiva introduzida pelos governos federal e estadual, desencadeou profundas modificações na configuração do espaço urbano local, e alterou a composição da estrutura social da cidade.

A modernização da agricultura na região de Ponta Grossa e no estado desencadeou uma profunda transformação social no espaço rural, sobretudo nos anos 1970, dando origem a um maciço deslocamento populacional do campo para as cidades de porte mais elevado. Conforme análise de Moro⁸¹, a mecanização e o uso de insumos em larga escala, bem como os altos preços dos produtos de exportação, levaram à substituição gradativa das culturas tradicionais e de subsistência, fortes consumidoras de mão-de-obra (como era o caso do café, mais presente no norte do estado, bem como do arroz e do feijão, mais cultivados em Ponta Grossa), por culturas submetidas ao mercado externo, principalmente a soja, o milho e o trigo.

Além disso, a partir do fim da década de 1960 o poder público municipal passou a criar condições favoráveis à industrialização da cidade, como o provimento de infra-estrutura e a concessão de incentivos fiscais. Com o chamado PLADEI – Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa, aprovado em 1969 através da Lei municipal nº 2.157, o município passou a destinar “parte da receita tributária [...] à reversão em estímulos para a instalação de indústrias”.⁸² Outra importante intervenção do poder público foi a criação, dois anos mais tarde, do Distrito Industrial de Ponta Grossa, no bairro Cará-Cará. Assim, diversas indústrias tanto de capital nacional como estrangeiro (sobretudo ligadas ao complexo agro-industrial da soja), atraídas pelos incentivos fiscais e pela localização acessível do município – agora comportando um importante entroncamento rodo-ferroviário – em relação a São Paulo e ao porto de Paranaguá, foram instaladas na cidade a partir dessa época, especialmente nos

⁸¹ MORO, D. Á. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: UEM, 2000, p. 28.

⁸² PAULA, J. C. M. de. **População...** op. cit., p. 49.

grandes eixos de circulação do espaço urbano, como a Avenida Visconde de Mauá e a PR-151, além, é claro, do próprio distrito industrial.

Como observa Scheffer⁸³, a expansão do setor industrial ocorrida nesse momento “alterou o perfil da cidade na sua estrutura interna, com o investimento nas pavimentações asfálticas, construção de praças e melhorias da iluminação pública nos bairros”, o que acabou afetando a dinâmica de valorização da terra na cidade, contribuindo para a intensificação da especulação imobiliária. Esta mesma industrialização, combinada com o movimento de expulsão de trabalhadores do campo pela agricultura moderna, fez com que a população, ao migrar para a cidade, fosse à procura de emprego principalmente no setor secundário.

Contudo, o descompasso entre a oferta de mão-de-obra e de empregos na indústria obrigou boa parte desse contingente a se inserir de algum modo no setor terciário. Examinando os dados percentuais de pessoal ocupado nos três grandes setores da economia, apresentados adiante na Figura 1, nota-se, em primeiro lugar, que o setor primário tem visto sua participação percentual cada vez mais minguada diante da dinâmica de industrialização e urbanização ocorrida no município na segunda metade do século. Em relação ao secundário, observa-se que o número de postos de trabalho cresceu de modo expressivo durante as décadas de 1960 e 1970, “saltando” de pouco mais de 20% em 1960 para 30,9% em 1980, recuando um pouco nas duas décadas seguintes, totalizando 28,5% dos empregos formais em 2001. O setor terciário, por sua vez, é o que mais tem incorporado trabalhadores, tendo sua participação percentual aumentado principalmente entre 1940 e 1960, passando respectivamente de 55,4% para 64,6%. Nas décadas de 1960 e 1970, durante a industrialização da cidade, os empregos no terciário tiveram uma leve queda em termos percentuais, explicada principalmente pela rápida expansão do secundário. Nas duas décadas

⁸³ SCHEFFER, S. M. **Espaço urbano e política habitacional**: uma análise sobre o programa de lotes urbanizados da PROLAR – Ponta Grossa. 2003, 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003. p. 42.

seguintes, quando o crescimento industrial se desacelera, o terciário formal novamente se expande, tendo abrigado em 2001 mais de 67% da mão-de-obra (FIGURA 1).

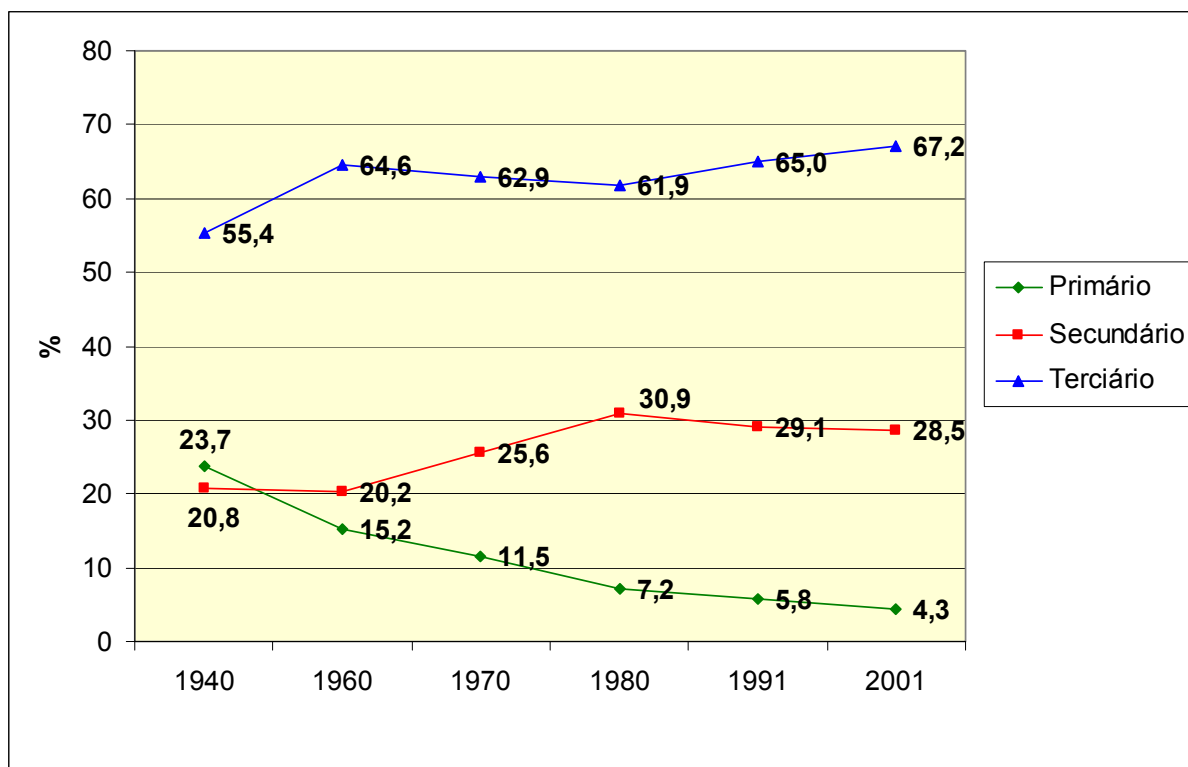


Figura 1 – Participação percentual dos setores de atividades em relação ao total de empregos formais no município de Ponta Grossa, de 1940 a 2001.

Fontes: LÖWEN (1990); SANTOS (2002); IPARDES (2003a).

Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

É importante ter em conta que estes dados, ao retratarem somente a parcela da força de trabalho inserida no setor formal da economia, tendem a minimizar a importância do terciário como absorvedor de mão-de-obra, já que este é o setor que mais agrega atividades informais. Isto é muito importante para entendermos a origem da disparidade de renda em Ponta Grossa, já que as expansões do terciário formal e do secundário não foram suficientes para solucionar a questão do emprego na cidade. Isso tem obrigado inúmeros trabalhadores a ingressar na informalidade, trabalhando em subempregos como o de empregada doméstica,

servente de pedreiro, vendedor ambulante, jardineiro, entre outras atividades instáveis, pouco qualificadas e, em sua maioria, menos remuneradoras do que os postos formais de trabalho.⁸⁴

Nas duas últimas décadas do século XX, o avanço da industrialização e o desenvolvimento econômico de Ponta Grossa diminuíram de intensidade, influenciados principalmente pelas constantes crises econômicas em nível nacional. Mesmo assim ocorreram algumas intervenções importantes na organização do espaço urbano. Nos anos 1980 a cidade passou por melhorias em sua infra-estrutura, com modificações em seu sistema viário e nas rodovias de acesso à área urbana, além da transferência da estação ferroviária e da remoção dos trilhos das áreas centrais, o que favoreceu a expansão da malha urbana e o crescimento da periferia da cidade.⁸⁵ Na década seguinte foram efetuadas melhorias no sistema viário, com a pavimentação de ruas em áreas mais afastadas da porção central, bem como no sistema de transporte coletivo, com a construção dos terminais urbanos. Foram ainda implantados importantes equipamentos de consumo coletivo: na educação o CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica⁸⁶), na saúde pública o Pronto Socorro Municipal, e no lazer o Centro de Eventos.⁸⁷

Ponta Grossa deixa o século XX ainda em ritmo de crescimento urbano, com uma população citadina de aproximadamente 266.700 habitantes e apresentando uma elevada taxa de urbanização: 97,5% (ver TABELA 1). Esta dinâmica de crescimento, que como foi mostrado, passou por diferentes fases, teve como uma de suas faces mais nefastas o aprofundamento da disparidade social, já que a riqueza gerada pelo trabalho social tem sido cada vez mais apropriada diferencialmente pelos diferentes segmentos da sociedade urbana. O resultado disso é a ampliação da pobreza de grande parte da população em paralelo à

⁸⁴ LÖWEN, op. cit., p. 57.

⁸⁵ CHAMMA, op. cit., p. 134-135.

⁸⁶ Atual Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

⁸⁷ SCHEFFER, op. cit., p. 43.

concentração de riqueza realizada por uma minoria, num processo dialético de exclusão/inclusão, como sugere Wlodarski na conclusão apresentada a seguir:

A pobreza no município de Ponta Grossa é vista como *decorrente de um processo de desigualdade social*, desde as primeiras relações estabelecidas, intensificando-se como resultado de um processo de modernização da agricultura, migração rural-urbana e industrialização.⁸⁸

Esta situação de desigualdade e exclusão tem condicionado e alterado substancialmente a estrutura do espaço urbano. E os interesses das classes dominantes em relação à apropriação e usufruto do espaço, têm feito dessa estrutura um meio para a reprodução das desigualdades, sobretudo através da intermediação do Estado.

Sobre este aspecto, no início dos anos 1990, Paula⁸⁹, analisando a história da constituição do poder político em Ponta Grossa, argumentou que a dimensão conservadora e elitista sempre esteve presente na elaboração dos instrumentos jurídicos responsáveis por normatizar o crescimento urbano e a organização espacial da cidade, visando sempre preservar os interesses das elites dominantes no município. Evidentemente o resultado disso foi que, na elaboração e implementação das políticas urbanas,

os interesses dos grupos minoritários acabou por prevalecer e com eles a dificuldade em combater as desigualdades sociais via ordenação do espaço. [...] primeiramente através da oligarquia rural e mais tarde com a convivência da burguesia local, a centralização das decisões foi marca constante na evolução da política urbana local. Dentro de Ponta Grossa esta péssima tradição parece estar profundamente arraigada.⁹⁰

⁸⁸ WLODARSKI, R. **Os programas de transferência de renda no município de Ponta Grossa: Benefício de Prestação Continuada – BPC e Bolsa Família, como ações de enfrentamento da pobreza.** 2007, 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. p. 77. Os destaques são nossos.

⁸⁹ PAULA, J. C. M. de. **População...** op. cit., p. 49-53.

⁹⁰ Ibid., p. 49-50.

Esta tendência elitista da administração pública no município parece ter sido mantida, como se pode constatar na análise de Silveira, publicada em um trabalho mais recente:

A cidade de Ponta Grossa (PR) foi marcada, no período de 1993 a 2000, por um [...] grupo de pessoas que, à frente do Poder Público Municipal, priorizou ações voltadas para atender interesses das elites agroindustrial e comercial [...]. Este grupo adotou uma prática de gestão da cidade que acentuou a exclusão social.⁹¹

De acordo com este autor, no referido período, houve forte resistência contra a implantação de políticas públicas de cunho social. “A atenção especial era dada aos interesses da especulação imobiliária, em detrimento das demandas de um planejamento urbano comprometido com os interesses coletivos da cidade e com todos que vivem nela”.⁹²

De outra parte, uma outra condicionante fundamental digna de menção, novamente em conformidade com Paula, é “a tímida tradição dos movimentos populares em Ponta Grossa. Tal carência [...] restringe bastante a capacidade de influência da população sobre o arranjo do espaço”.⁹³

Em suma, em Ponta Grossa o espaço urbano se expandiu e se estruturou ao longo do século XX ampliando e consolidando a segregação em áreas includentes e excludentes. Na seção seguinte realiza-se uma análise dos principais aspectos do processo de expansão do espaço da cidade, bem como de sua estruturação a partir da segregação.

⁹¹ SILVEIRA, G. T. **As associações de mutuários e moradores em terrenos irregulares de Ponta Grossa: uma experiência de participação popular (1993-2000)**. 2002, 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2002. p. 81-82.

⁹² Ibid., p. 82.

⁹³ PAULA, J. C. M. de. **População...** op. cit., p. 50.

2.2 EXPANSÃO URBANA E ESTRUTURA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA: UM ESPAÇO SEGREGADO

Devido às contínuas alterações na estrutura econômica do município e aos freqüentes deslocamentos populacionais em direção à cidade, Ponta Grossa tem sofrido constantes transformações em seu espaço urbano. Tais modificações têm-se concretizado no decorrer do tempo nas formas de expansão horizontal e vertical, surgimento de áreas residenciais exclusivas, ampliação das periferias, avanço da favelização, entre outros processos que estratificam cada vez mais a cidade conforme a estrutura de classes da sociedade.

A discussão apresentada nesta seção apresenta os principais momentos da evolução da organização segregada do espaço urbano ponta-grossense. Optou-se por dividir a análise dessa evolução em duas partes. Na primeira discute-se o processo de expansão da área urbana. Na segunda realiza-se, numa perspectiva geral, uma análise dos fragmentos do espaço urbano a partir de suas características predominantemente de *inclusão* ou de *exclusão* social, com base em reflexões e descrições da bibliografia, e também de observações *in loco*, quando foi o caso. Considera-se esta discussão de suma importância para que se possa entender a formação das diversas parcelas do espaço urbano em relação à sua função e ao seu conteúdo social.

2.2.1 A expansão horizontal e a dinâmica de ocupação do espaço urbano

O processo de expansão urbana em Ponta Grossa sofreu várias modificações em seu decurso, em razão da substituição e/ou incremento de fatores e agentes condicionantes. Como afirma Löwen Sahr⁹⁴, o “desenho e a forma da cidade dependem, num primeiro momento, basicamente das condições do relevo”, e a partir de então, num momento posterior, “se sobressaem as forças sociais”, ainda condicionadas, em maior ou menor grau, pelos aspectos

⁹⁴ LÖWEN SAHR, C. L. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL; LÖWEN SAHR, op. cit., p. 21.

topográficos. No caso de Ponta Grossa, a expansão horizontal da cidade sempre sofreu uma forte influência das características particulares de seu sítio.

O centro da cidade localiza-se num alto topográfico do qual divergem radialmente vários cursos d'água, sendo que o crescimento horizontal da malha urbana se deu, sobretudo, a partir dos divisores topográficos. As enormes disparidades hipsométricas, que chegam a ser superiores a duzentos metros dentro da área urbana, e a densa rede de drenagem existente, caracterizam o sítio urbano ponta-grossense como uma superfície repleta de vales, muitos dos quais constituídos por encostas com declividades acentuadas⁹⁵ (MAPA 2). Tais características conferem ao sítio local um caráter bastante heterogêneo no que diz respeito às possibilidades de ocupação, com a ocorrência de amplas áreas inadequadas para a construção de edificações. Este fato interfere na dinâmica de organização do espaço urbano na medida em que certas áreas são mais bem valorizadas no mercado imobiliário, ao passo que outras são desprezadas e/ou retidas pelo Estado para fins de proteção ambiental.

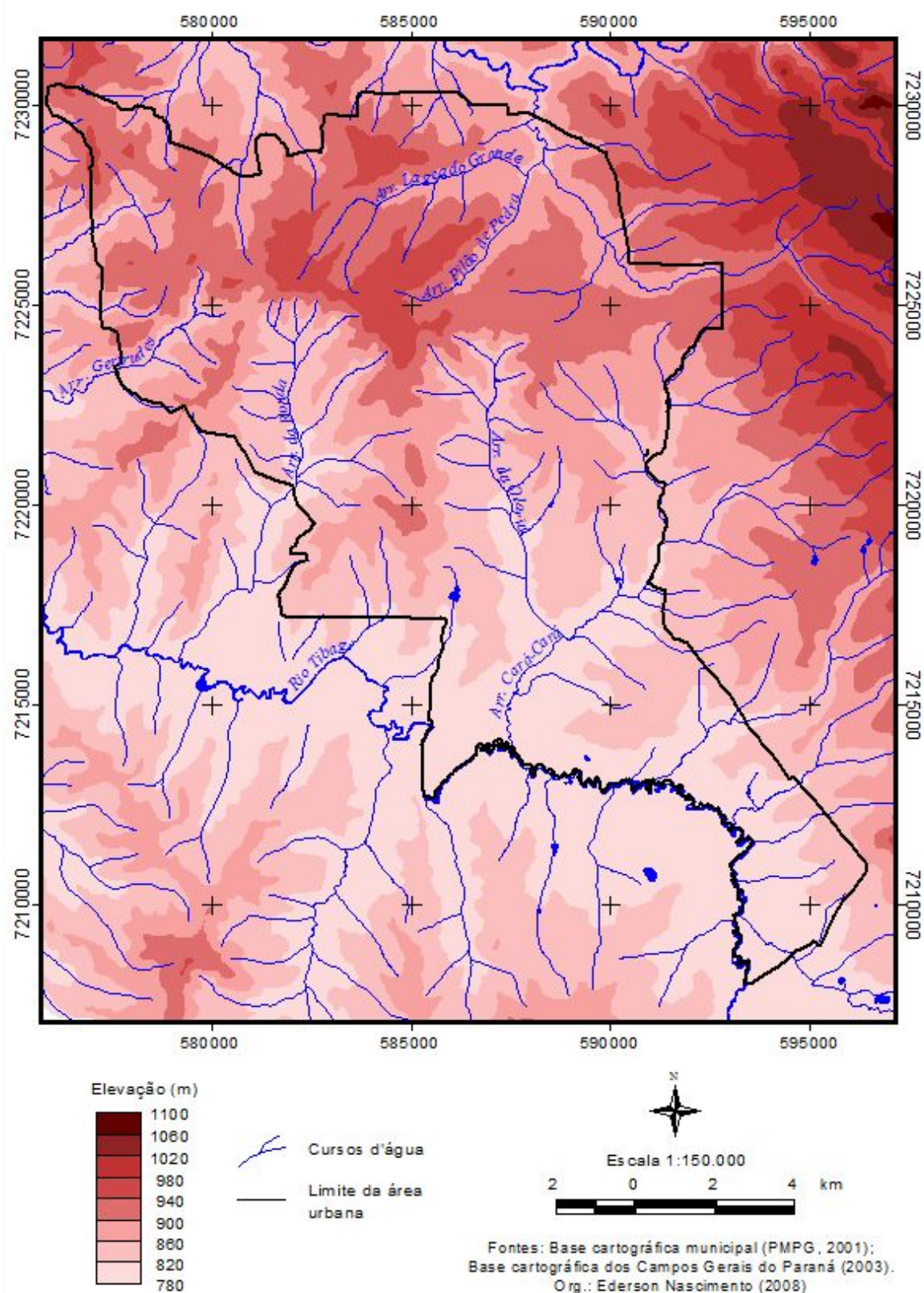
Pode-se definir algumas etapas marcantes na evolução da expansão urbana. Conforme Löwen Sahr⁹⁶, até o final da década de 1910 a área urbana ponta-grossense correspondia a um agrupamento de construções instaladas em torno de uma capela, onde a cidade teve início. Atualmente nesta área está localizado o centro urbano principal. Segundo descrição feita por Chaves et al, até esta época a cidade crescia paulatina e espontaneamente ao redor do núcleo original, do qual eram traçadas “vias estreitas e sinuosas que vão terminar em casas ou chácaras, em vendas ou fábricas. O traçado das ruas é definido por seu lugar de chegada e não por um planejamento do espaço urbano”.⁹⁷

⁹⁵ MEDEIROS, C. V.; MELO, M. S. de. Processos erosivos no espaço urbano de Ponta Grossa. In: DITZEL; LÖWEN SAHR, Ibid., p. 109.

⁹⁶ LÖWEN SAHR, op. cit., p. 24.

⁹⁷ CHAVES et al., op. cit., p. 18.

MAPA 2: HIPSOMETRIA E REDE DE DRENAGEM DA
ÁREA URBANA DE PONTA GROSSA



A partir da década de 1920, continuam os autores supracitados, implantar-se-ia “uma lógica de organização e disciplinarização do espaço urbano em Ponta Grossa”, com o traçado urbano sendo organizado de maneira lógica e simétrica e, principalmente, consolidando uma estrutura socioespacial para a cidade, com a definição mais precisa da “função social e produtiva dos espaços da cidade: os lugares de morar e trabalhar, os espaços de lazer e de produção”. Nesse período, na porção central, teve início a “derrubada de vários prédios e a construção de outros, mais adequados à finalidade social e produtiva da região da cidade onde se localizam”.⁹⁸ Ainda nesta mesma década, a cidade começa a se expandir ao longo de dois eixos, acompanhando as direções da estrada de ferro sobre os principais interflúvios. Foram criados importantes loteamentos margeando a linha férrea, bem como dois importantes bairros: Uvaranas a leste, e Oficinas ao sul.⁹⁹

Nos vinte anos seguintes, ao mesmo tempo em que o Centro se consolidava como local de moradia das classes de mais alta renda, dotado de praticamente toda a infra-estrutura necessária (pavimentação, telefone etc.) e dos melhores serviços da cidade¹⁰⁰, a periferia ia se expandindo com a construção de loteamentos. Na década de 1930 prosseguiu a expansão “tentacular” da cidade ao longo dos demais espigões do relevo, nas direções norte, noroeste e leste, dando origem, respectivamente, aos bairros Órfãs, Nova Rússia e Ronda, todos predominantemente com função residencial, com alguns poucos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, de abrangência local. Por sua vez, no decênio seguinte ocorreu uma destacada expansão do bairro Uvaranas, com a ocupação de terrenos mais inclinados – fato até então inédito na cidade – nas proximidades da avenida Carlos Cavalcanti, sobretudo para fins residenciais. Concomitantemente inicia-se um processo de substituição de usos da terra na referida avenida, com a instalação de estabelecimentos de comércio e serviços.

⁹⁸ Ibid., p. 30.

⁹⁹ LÖWEN SAHR, op. cit., p. 26.

¹⁰⁰ Cf. CHAMMA, op. cit., p. 52-88 passim, e CHAVES et al., op. cit., p. 18-48 passim.

Também no mesmo período densificou-se a ocupação residencial dos bairros Nova Rússia e Órfãs, com a construção de loteamentos contíguos aos já existentes.¹⁰¹

As décadas de 1950 e 1960 constituem-se num marco importante na história da expansão urbana pontagrossense. Esta se caracteriza por uma veloz expansão horizontal do tecido urbano, até então sem precedentes na história da cidade, revelando o forte processo de especulação fundiária em vigor, o qual modificaria significativamente o padrão de ocupação do espaço, repercutindo na estrutura socioespacial da cidade até a atualidade.

Conforme levantamento feito por Paula¹⁰², “Até o final da década de 30 em Ponta Grossa, assim como em qualquer outra cidade do Brasil, o processo de ocupação do espaço era feito sem qualquer controle”, já que o primeiro instrumento legal que apresentava disposições sobre o parcelamento da terra para fins urbanos – o Decreto-lei federal nº 58, que regulamentava os loteamentos além de sua compra e venda – foi criado somente em 1937, e ainda assim, como o mesmo não previa punições para quem o desrespeitasse, praticamente não surtiu nenhum efeito prático na regulação da expansão urbana. Por outro lado, na medida em que a cidade foi crescendo e se desenvolvendo, foi se elevando igualmente o interesse de diversos proprietários de áreas situadas no entorno da mesma em converter o uso de suas terras de rural para urbano, ampliando seus lucros. Assim, diante da inexistência de uma legislação mais rigorosa quanto ao parcelamento urbano da terra, bem como das pressões exercidas pelos proprietários fundiários, inúmeros loteamentos periféricos, alguns inclusive separados da malha urbana contínua por glebas de terras desocupadas, foram aprovados pelo poder público, expandindo desmesuradamente a periferia da cidade.

Pode-se ter uma clara noção desta expansão urbana especulativa ao se examinar o crescimento do perímetro urbano de Ponta Grossa ao longo das décadas e compará-los com os totais de áreas efetivamente ocupadas. Os dados da Tabela 3 mostram que, à exceção da

¹⁰¹ LÖWEN SAHR, op. cit., p. 26.

¹⁰² PAULA, J. C. M. de. **População...** op. cit., p. 92.

década de 1940, de 1950 em diante as alterações efetuadas no perímetro urbano sempre foram no sentido de expandi-lo, e foi justamente nos anos 1950 e 1960 que ocorreram as maiores ampliações.

TABELA 3 - ÁREA DOS PERÍMETROS URBANOS E CRESCIMENTO RELATIVO EM PONTA GROSSA, DE 1940 A 2000

Ano	Área (km ²)	Crescimento relativo (%)
1940	25,905	-13,6
1950	22,374	124,8
1960	50,293	79,3
1970	90,177	65,6
1980	149,316	0,6
1990	150,286	33,3
2000	200,337	

Fontes: 1940-1990: PAULA (1993);

2000: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (página oficial na internet, 2003).

Org.: NASCIMENTO, E. (2008)

Este superdimensionamento do perímetro urbano ocorrido em paralelo à aprovação de diversos loteamentos, não era acompanhado na mesma velocidade por sua efetiva ocupação. Dados levantados a partir da interpretação de fotografias aéreas¹⁰³, exibidos na Tabela 4, atestam que em 1960, de toda a área urbanizada do município, que perfazia um total de 43,06 km², apenas 29,4% abrigava algum tipo de edificação (residencial, comercial, de

¹⁰³ Os dados sobre tipos de ocupação da terra nos anos de 1960 e 1980, apresentados nesta seção, foram obtidos através de interpretação, em meio digital, de fotografias aéreas dos respectivos anos. Os dados referentes a 2004 foram levantados por meio de interpretação de imagens de satélite, e de trabalhos de campo realizados neste mesmo ano, no âmbito do projeto de pesquisa “Geoprocessamento aplicado ao mapeamento da evolução da ocupação e uso da terra na cidade de Ponta Grossa (PR)”, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, coordenado pelo professor Lindon Fonseca Matias. Parte destes dados já foi publicada anteriormente em NASCIMENTO, E. **Geoprocessamento aplicado ao mapeamento e análise das áreas de uso e ocupação irregular da terra urbana em Ponta Grossa (PR)**. 2005, 142 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

prestação de serviços etc.), ao passo que 60,12% era composta por glebas e lotes desocupados.

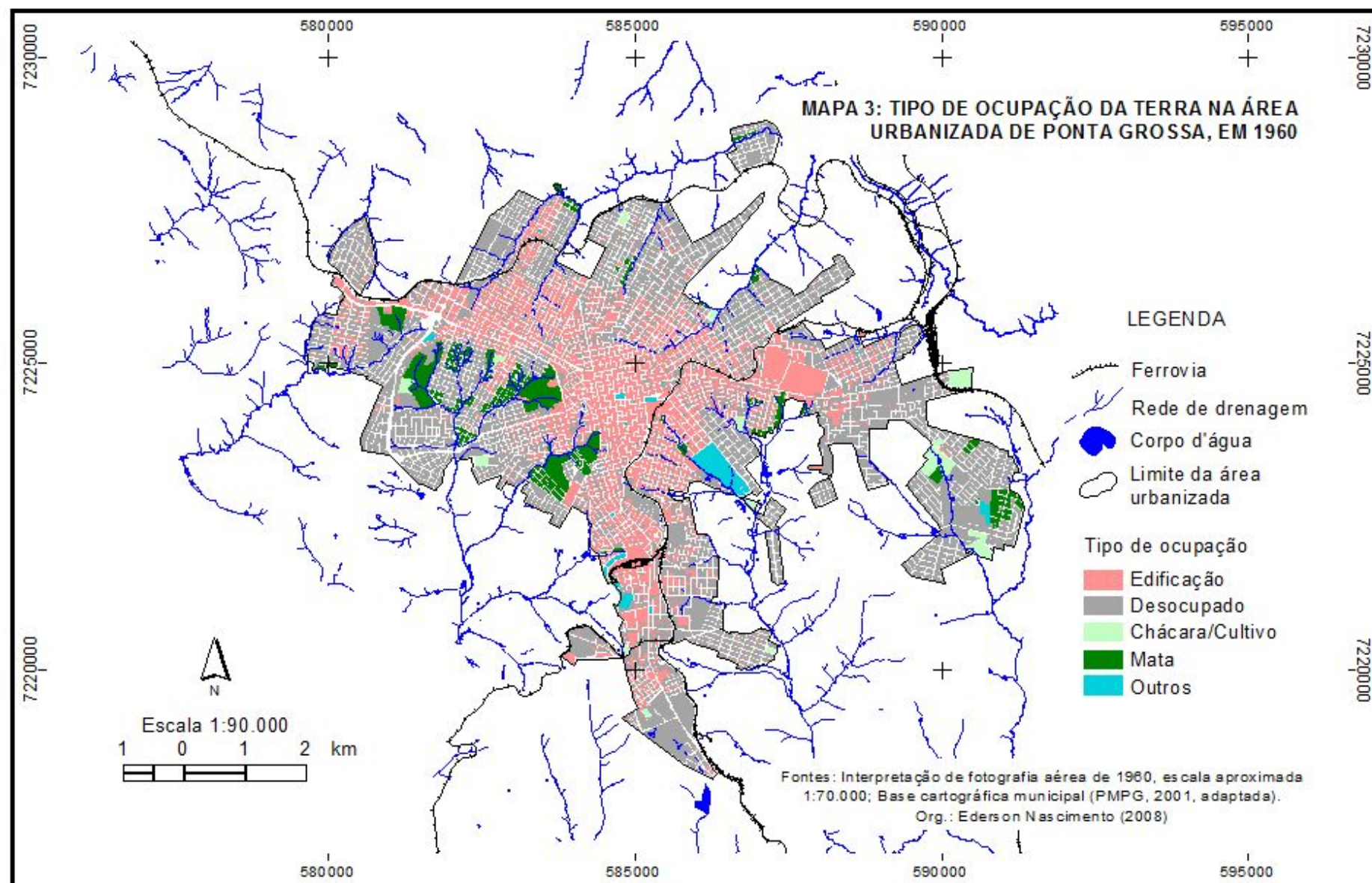
TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS TIPOS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA ÁREA URBANIZADA DE PONTA GROSSA, NOS ANOS DE 1960, 1980 E 2004

Tipo de uso	Anos		
	1960	1980	2004
Edificações	29,44	49,74	51,78
Lotes e glebas desocupadas	60,12	44,07	17,01
Chácaras e áreas de cultivo	2,03	2,42	19,98
Mata	6,74	3,03	5,04
Outros	1,67	0,74	6,19
Total	100,00	100,00	100,00

Fontes: Interpretação de fotografias aéreas (1960/1980) e imagem de satélite IKONOS (2004); pesquisa de campo (2004).

Org.: NASCIMENTO, E. (2008)

Como se pode observar no Mapa 3, em 1960 a ocupação do espaço urbano se dava mais efetivamente nas grandes avenidas situadas nos divisores de águas, nos sentidos leste, oeste e sul da cidade, além do centro principal. De outra parte, haviam inúmeras áreas desocupadas ao longo dos demais eixos de expansão da malha urbana e na maior parte das áreas periféricas, com diversos loteamentos separados do espaço urbano “contínuo” (áreas ocupadas mais próximas do centro) por faixas de terras não urbanizadas, deixadas em pousio social. Este padrão de expansão urbana poderia gerar lucros aos especuladores tanto através da valorização, via investimentos públicos, das terras ociosas mais centrais, como também com a venda de lotes na periferia distante (MAPA 3).

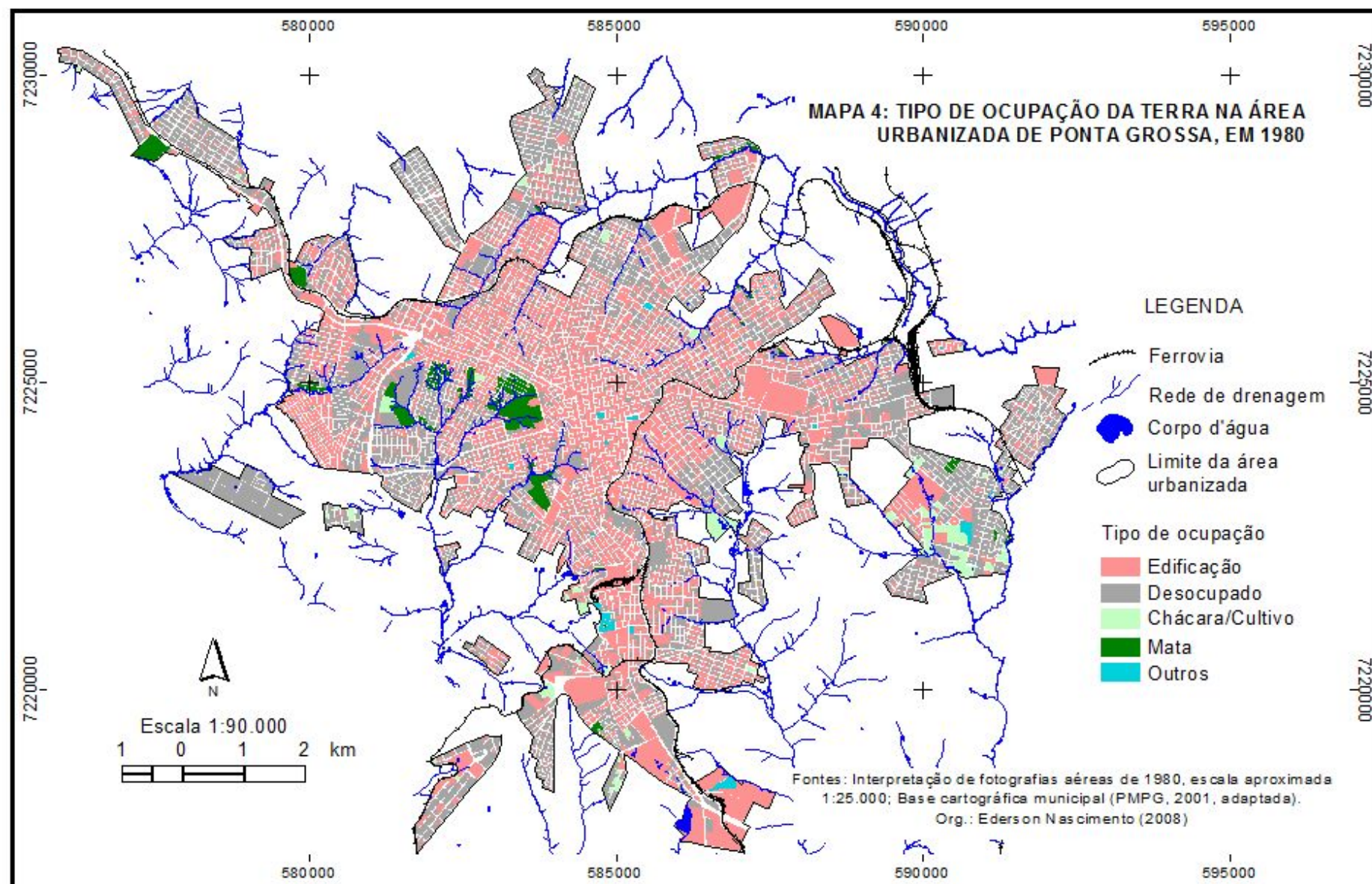


A partir de 1970, a conversão da terra para fins de urbanização em Ponta Grossa passa a ser regulada por uma legislação específica e mais rígida. Ainda em 1967 foi criado o Decreto-lei federal nº 271, que “tornou mais ativo o papel do município na aprovação ou recusa de projetos de loteamentos em função de seus interesses”.¹⁰⁴ Posteriormente, com a criação das Leis municipais nº 2.018 de 1968, nº 2.839 de 1976, e mais recentemente a nº 4.840 de 1992, aumentou-se as exigências para a aprovação de loteamentos, sobretudo em relação à dotação de infra-estrutura. A ocupação do espaço passou também a ter que se adequar a uma série de normas de zoneamento, definidas pelas Leis municipais nº 2.016 de 1968, nº 2.840 de 1976 e nº 4.856 de 1992. Este arcabouço jurídico contribuiu para minimizar um pouco o crescimento horizontal da cidade e a criação de vazios urbanos. De acordo com Löwen Sahr¹⁰⁵, depois de 1970, além da implantação de novos loteamentos, o crescimento urbano de Ponta Grossa ocorreu também por meio da construção de diversos núcleos habitacionais, o que ajudou a densificar a ocupação da periferia.

Não obstante estas mudanças, a especulação fundiária seguiu sendo uma condicionante fundamental do processo de expansão urbana. Em 1980 a área urbanizada do município aumentara em 40,7% em relação a 1960, totalizando 60,55 km², e os percentuais de áreas com edificações e desocupadas somavam 49,74% e 44,07% respectivamente, revelando um espaço urbano mais densamente ocupado mas ainda com inúmeros vazios em sua periferia (TABELA 4). A análise dos tipos de ocupação da terra urbana em 1980 mostra que a ocupação por edificações avançou por sobre as áreas periféricas predominantemente desocupadas vinte anos antes. Por outro lado, houve também um prolongamento da malha urbana em vários eixos, sobretudo nas porções noroeste, norte e nordeste da cidade, bem como a criação de outros loteamentos isolados a oeste, sudoeste e leste do centro principal (MAPA 4).

¹⁰⁴ PAULA, J. C. M. de. **População...** op. cit., p. 92.

¹⁰⁵ LÖWEN SAHR, op. cit., p. 27.



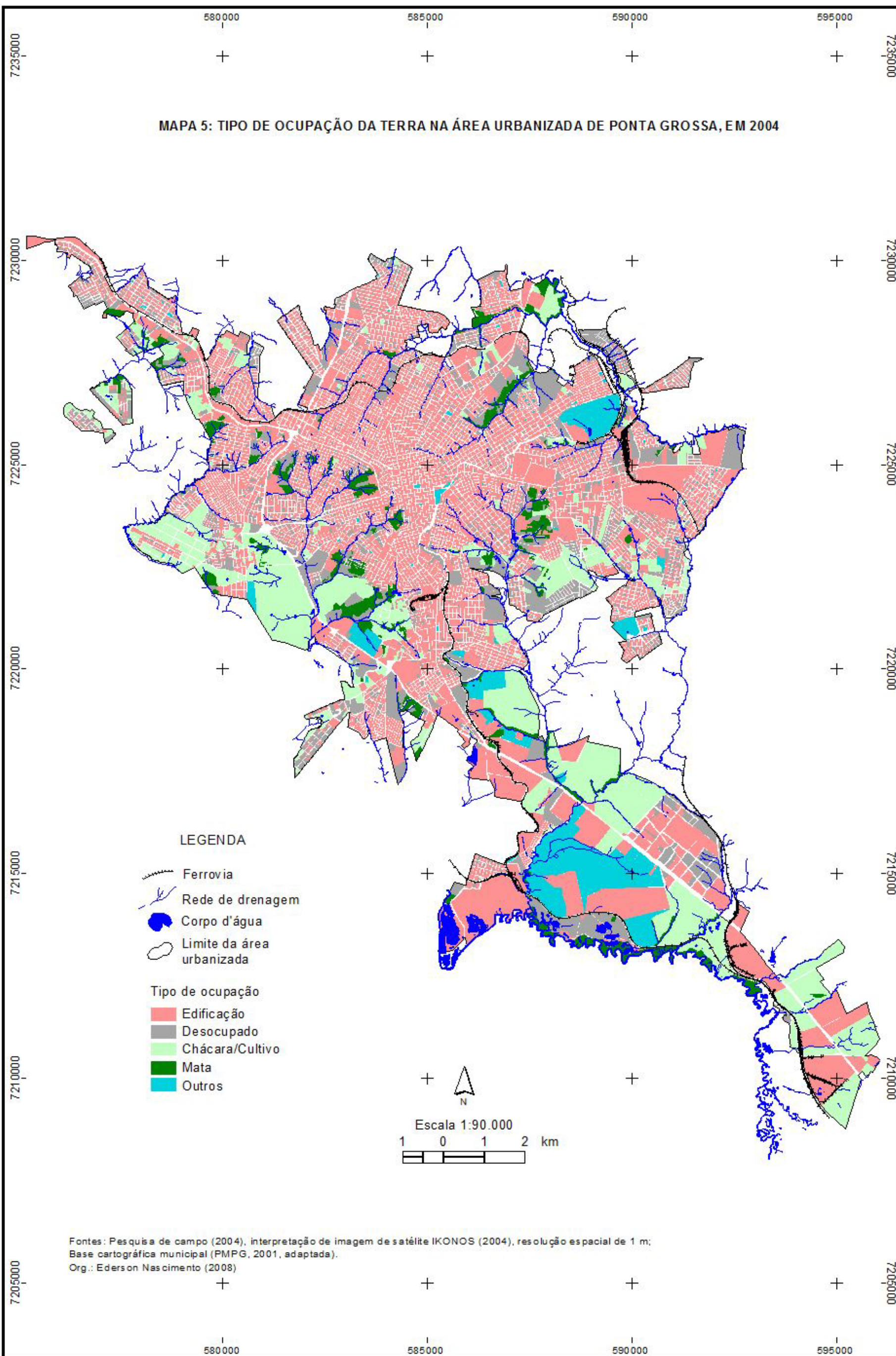
No início do século XXI, em 2004, a taxa de ocupação por edificações – 51,78% – pouco diferia da registrada vinte e quatro anos antes, ao passo que as áreas desocupadas, que respondiam “apenas” por 17% das terras urbanizadas, contrastavam com a presença de várias áreas com tipos de uso da terra caracteristicamente rural, como chácaras e terras com culturas agrícolas, que juntas totalizavam 20% de toda a área urbanizada (TABELA 4). Em outras palavras, diminuiu a criação de loteamentos periféricos precários, mas em contrapartida expandiu-se a área urbana por sobre áreas ainda utilizadas com fins rurais, incorporando-os (MAPA 5). Esta prática, comum em diversos municípios brasileiros¹⁰⁶, seguramente é mais uma manifestação clara do “velho” processo de especulação fundiária que permeou o processo de expansão urbana de Ponta Grossa na segunda metade do século XX, apenas cristalizado em outras formas espaciais.

Parece estar claro que as necessidades da população não foram levadas em consideração em meio ao conjunto de interesses que conduziu a expansão da área urbana em Ponta Grossa. Como já observou Paula, “Tanto o volume desta ampliação quanto seu direcionamento acabaram alterando profundamente as distâncias entre as áreas periféricas e o centro a ponto de fazerem surgir áreas praticamente isoladas do restante da cidade”.¹⁰⁷ Este grande distanciamento físico entre o centro e a periferia tem ampliado também as distâncias sociais entre as porções do espaço urbano, já que historicamente o espraiamento da cidade tem encarecido os investimentos do poder público em infra-estrutura e equipamentos de uso coletivo, limitando a sua implantação e, por tabela, comprometendo as condições de vida em tais localizações.

¹⁰⁶ Como afirma, por exemplo, CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 133.

¹⁰⁷ PAULA, J. C. M. de. **População...** op. cit., p. 97.

MAPA 5: TIPO DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA ÁREA URBANIZADA DE PONTA GROSSA, EM 2004

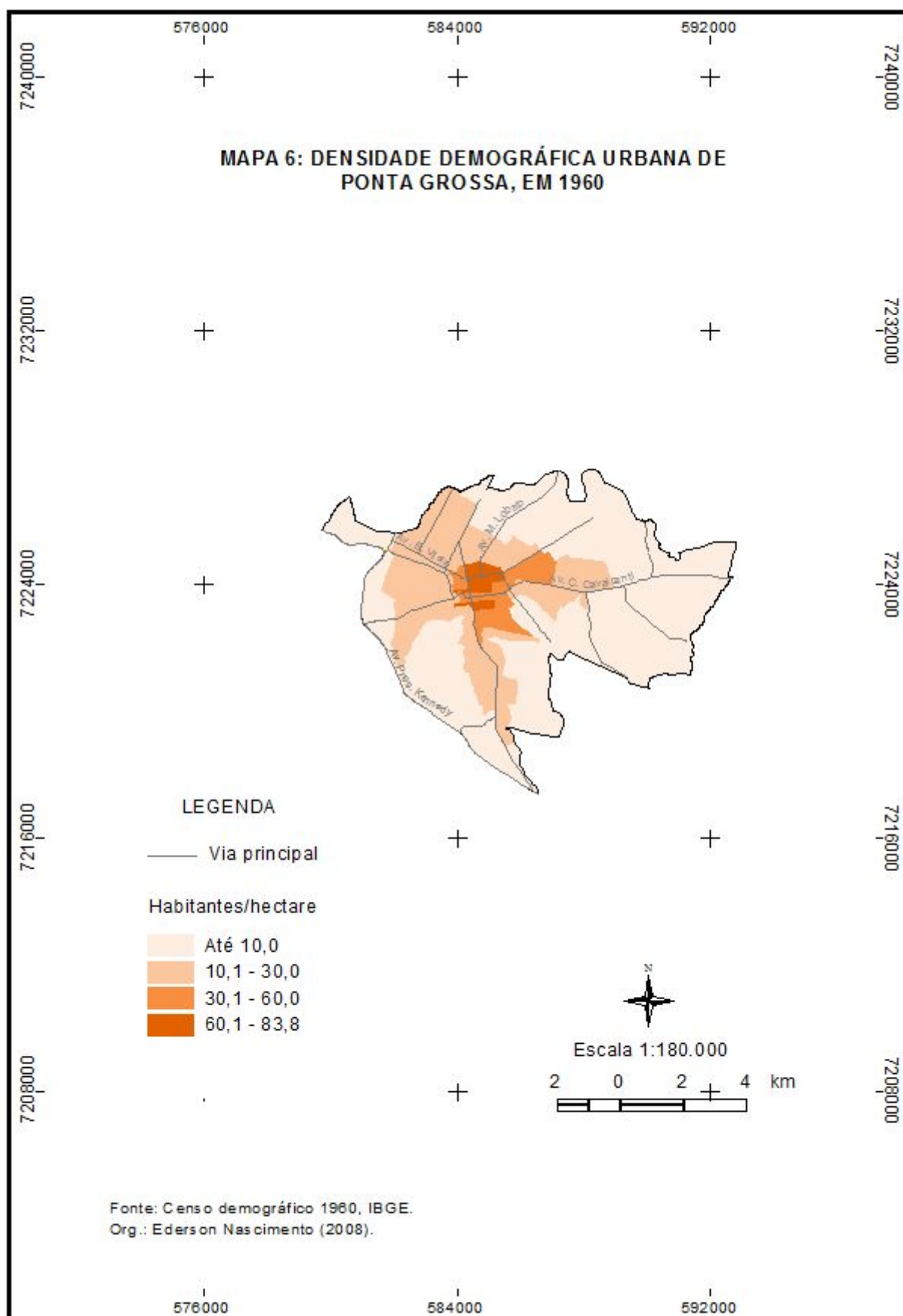


Com a evolução da expansão horizontal da área urbana, condicionada pela dinâmica especulativa ora discutida, a distribuição da população e das classes sociais também foi sofrendo alterações ao longo das décadas, delineando padrões de ocupação do espaço segregados socialmente e configurando o que se pode chamar de áreas predominantemente de inclusão e de exclusão social. A evolução desta configuração socioespacial da cidade é analisada no item a seguir.

2.2.2 A distribuição espacial da população e as áreas de inclusão e exclusão social

Durante a segunda metade do século XX, na medida em que o processo de expansão urbana foi se desenvolvendo, ocorreu uma gradativa descentralização da distribuição da população com o avanço da ocupação das áreas periféricas e, concomitantemente, a concentração demográfica em localidades específicas.

Até o fim da década de 1950 a espacialização da população ainda refletia o padrão inicial de ocupação do espaço na cidade, com as habitações e demais edificações concentrando-se no centro principal e no seu entorno (vide MAPA 3). Por esta razão, como se poder observar no Mapa 6, em 1960 as maiores concentrações de população eram encontradas na porção central do espaço urbano e a densidade de habitantes diminuía em direção à periferia. Fora da área central já se podia observar uma densidade demográfica mais acentuada nos eixos de expansão do Centro nos sentidos leste, sudeste e sul. As menores densidades estavam nos limites de expansão da malha urbana, distantes das principais avenidas, onde a taxa de desocupação da terra, como já foi mostrado páginas atrás, era bastante elevada (MAPA 6).

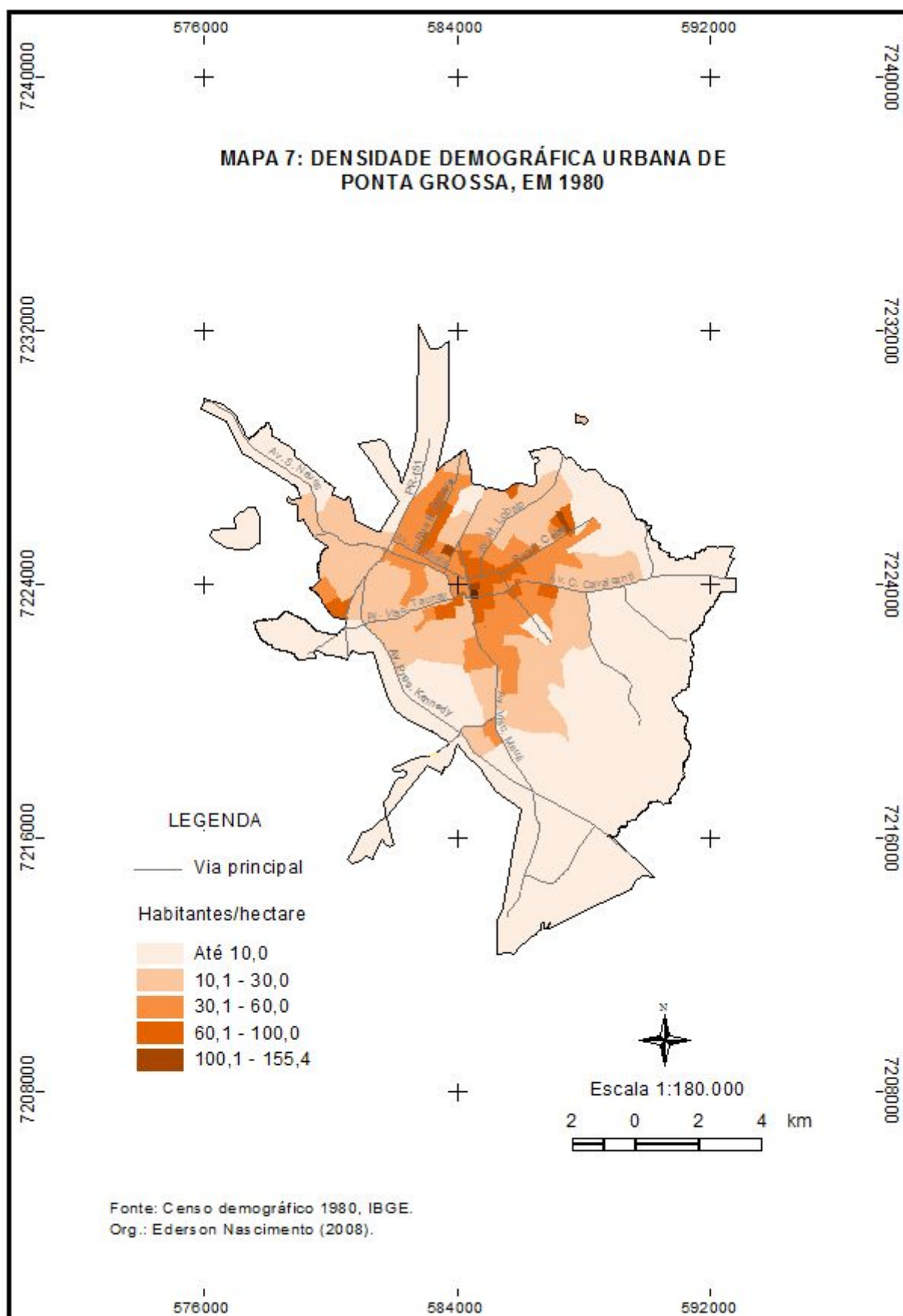


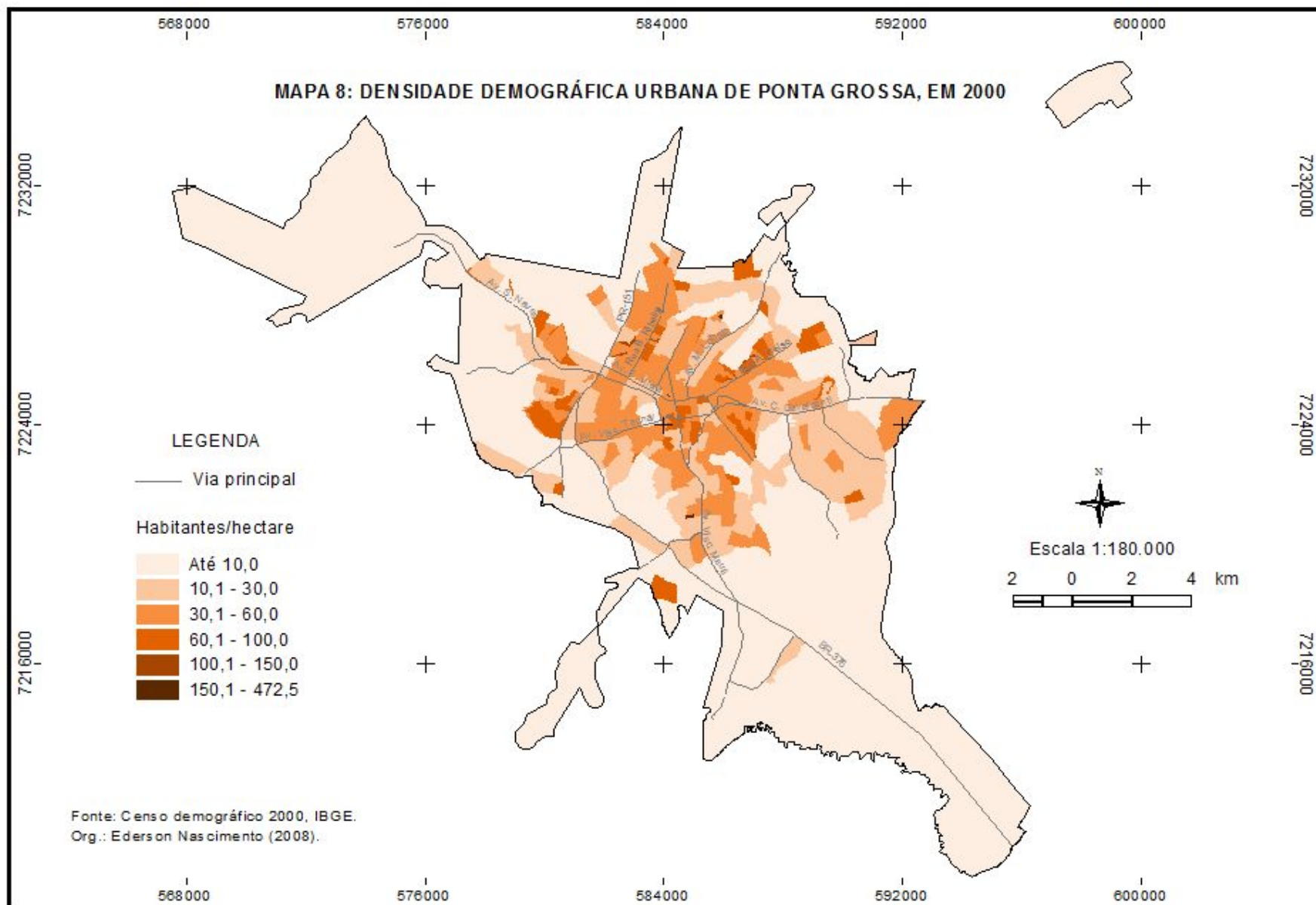
No período entre 1960 e 1980, a espacialização da população ponta-grossense passa a desenvolver um padrão mais setorizado, regido por um novo arranjo das classes, o que aprofundou a tendência de segregação socioespacial das mesmas. Examinando o Mapa 7 pode-se constatar que em 1980 o Centro da cidade ainda detinha a maior concentração demográfica, mas já aparecem algumas áreas densamente ocupadas em locais mais afastados. Contribuiu para esta dispersão a construção, nas décadas de 1960 e 1970, de adensados conjuntos de habitações: o Residencial Monteiro Lobato, conjunto de edificações verticalizadas localizado a nor-nordeste da área central, além dos núcleos habitacionais 31 de Março, situado na porção nordeste da área urbana, e Santa Paula I, na porção oeste, estes últimos voltados para as camadas de menor renda.¹⁰⁸ Destacam-se também três corredores de maior densidade, um na direção nordeste margeando as ruas Afonso Celso e Fagundes Varela, outro a noroeste ao longo da avenida Ernesto Vilela, e um terceiro, situado na porção noroeste da cidade, partindo do segundo corredor e acompanhando as ruas Francisco Otaviano e Bento Ribeiro (MAPA 7).

Nos dois decênios finais do século passado complexificou-se o processo de ocupação do espaço urbano. Nesse período, ao mesmo tempo em que a porção central se manteve densamente povoada, principalmente pela construção de edifícios residenciais com vários pavimentos¹⁰⁹, ocorreram eventos que aprofundaram a dispersão da população, levando à constituição de diversas áreas residenciais com elevado adensamento demográfico, várias delas em locais bastante afastados do Centro (MAPA 8). Esta nova espacialização foi favorecida pela produção de outras áreas residenciais verticalizadas, como o conjunto Raul Pinheiro Machado na porção norte da cidade, e os conjuntos Acácia I e II e Antares, situados nas proximidades da avenida Visconde de Mauá, ao sul, além de vários outros edifícios de apartamentos. Contribuíram ainda para os adensamentos na periferia: a construção de grandes

¹⁰⁸ LÖWEN SAHR, op. cit., p. 15.

¹⁰⁹ Ibid.





conjuntos habitacionais (Santa Paula II e III, Nossa Senhora das Graças, Santa Marta e Pitangui, entre outros de menor porte); a implantação de novos loteamentos (boa parte destes viabilizada através da criação, em 1989, da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR) e o aumento da ocupação dos loteamentos periféricos já existentes; e o surgimento e da expansão de áreas faveladas.¹¹⁰

Está claro, portanto, que o padrão de distribuição da população na cidade de Ponta Grossa tem sofrido constantes alterações, as quais espelham a dinâmica das transformações sociais ocorridas no âmbito do processo de ocupação e de uso dos fragmentos do espaço urbano e, conseqüentemente, das modificações no valor das diversas localizações urbanas. Em meio a estas mudanças, a distribuição das classes sociais também se tornou mais complexa, verificando-se ao mesmo tempo uma maior descentralização das camadas de média e alta renda, bem como uma “aproximação” junto a áreas mais centrais, de espaços onde a pobreza e a condição de precariedade de seus moradores saltam aos olhos. É por isso que o espaço urbano tem se organizado de um modo cada vez mais segregado, dando origem, tanto em áreas centrais como em periféricas, a áreas residenciais predominantemente de inclusão ou de exclusão social, isto é, locais que concentram populações providas ou privadas das principais fontes de renda e da oferta de infra-estrutura e serviços urbanos.

Vamos primeiramente examinar os processos de constituição das áreas de mais forte inclusão social na cidade. De acordo com Löwen Sahr¹¹¹, até a década de 1970 as camadas sociais se distribuíam em Ponta Grossa segundo o modelo de gradientes, com os padrões sociais declinando do centro em direção às áreas periféricas. As classes de mais alta renda se concentravam principalmente no centro principal ou suas imediações, ocupando residências unifamiliares, além de alguns poucos edifícios de apartamentos. A partir de então, com o crescimento da cidade e o aumento da circulação de pessoas e veículos na área central, estas

¹¹⁰ SCHEFFER, op. cit., p. 48-62 passim.

¹¹¹ LÖWEN SAHR, op. cit., p. 20-21.

classes começam a abandonar esta porção da cidade para se instalar em luxuosos “bairros e condomínios mais periféricos, exclusivamente residenciais e com melhor qualidade de vida (sem problemas de trânsito, poluição sonora, próximos a áreas verdes, etc.)”¹¹², ampliando a segregação com a constituição de zonas e núcleos periféricos de riqueza e inclusão social. Na área central, as antigas residências deixadas por esta população mais rica foram transformadas em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços de alto padrão. Mesmo assim, nesta porção da cidade ainda residem muitas famílias, pertencentes em sua maioria às classes imediatamente inferiores às altas burguesias, ocupando principalmente os edifícios de apartamentos.

Atualmente as áreas residenciais das camadas de alta renda estão situadas especialmente nos bairros Estrela (vilas Jardim América, Estrela e Dona Ida), Jardim Carvalho (vilas Jardim Carvalho I, Esmeralda e Jardim San Diego), além de parte do bairro Neves (vila Jardim Florença).¹¹³ Tais bairros são compostos por luxuosas residências unifamiliares, de ampla metragem quadrada, e têm como principal atributo a acessibilidade ao centro principal, pois são dotados de um sistema viário eficiente – com vias rápidas e ruas largas e bem conservadas – que garante mesmo às localidades mais afastadas, um acesso facilitado aos principais locais de trabalho e consumo.

A ação da economia privada sobre o espaço tem produzido, contudo, algumas outras áreas residenciais para as camadas de renda elevada em locais dispersos pela cidade. O principal exemplo é a construção de loteamentos fechados e condomínios horizontais exclusivos, uma opção mais recente de consumo da habitação, mas que vem crescendo rapidamente em Ponta Grossa. Conforme levantamento efetuado por Godoy¹¹⁴, a primeira

¹¹² LÖWEN SAHR, C. L. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 9-36, 2000. p. 19.

¹¹³ LÖWEN SAHR, C. L. Estrutura... op. cit., p. 21.

¹¹⁴ GODOY, M. L. M. **Segregação espacial em condomínios horizontais e loteamentos fechados: uma modalidade recente de expansão urbana em Ponta Grossa – Paraná**. 2004, 59 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2004. p. 29 e 43.

área residencial horizontal fechada da cidade foi o loteamento Portal da Boa Vista, implantado já em 1979 no bairro Boa Vista (a noroeste do Centro), ao lado da Rodovia PR-151. Depois deste primeiro loteamento, houve um longo período sem que este tipo de empreendimento habitacional fosse novamente realizado. Só a partir de 1996 é que as áreas exclusivas passaram a ser novamente implantadas, mas desta vez em número bem maior. Deste ano em diante foram criadas outras oito áreas exclusivas, todas afastadas do Centro: dois loteamentos fechados, um no bairro Órfãs (vila Catarina Miró) e outro em Olarias (vila Belém), além de seis condomínios horizontais, três deles situados no bairro Órfãs (vila Catarina Miró), um na Colônia Dona Luiza (vila Maria Otília), um no bairro Estrela (vila Jardim Lagoa) e um outro na vila Belém.

O aumento do número de áreas residenciais exclusivas se deve à crescente procura, por parte dos segmentos de alta renda, de locais que, além de conforto e tranquilidade, ofereçam maior segurança e assegurem um *status* mais elevado. A descrição feita por Godoy, apresentada a seguir, ilustra bem estes fatores, os quais têm levado cada vez as elites pontagrossenses a se auto-segregarem:

os Condomínios Horizontais e Loteamentos Fechados em Ponta Grossa [...] concedem uma estrutura luxuosa ou fazem ares a atrair interessados com pórticos majestosos, nomes simbólicos, apresentando a garantia de segurança superior, oferecendo esporte e lazer de luxo, sossego, e alimentando a idéia da exclusividade residencial. Isto evidencia, além da segurança, a busca pelo *status*, especialmente pelo modo como propicia a ascensão de grupos sociais menos abastados através da possibilidade de aquisição da moradia nestes lugares. [...] Também por atraírem pela oferta de exclusividade e magnificência, ressaltando estes enclaves suntuosos no espaço urbano, refletindo a auto-segregação e coroando-os como símbolo de distinção de uma classe privilegiada.¹¹⁵

¹¹⁵ Ibid., p. 55.

Apesar do fato de se constituírem verdadeiros “enclaves”¹¹⁶ das burguesias em áreas periféricas, encravadas em zonas da cidade com predominância de classes de menor poder aquisitivo, tais áreas têm influenciado na dinâmica de valorização das localidades em seu entorno. No entanto, essa valorização tem sido viabilizada através do direcionamento de recursos públicos, sobretudo na forma de investimentos em pavimentações asfálticas e no prolongamento de avenidas.¹¹⁷ Tais melhorias atendem aos interesses, de um lado, dos proprietários dos imóveis circunvizinhos, que têm seus bens valorizados, e de outro, dos moradores das áreas exclusivas, que vêem melhorada a acessibilidade do condomínio ao Centro.

Outras áreas residenciais onde predominam segmentos populacionais socialmente incluídos têm sido criadas com o aumento da produção de edificações verticalizadas fora da área central, mais uma vez com a participação do Estado. Löwen Sahr¹¹⁸, analisando as diretrizes das leis de zoneamento para a construção de edifícios, considera que o poder público, sob pressão dos especuladores imobiliários, vem permitindo e incentivando a verticalização no eixo leste-oeste da cidade, isto é, partindo do Centro em direção aos bairros Nova Rússia e Uvaranas, além do próprio Centro. Isto tem propiciado a implantação de diversos edifícios de apartamentos voltados para setores das classes média e média-alta, principalmente no sentido oeste, acompanhando as avenidas Ernesto Vilela e Dom Pedro II em direção ao subcentro da Nova Rússia. Tem também permitido o direcionamento de parte dos escassos recursos públicos para ampliar a infra-estrutura destas habitações verticalizadas, as quais se localizam em áreas que já contam com estes serviços, num contínuo processo de

¹¹⁶ Enclaves dizem respeito ao “caráter pontual de implantações que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido [urbano] que a cerca...”. São elementos cada vez mais presentes nas cidades fragmentadas e segregadas socioespacialmente, como esclarece SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 39-54, jan.-jun, 1998. p. 41.

¹¹⁷ GODOY, op. cit., p. 55-56.

¹¹⁸ LÖWEN SAHR, C. L. Dimensões... op. cit., p. 25-27.

“reciclamento” das áreas das camadas já socialmente incluídas. Em certa medida, esta renovação urbana também ocorre nas localidades com loteamentos e conjuntos exclusivos.

Cabe ressaltar ainda, segundo a mesma autora, que

Enquanto os recursos investidos na ampliação da infra-estrutura nas áreas em processo de verticalização são arrecadados de todos os cidadãos ponta-grossenses, a valorização imobiliária decorrente desses investimentos é embolsada apenas pelos proprietários de imóveis destas áreas. Este mecanismo de concentração de renda não consegue ser invertido através da cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano. Os altos custos de infra-estrutura pública para uma edificação verticalizada não são contra-balançados pelos impostos pagos pelos moradores destas. Assim, os habitantes das áreas precárias subvencionam a verticalização nas áreas mais valorizadas.¹¹⁹

Enquanto parcela sensível dos recursos públicos financia a promoção de melhorias em bairros das classes média e alta, ampliando a especulação e acentuando a segregação, uma ampla parcela das classes populares, residente nas áreas periféricas, é excluída da oferta de equipamentos e serviços públicos, tendo suas condições de vida, que normalmente já não são boas em razão da menor disponibilidade de renda, pioradas ainda mais.

Em relação às áreas predominantemente de exclusão social, vale a pena registrar, antes de mais nada, que caracterizá-las somente a partir da perspectiva residencial não é tarefa fácil, já que tanto as áreas como os segmentos sociais de menor renda são bastante heterogêneos. Mesmo assim, alguns traços típicos importantes podem ser reconhecidos a partir da abordagem dos conjuntos habitacionais, dos loteamentos periféricos e das favelas.

A definição da configuração e das localizações dos bairros das classes de renda média-baixa e baixa deve ser entendida à luz da forte especulação imobiliária presente no processo de expansão horizontal da cidade – analisada na seção anterior –, e sua conjugação com a atuação do Estado na gestão da ocupação e uso da terra, na produção de moradias para estas classes e na instalação de serviços e infra-estrutura nas áreas periféricas.

¹¹⁹ Ibid., p. 27.

Observa-se que a especulação em Ponta Grossa tem ocasionado uma cadeia de efeitos – esboçada, em um outro momento, por Santos¹²⁰ – onde aquela, ao provocar uma (falsa) escassez de terras eleva de maneira considerável o seu preço no mercado. À medida que as classes de renda mais elevada escolhem os seus locais de moradia na cidade, atraem para estas áreas e suas imediações um volume mais elevado de investimentos, principalmente por parte do poder público, na melhoria da acessibilidade, levando a uma maior valorização destas áreas e incentivando ainda mais a especulação nos locais próximos ainda não ocupados. Isso acentuou a disparidade socioespacial entre a porção central e a periferia e dentro desta última, de modo que os contingentes populacionais de menor renda, que se avolumaram a partir da década de 1970 com o avanço das correntes migratórias em direção à cidade, foram cada vez mais empurrados para as localizações mais desvantajosas do espaço urbano: sem amenidades físicas, carentes de infra-estrutura e serviços básicos, afastadas dos locais de trabalho e consumo e, em alguns casos, insalubres e perigosas para a função da moradia.

Os conjuntos habitacionais construídos pelo Estado em diversos períodos consistiram numa opção que abarcou parte das classes populares com rendimento financeiro um pouco mais elevado, as quais são geralmente consideradas como “não-pobres”. O gráfico da Figura 2 totaliza o número de unidades habitacionais construídas por órgãos do poder público entre 1967 e 1999. Embora a demanda por habitações por parte das camadas populares venha crescendo, observa-se que a produção de moradias populares tem sido bastante inconstante, verificando-se a ocorrência de apenas alguns intervalos de maior oferta intercalados por outros de oferta diminuta ou nula, conforme as políticas de financiamento da habitação estabelecidas em certos períodos, tanto na esfera nacional, como nas estadual e municipal.¹²¹

¹²⁰ SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. op. cit., p. 96 e 111.

¹²¹ SCHEFFER, op. cit., p. 49-59 passim.

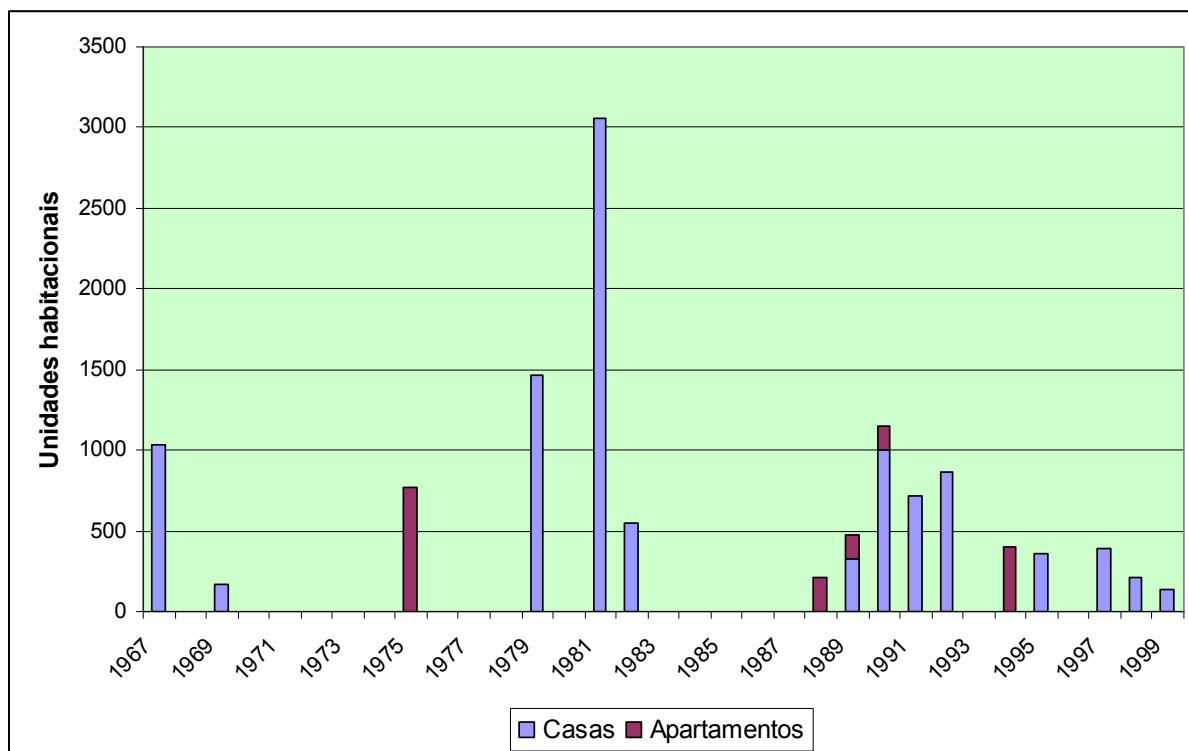


Figura 2 – Unidades habitacionais construídas por Companhias de Habitação Popular em Ponta Grossa, de 1967 a 1999.

Fontes: SILVEIRA (2002); SCHEFFER (2003).

Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

Como se pode ver no gráfico, em 1967 foram entregues pouco mais de mil moradias populares, quase a totalidades delas fazendo parte do Conjunto Habitacional 31 de Março, situado na porção nordeste da cidade. Nos anos 1970 a oferta de novas habitações foi bastante escassa, de modo que as poucas unidades correspondem a dois adensados residenciais: cerca de 770 apartamentos no Conjunto Monteiro Lobato (o primeiro residencial verticalizado da cidade), entregues em 1975, e outras 1.467 no Núcleo Habitacional Santa Paula I, no extremo oeste da área urbana, no final do decênio. Logo em seguida, em 1981 e 1982, ocorreu o período em que mais foram lançadas moradias populares, sendo entregues mais 3.600 casas em equipados núcleos habitacionais, sendo os maiores os conjuntos Rio Verde, Santa Luzia, Santa Maria e Santa Terezinha. Após este período, no entanto, a produção de habitações populares passou por um longo vácuo, acentuado pela dissolução, em 1986, do Banco Nacional da Habitação (BNH), sendo retomada somente no final da década. Entre 1988 e

1992 ocorreu o último período em que houve uma produção mais significativa de habitações para as camadas populares, com a construção de núcleos habitacionais (Santa Marta, Jardim Nossa Senhora das Graças, Jardim Baraúna, entre outros) e de alguns residenciais verticalizados (Raul Pinheiro Machado e Acácia I e II). Daí até o fim do período analisado a oferta de novas unidades só declinou, tendo ocorrido a criação do residencial verticalizado Antares, além de alguns outros núcleos habitacionais com poucas unidades. E a partir de 2000, observa-se que esta tendência de queda se aprofundou, tendo ocorrido, deste ano até 2007, apenas a entrega esporádica de algumas poucas dezenas de residências unifamiliares dispersas pelo espaço urbano, na verdade algo desprezível diante da crescente demanda por moradias populares na cidade.

No tocante à organização espacial e ao conteúdo social destas áreas, pode-se observar que as áreas residenciais mais antigas – caso dos condomínios verticais e dos núcleos 31 de Março, Rio Verde e “Santas” Maria, Luzia, Terezinha e Paula I, II e III – já foram entregues com praticamente toda a infra-estrutura básica instalada e, em sua maioria, dispõem atualmente de equipamentos como escolas e unidades de saúde. Por outro lado, em razão do preço mais baixo da terra, todas estas áreas foram implantadas em locais distantes do Centro, o que obriga seus moradores a gastar parte de seu tempo livre com longas e desgastantes viagens para se deslocar aos principais locais de consumo e de trabalho. Mesmo assim, em alguns destes residenciais, como o Santa Paula, tem ocorrido uma melhora das condições de vida com a instalação de uma rede de estabelecimentos comerciais e de serviços de pequeno porte, propiciando, inclusive, a substituição dos antigos moradores por outros com poder aquisitivo mais elevado.

Os núcleos habitacionais mais recentes, especialmente os implantados a partir de 1988 – casos como do Pitangui I, II e III, e do Pimentel – foram entregues com o mínimo de infra-estrutura, quase sempre desprovidos de redes de esgoto, pavimentação viária, galerias

pluviais, além da falta de serviços como transporte público e de equipamentos de uso coletivo. Nestes residenciais, portanto, a condição de exclusão de seus moradores é muito mais acentuada e evidente do que nas outras áreas populares há pouco descritas.

Outro *locus* residencial de camadas de baixa renda é composto pelos loteamentos periféricos. Estes, como já se adiantou, foram implantados em grande quantidade durante várias décadas na cidade, principalmente através de empreendimentos realizados pela iniciativa privada. Mais recentemente, a partir da década de 1990, o poder público também tem promovido a implantação de alguns loteamentos populares, principalmente através da PROLAR, para fins de construção de novas moradias, como é o caso das vilas Santa Mônica, Dom Bosco e Jardim Tropeiros I e II, ou para o assentamento de famílias removidas de áreas de risco, como a vila Jardim Esperança, por exemplo.

Quase a totalidade destes loteamentos direcionados às classes populares, tal como os conjuntos habitacionais mais recentes, foi aprovada, implantada e (quando foi o caso) comercializada sem a infra-estrutura e os serviços básicos necessários. A localização cada vez mais longínqua destas áreas residenciais tem tornado mais e mais onerosa a dotação de infra-estrutura, seja para os loteadores, seja para a própria municipalidade. Em vista disso, como aponta Scheffer, o que se tem visto na história recente de Ponta Grossa é que a instalação dos principais serviços urbanos e elementos de infra-estrutura ficou quase que totalmente a cargo do poder público municipal, e a implantação de cada um deles foi “ocorrendo *a posteriori* e de acordo com a capacidade de atender a toda demanda para a definição de prioridades para as novas vilas e por outro lado através das pressões de organizações populares mobilizadas em prol de suas reivindicações”.¹²²

As localizações das áreas de moradia popular, bem como sua organização espacial, revelam o processo de segmentação social, com a presença contínua ao longo do tempo, de

¹²² Ibid., p. 62.

parcelas da população excluídas dos bens e serviços necessários a uma qualidade de vida mais apropriada. Tal situação, ainda na acepção de Scheffer,

expressa a precariedade de inserção no mercado de trabalho, proveniente da não incorporação de toda a força de trabalho no setor formal do mercado, favorecendo a inserção de uma parcela expressiva da população no setor informal e com subempregos, acentuando as desigualdades sociais.¹²³

Esta precária inserção laboral à qual se refere a autora está também no cerne da constituição de um processo que vem se aprofundando na cidade, cujas áreas residenciais resultantes revelam uma grave condição de exclusão: a favelização. Löwen¹²⁴ constatou que as primeiras favelas surgiram em Ponta Grossa já em meados da década de 1950, sendo que o número de áreas faveladas aumentou significativamente nos anos seguintes. Explica esta autora que foi notadamente a partir da década de 1970, no âmbito da modernização agrícola paranaense e da industrialização do município, que o processo de favelização se acelerou na cidade.

A Tabela 5 reúne alguns dados existentes e estimados sobre o total de população habitante da área urbana de Ponta Grossa, bem como dos percentuais de moradores em favelas nos respectivos anos. Pode-se observar que, em 1960, a população favelada não chegava a 1% do total da população urbana. Durante a década de 1970 e os primeiros anos da seguinte, período em que ocorreu um maciço deslocamento de migrantes rurais para a cidade, teve início um forte processo de instalação de sub-habitações, o qual só viria a se intensificar nas décadas seguintes. No restante dos anos 1980 e no decênio de 1990, verificou-se um prosseguimento das migrações de famílias pobres para Ponta Grossa, mas desta vez o êxodo passou a ser cada vez mais de origem urbana, principalmente de outras cidades vizinhas e de municípios da região metropolitana de Curitiba. No mesmo período também já podia ser

¹²³ Ibid., p. 48.

¹²⁴ LÖWEN, op. cit., p. 76.

notada uma mobilidade residencial dentro da própria cidade, com famílias saindo de outras áreas residenciais para residir em favelas.¹²⁵ Nesse contexto, a população favelada, que era de menos de 2% da população urbana em 1970, “saltou” para 6,3% desta em 1980, e para quase 14% onze anos mais tarde, quando a cidade já contava com 96 áreas faveladas, que abrigavam mais de 30.700 pessoas¹²⁶ (TABELA 5).

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO FAVELADA EM PONTA GROSSA NO PERÍODO DE 1960 A 2006

Ano	População urbana (A)	População favelada (B)	% de (B) em relação a (A)
1960	78.557	614	0,78
1970	113.074	2.194	1,94
1980	172.946	10.896	6,30
1991	221.671	30.709	13,85
1996	244.248 ⁽¹⁾	39.461 ⁽²⁾	16,16
2006	300.125 ⁽³⁾	51.845 ⁽⁴⁾	17,27

Notas: ⁽¹⁾ Valor estimado pelo IBGE.

⁽²⁾ Estimativas realizadas a partir das médias de habitantes/domicílio e de domicílios/hectare nas áreas faveladas, calculadas pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PONTA GROSSA, 1996).

⁽³⁾ Estimativa nossa, realizada através da multiplicação da população urbana de 2000 (266.683 habitantes) pela taxa de crescimento geométrico da população urbana (2,09% a.a.), calculada pelo IBGE.

⁽⁴⁾ Estimativa realizada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

* As definições de favela utilizadas no decorrer dos anos não são necessariamente as mesmas.

Fontes: IBGE – Censos demográficos 1960-2000, e Contagem da População 1996; LÖWEN (1990); LÖWEN SAHR (2001); PONTA GROSSA (1996; 2006); IPARDES (2007).
Org.: NASCIMENTO, E. (2008)

Após 1990, a questão da favelização se agravou em Ponta Grossa, de modo que o percentual da população citadina residente neste tipo de (sub)habitação seguiu em um ritmo acelerado de crescimento, ultrapassando a casa dos 16% em 1996 e atingindo 17,3% em 2006, momento em que os favelados já somavam aproximadamente 51.850 pessoas, distribuídos em 136 pontos de ocupação¹²⁷ (TABELA 5).

¹²⁵ PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Levantamento sócio-econômico de ocupações irregulares**. Ponta Grossa, 1996. Passim.

¹²⁶ LÖWEN SAHR, C. L. Estrutura... op. cit., p. 32.

¹²⁷ WLODARSKI, op. cit., p. 94.

Além das migrações, o rápido crescimento das áreas de favelas em Ponta Grossa especialmente a partir da década de 1980, pode ser explicado pela conjugação de uma série de fatores, dentre os quais estão:

- o crescimento urbano especulativo e o empobrecimento da população¹²⁸;
- a falta de políticas públicas de habitação popular mais abrangentes, capazes de absorver a demanda;
- o aumento da resistência popular contra despejos e remoções das famílias para outras áreas;
- a fraca atuação do poder público municipal na promoção de políticas de regularização fundiária e urbanização de favelas.¹²⁹

Atualmente as favelas estão distribuídas em praticamente todo o espaço urbano pontagrossense, instaladas, em sua maioria, nas áreas mais impróprias à função de moradia: beiras de ferrovias, terrenos embaixo de redes de alta tensão elétrica, encostas com alta declividade e, sobretudo, às margens dos inúmeros cursos d'água que atravessam a área urbana¹³⁰ (MAPA 9).

Como observam Matias e Nascimento, a presença deste tipo de moradia, principalmente em elevada e crescente quantidade, é um dos mais fortes indicadores de exclusão social no espaço urbano, revelando

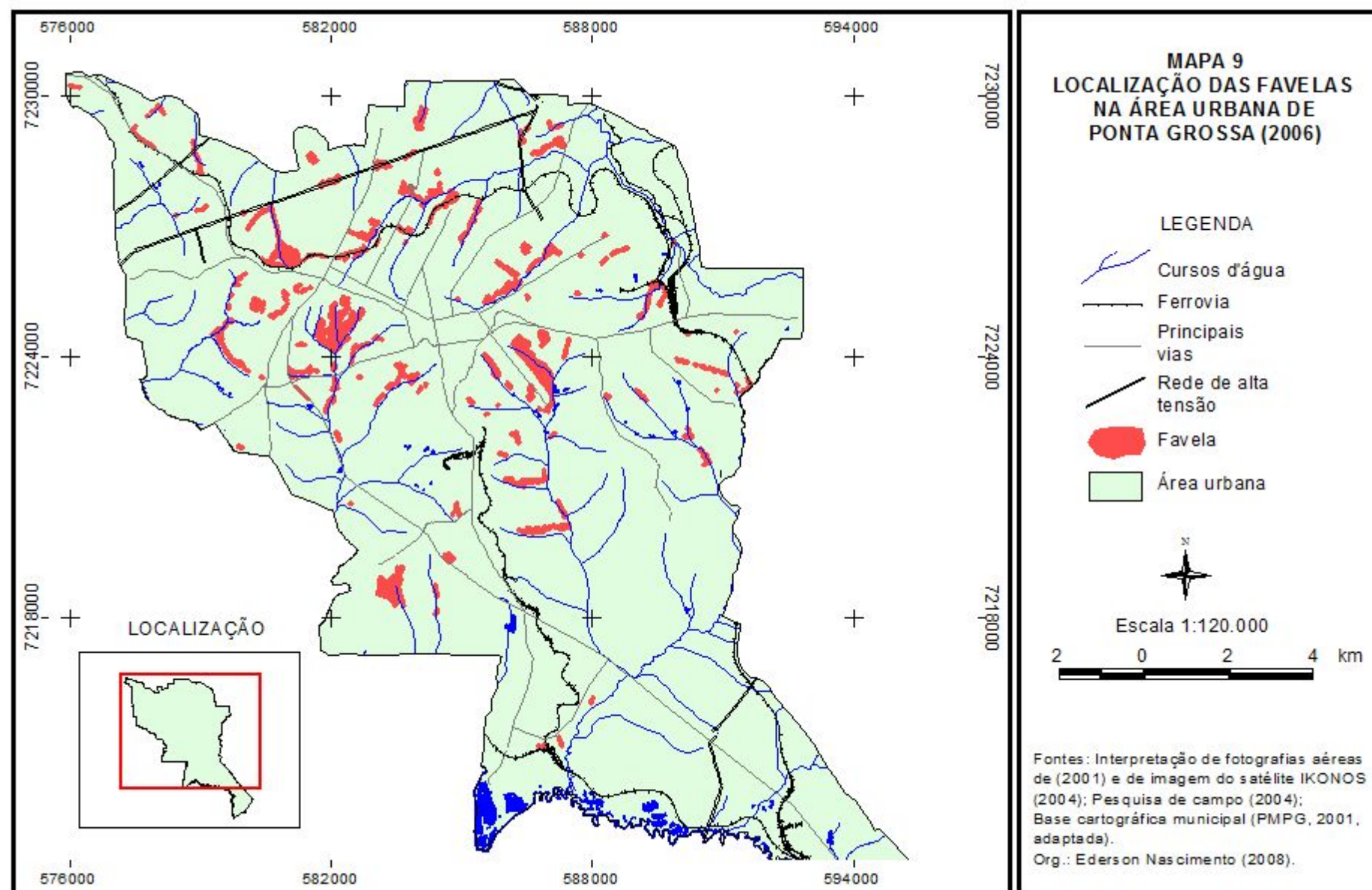
a precarização das condições de vida da população ocorrida no âmbito da expansão urbana de Ponta Grossa, processo este expresso tanto pelas más condições sanitárias e pelos riscos de acidentes oferecidos pelas condições de ocupação, como, e principalmente, pelos baixos rendimentos obtidos por essas famílias.¹³¹

¹²⁸ LÖWEN SAHR, C. L. Estrutura... loc cit.

¹²⁹ SILVEIRA, G. T. op. cit., p. 74 et seq.

¹³⁰ MATIAS, L. F.; NASCIMENTO, E. Geoprocessamento aplicado ao mapeamento das áreas de ocupação irregular na cidade de Ponta Grossa (PR). **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 317-330, mai.-ago. 2006. p. 327-328.

¹³¹ Ibid., p. 321.



A favela, na maioria das vezes, expressa em si mesma uma condição extrema de exclusão, a qual conjuga o cerceamento do acesso à renda, ao emprego, à infra-estrutura e condições básicas de habitabilidade, à insalubridade, aos estigmas e preconceitos, enfim, uma ampla gama de limitações e precariedades, cristalizadas na privação do acesso à moradia digna.¹³²

Em suma, as reflexões apresentadas nesta seção, mesmo consistindo em apenas uma breve introdução ao assunto, deixaram claro que o processo de exclusão/inclusão social está presente no espaço urbano ponta-grossense, materializado nas diversas áreas residenciais das classes, tanto em localizações centrais como em periféricas. As informações levantadas e analisadas sugerem, com algum grau de segurança, que a produção deste espaço se dá de modo segregado, tendo como uma de suas principais características a dialética entre a “inclusão” e a “exclusão”, de modo que cada vez mais tem sido notória a disparidade das condições de vida dos diversos segmentos sociais. Evidentemente não foi nossa intenção esgotar o assunto, pois como já foi discutido, a exclusão e a inclusão social constituem um único processo multidimensional. Por isto mesmo, há várias áreas da cidade que, por combinar, em diferentes graus, características de inclusão e de exclusão, podem ter ficado de fora desta análise.

Em vista disso, embora o exame da bibliografia permita a identificação dos setores da cidade onde as populações se encontram mais ou menos excluídas socialmente, a sua espacialização mais precisa, com a demarcação mais clara de seus limites, bem como uma visão abrangente da disparidade entre as condições de vida nos diferentes fragmentos

¹³² É salutar reproduzir a rica visão de Corrêa sobre esta correlação de exclusões a partir da situação de moradia: “Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado”. CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. op. cit., p. 29.

espaciais – em outras palavras, da intensidade da inclusão ou da exclusão *em relação* às demais localizações do urbano – ficam impossibilitadas. A produção de um *mapa da exclusão/inclusão social* a partir de um sistema de indicadores sociais pode ajudar a preencher estas lacunas, propiciando um outro olhar sobre a cidade e suas diferenças socioespaciais. Esta discussão passará a ser o foco principal do trabalho a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A MENSURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO ESPAÇO URBANO: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DE PONTA GROSSA

A questão de saber se a verdade objetiva resulta do pensamento humano não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. Na prática, o homem deve demonstrar a verdade, quer dizer a realidade e o poder, a materialidade de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou a não-realidade do pensamento – isolado da prática – é uma questão puramente escolástica.

Karl Marx

Este capítulo dá início à segunda parte deste trabalho, na qual passa-se a discutir a utilização de indicadores sociais e índices estatísticos sintéticos – as *medidas socioespaciais* – para subsidiar o mapeamento e a análise das áreas de exclusão e de inclusão social no espaço urbano de Ponta Grossa.

O uso deste tipo de dado estatístico objetiva, no entanto, nada mais do que complementar e aprofundar o entendimento já realizado sobre as desigualdades socioespaciais da cidade, caracterizando os diferentes fragmentos do espaço com maior precisão e clareza, mas agora buscando operacionalizar o arcabouço conceitual a partir de indicadores concretos. Em vista disso, as medidas socioespaciais não devem, em nenhuma hipótese, serem dissociadas da matriz teórica e do conhecimento de campo acumulado sobre a cidade, mais ainda em se tratando de cidades socioespacialmente segregadas, como é o caso de Ponta Grossa. Afinal, é como já disse Jannuzzi na seguinte metáfora: “Uma cifra estatística isolada é como poste com luz queimada: Pode servir como apoio, mas sozinha não ilumina nada”.¹³³

A seção inicial deste capítulo apresenta uma discussão sobre a natureza e funcionalidades mais importantes das medidas socioespaciais para a análise das condições de vida em um determinado espaço, bem como os principais percalços que podem comprometer

¹³³ JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004. p. 11.

a sua utilização. Em seguida, é feita uma apreciação crítica das medidas socioespaciais produzidas para Ponta Grossa.

3.1 MEDIDAS SOCIOESPACIAIS: PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES E OBSTÁCULOS À SUA UTILIZAÇÃO

Chamar-se-á de *medidas socioespaciais* os indicadores quantitativos elaborados com o fim de mensurar e avaliar atributos específicos de populações de um determinado espaço. Esses dados estatísticos podem ser considerados como um tipo de indicador social¹³⁴, que faz referência não só a segmentos populacionais, mas também aos espaços onde estas populações se encontram e que ajudam a produzir. Por estas características, tais indicadores podem ajudar no entendimento de aspectos fundamentais relacionados às condições de vida existentes numa dada localidade.

No Brasil, as medidas socioespaciais passaram a ganhar destaque no ideário político e social no final da década de 1980 e início da seguinte, na esteira de sucessivas crises econômicas nacionais desencadeadas no âmbito da chamada “década perdida”, e associado a isto o aprofundamento, no meio acadêmico, de estudos sobre as dinâmicas da pobreza e exclusão social, reproduzidas e ampliadas no contexto de estagnação econômica. Soma-se a estes fatos a insatisfação em relação às limitações do PIB *per capita*, cuja utilização generalizada como indicador de bem-estar da população servia antes para escamotear as condições de vida, do que efetivamente para avaliá-las em suas desigualdades.¹³⁵

¹³⁴ Um indicador social pode ser definido, segundo Jannuzzi, como “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”. Ibid., p. 15.

¹³⁵ GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. de M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004. CD-ROM. p. 2.

A partir de então, e motivadas pela grande aceitação do *Índice de Desenvolvimento Humano* – IDH (publicado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU), diversas medidas socioespaciais referentes a situações de desigualdade têm sido constituídas com propósitos igualmente variados, as quais visam “lançar referências sobre dadas situações da realidade hierarquizando-as entre piores e melhores, o que possibilita comparações principalmente se apreciadas em série histórica”.¹³⁶ E apesar de terem vários elementos em comum, tais indicadores acabam apresentando significados particulares a partir de sua matriz teórica, objetivos e encaminhamentos metodológicos. Mas em geral, em que pesem as diferenças, busca-se com essas medidas o levantamento de informações sobre as condições de vida em determinado território, para servirem de parâmetro ao direcionamento de intervenções, ou para possibilitar a avaliação do grau de impacto das políticas públicas empreendidas.

Na maioria das vezes as medidas socioespaciais correspondem a *índices sintéticos*, que são produzidos a partir da correlação entre vários dados diferentes ou mesmo de outros indicadores. O encaminhamento metodológico utilizado para construir esses índices é conhecido como *sistema de indicadores sociais*.¹³⁷ Estes são constituídos a partir de uma série de decisões metodológicas, que se resumem, segundo Jannuzzi:

- na definição de uma temática ou conceito abstrato a que se refere o sistema;
- na “especificação das suas dimensões, das diferentes formas de interpretação ou abordagem do mesmo”;
- na obtenção dos dados estatísticos e;

¹³⁶ KOGA, op. cit., p. 84.

¹³⁷ Sistema de indicadores sociais, conforme conceituação de JANNUZZI, op. cit., p. 17, pode ser entendido como um “sistema de indicadores, referidos a múltiplas dimensões, para caracterizar um fenômeno social”.

- na computação dos indicadores “através da combinação orientada das estatísticas disponíveis”.¹³⁸

Esse tratamento estatístico normalmente é efetuado a partir de dados percentuais ou em taxas, que são posteriormente agregados na tentativa de mensurar, a partir de elementos *concretos* (por exemplo, o valor médio dos rendimentos familiares), dimensões de um fenômeno social *abstrato*, como a pobreza ou a exclusão/inclusão social. Entretanto, a construção de medidas e sistemas de indicadores no Brasil tem encontrado limitações para se desenvolver mais rapidamente, pois a produção e análise de dados sobre as condições de vida das populações ainda busca superar pelo menos duas grandes questões. A primeira delas é a *compatibilidade entre os dados estatísticos*, pois ainda atualmente é bastante comum a produção de dados estatísticos em formatos diferentes (dados “brutos”, taxas, percentuais, entre outros), com escalonamentos e unidades de medidas díspares e com desagregação insuficiente. Tais características reduzem as possibilidades de realizar comparações e correlações entre esses dados para a produção de análises mais detalhadas, especialmente acerca de fenômenos e processos multidimensionais, como é o caso, por exemplo, da exclusão/inclusão social.

A outra questão está associada à *escala de análise*. No Brasil, as cidades apresentam-se como a menor unidade administrativa de referência utilizada para o levantamento de prioridades para políticas públicas. No entanto, embora as divisões internas constituam uma realidade presente no cotidiano intra-urbano, muitas vezes exercendo influência decisiva nas condições de vida de sua população, o conhecimento sobre a realidade socioespacial citadina tem se fundado principalmente em medidas genéricas, pois a produção e análise de dados urbanos quase sempre têm se voltado para as cidades de maneira geral. Esta abordagem não

¹³⁸ Ibid., p. 17-18.

consegue identificar as grandes disparidades socioespaciais presentes no interior das segregadas cidades brasileiras.

Em princípio, a produção de sistemas de indicadores sociais, quando possível, ajuda a equacionar a primeira das duas grandes questões apontadas acima. Embora o “ataque” à questão da escala venha ocorrendo juntamente com a maior difusão dos sistemas de indicadores, ainda são poucas as metodologias que possibilitam a geração de dados desagregados para o interior das cidades. Mais próximos às temáticas da desigualdade e exclusão/inclusão social, os principais sistemas de indicadores de abrangência nacional disponíveis atualmente (dentre os quais vale a pena mencionar o *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal*, o *Mapa do Fim da Fome* e o *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, cujas características principais serão comentadas adiante) apresentam uma única medida geral para o município, inviabilizando qualquer comparação entre as diferenças socioespaciais internas. Em vista disso, também é pequeno o número de cidades brasileiras de grande e médio porte cujas diferenças entre as condições de vida de sua população sejam conhecidas em maior nível de detalhamento.

Esta situação requer um aumento da resolução espacial na produção das medidas socioespaciais, pois como afirma Koga, “quanto mais se aproxima das desigualdades internas de um território, aumentam-se as chances de se obter uma radiografia que reflita de forma mais concreta a dinâmica da realidade vivida”.¹³⁹ Em outras palavras, emerge como principal desafio a busca de alternativas para a produção de outras medidas que apreendam o espaço da cidade a partir de seus fragmentos e das condições desiguais da vida urbana, com o fito não somente de caracterizar as carências, mas também de identificar potencialidades locais, auxiliando o direcionamento de eventuais políticas públicas.

¹³⁹ KOGA, op. cit., p. 72.

Já foi visto que o espaço urbano ponta-grossense contempla grandes desigualdades sociais e espaciais, com localizações que combinam elementos desfavoráveis às condições de vida. Mas qual é a intensidade das desigualdades? De quanto é a discrepância entre os mais incluídos e os mais excluídos? Quais são as áreas mais excluídas? Qual o peso de cada uma das principais carências? Embora os dados e informações levantados e já apresentados aqui forneçam algumas boas pistas, é por meio dos indicadores estatísticos que tais questões devem ser melhor respondidas. Todavia, como ocorre com a maioria das cidades brasileiras, Ponta Grossa é conhecida de modo bastante genérico pelos indicadores e índices sintéticos disponíveis, e por outros estudos exploratórios.

Na seção a seguir são apresentados os principais indicadores sociais existentes para Ponta Grossa e suas respectivas características. Ao mesmo tempo, são tecidas algumas considerações sobre as possibilidades e limitações de tais indicadores para subsidiar análises das condições de vida no espaço urbano.

3.2 UMA CIDADE “MAL CONHECIDA”: AS LIMITAÇÕES DAS MEDIDAS SOCIOESPACIAIS EXISTENTES PARA PONTA GROSSA

A maior parte dos indicadores existentes em relação à Ponta Grossa confere uma única nota geral para o município, referente a um ou mais aspectos das condições de vida. O primeiro indicador construído para Ponta Grossa foi o seu *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal* (IDH-M), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro¹⁴⁰, o qual atualmente consiste, de longe, na medida socioespacial mais conhecida em relação ao município. Tal como o índice comparativo entre países, o IDH-M mede as condições de vida em determinado município utilizando dados

¹⁴⁰ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD/ONU, IPEA, FJP, 2003. CD-ROM.

referentes à longevidade, educação e renda. O índice varia de 0,0 a 1,0. Assim, municípios classificados entre 0,0 e 0,5 são considerados com IDH baixo, entre 0,5 e 0,8 IDH médio e acima disso IDH alto.

Calculado a partir dos dados do censo demográfico de 2000, esse estudo apontou para Ponta Grossa um IDH-M considerado alto: 0,804 (índice 0,735 para renda; 0,765 para longevidade e 0,911 para educação). Tal valor confere ao município a 18ª melhor situação no Paraná (dentre os 399 municípios do estado) e a 490ª colocação dentre os 5.507 municípios brasileiros existentes naquele ano.

Este desempenho (aparentemente) bom do IDH-M registrado para Ponta Grossa deve, contudo, ser avaliado com cautela. Comentando os resultados dos municípios paranaenses no IDH-M, o IPARDES¹⁴¹ adverte que as cidades de porte mais elevado, como é o caso de Ponta Grossa, possuem “maior capacidade em oferecer serviços e equipamentos que melhor qualificam o desenvolvimento humano”, principalmente por concentrarem em seu território atividades econômicas que geram mais riqueza. Assim, tais municípios tendem a apresentar resultados que, ao serem agregados em um único indicador, mascaram a situação de pobreza de parte de sua população.¹⁴² E no caso de Ponta Grossa, como bem observou Wlodarski, “Os valores altos do IDH [...] justificam-se, por ser uma cidade que”, de um lado, “concentra índices populacionais representativos, indústrias, comércios e serviços que atendem toda a região, proporcionando dinamismo e oferecendo oportunidades de desenvolvimento humano”, mas que de outro, “possui um índice alto de pobreza, devido à

¹⁴¹ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M – 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003. p. 21.

¹⁴² “Como exemplo, das famílias [paranaenses] com chefes cujos rendimentos são inferiores a 1 salário mínimo ou não possuem rendimentos, 38% estão nas aglomerações urbanas; entre os domicílios sem esgotamento sanitário, 41% encontram-se também nessas áreas. Tais indicadores revelam características contraditórias nessas espacialidades: ao mesmo tempo em que se abrem possibilidades concretas de aprimoramento do padrão do desenvolvimento humano, persistem condições de pobreza inaceitáveis, revelando a convivência da distância social em proximidade física”. Ibid., p. 23.

desigualdade social que se faz presente [...] porque parte da população não consegue inserir-se no mercado formal de trabalho”.¹⁴³

Os indicadores de pobreza e exclusão corroboram a conclusão acima. Um exemplo é o chamado *Mapa da Pobreza no Paraná*, pesquisa elaborada pelo Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR¹⁴⁴, que revela uma situação mais preocupante para o município. Também utilizando dados censitários de 2000, este estudo hierarquizou os municípios do estado conforme o percentual de pessoas abaixo da “linha da pobreza”¹⁴⁵, cujo valor foi fixado em 1/4 do valor do salário mínimo per capita. Assim, identificou-se em Ponta Grossa a existência de 23.436 pessoas abaixo da linha de pobreza, o que corresponde a 8,62% da população total do município, percentual abaixo da média estadual de 10,83%.¹⁴⁶

O percentual de pobres apontado para o município por este levantamento é bastante significativo se levarmos em conta o baixíssimo nível em que foi fixada a linha da pobreza, o qual, a nosso ver, é insuficiente para a satisfação das necessidades básicas, mesmo considerando a variabilidade regional dos custos com a cesta básica. A título de comparação, o valor da linha de pobreza recomendado pela Organização Mundial de Saúde¹⁴⁷ é de um salário mínimo *per capita*, sendo que a metade desse valor constituiria, para esta instituição, a “linha de indigência”.¹⁴⁸

É esta linha de indigência que foi utilizada para a mensuração da quantidade de famintos em todo o Brasil, no chamado *Mapa do Fim da Fome*, publicado em 2001 pela

¹⁴³ WLODARSKI, op. cit., p. 82 e 89.

¹⁴⁴ DORETTO, M. et al. **Mapeamento da pobreza no Paraná**: situação segundo municípios e associações de municípios do Paraná, ano 2000. Londrina: IAPAR, 2003.

¹⁴⁵ Considera-se como “linha de pobreza” o valor mensal considerado suficiente para a satisfação das necessidades básicas da população, correspondendo ao valor de uma cesta básica com alimentos e outros produtos e serviços necessários à sobrevivência.

¹⁴⁶ Ibid., p. 13.

¹⁴⁷ De acordo com KOGA, op. cit., p. 68.

¹⁴⁸ “Linha de indigência” é o valor mensal considerado suficiente para a satisfação das necessidades básicas estritamente de alimentação da população, que corresponde ao valor de uma cesta básica somente de alimentos.

Fundação Getúlio Vargas.¹⁴⁹ De acordo com este estudo, 11,13% da população pontagrossense (30.455 habitantes) situavam-se abaixo da linha de indigência em 2000, valor que, embora seja bastante inferior à média verificada para o estado (20,88%), pode ser considerado elevado para um município do porte de Ponta Grossa, tendo em vista o dinamismo de sua economia e sua importância regional, comentados anteriormente.

O bom desempenho *apenas relativo* do município é revelado também pelos resultados do *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, investigação de âmbito nacional realizada por uma equipe de economistas da Unicamp, USP e PUC/SP, e publicada em livro organizado por Pochmann e Amorim.¹⁵⁰ Nesta experiência construiu-se o sistema de indicadores mais abrangente do ponto de vista temático, onde foram elaborados sete índices simples – pobreza, juventude, alfabetização, escolaridade, emprego formal, violência e desigualdade – e um índice sintético representativo da exclusão social para o município, derivado dos índices daqueles temas citados. À semelhança do IDH, a escala varia de 0 a 1, com a situação social melhorando com o aumento do índice.

Neste estudo, o índice de exclusão social alcançado por Ponta Grossa foi de *apenas* 0,58, valor que confere ao município as modestas 17^a e 351^a melhores situações nos contextos gerais do Paraná e do país respectivamente.¹⁵¹ Cabe salientar que, para os coordenadores do estudo, o índice de 0,60 é o mínimo considerado necessário para que haja uma boa situação social num dado município.

Em que pesem as diferenças metodológicas e de apresentação dos dados, as medidas socioespaciais em relação à Ponta Grossa apresentadas por esses sistemas de indicadores, principalmente os dois últimos, sugerem a existência de alguns traços de desigualdade e

¹⁴⁹ Os principais dados deste estudo referentes ao Paraná são apresentados em FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa do fim da fome: metas sociais contra miséria nos municípios paranaenses**. [s. l.]: CPS/FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/ibre/cps/mapa_fome.cfm>. Acesso em: 15 dez. 2006.

¹⁵⁰ POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

¹⁵¹ Ibid., p. 173.

exclusão social em seu território, situações estas que certamente devem estar presentes predominantemente em sua área urbana, já que só 2,5% da população do município viviam no espaço rural, como indicou o censo demográfico de 2000.

Por outro lado, é evidente que as investigações sobre a cidade ficam extremamente dificultadas com os dados tendo sido agregados e disponibilizados nessa escala de análise, passando muito mais ao campo da dedução do que propriamente da análise. Pode-se facilmente perceber que informações sobre os tipos de fatores que contribuem para a precarização da qualidade de vida e o peso de cada um deles, bem como sobre a localização das áreas mais precarizadas e sobre a discrepância das condições de vida destas em relação às demais na cidade, por exemplo, ficam difíceis de serem extraídas, pois elas estão escondidas atrás dos indicadores genéricos que abordam os territórios municipais a partir de suas médias. Fica claro, em suma, que tais dados são importantes para a realização de comparações entre municípios, estados e regiões do país, mas são pouco úteis justamente para a esfera pública municipal, onde são efetuadas as intervenções que normalmente causam impacto mais imediato no cotidiano da população urbana.

A única análise realizada em escala intra-urbana em Ponta Grossa, que avalia comparativamente diferentes áreas da cidade, é um estudo acerca da disponibilidade de infraestrutura básica nos bairros, apresentado recentemente em uma dissertação de mestrado defendida por Lara.¹⁵² Neste trabalho, entre outras investigações, efetuou-se um levantamento em campo sobre o acesso a cinco elementos de infra-estrutura nos domicílios: a presença, no domicílio, de rede elétrica, água e esgoto, além de pavimentação viária e coleta de lixo. A partir disso, classificaram-se as condições de vida dentro da cidade, hierarquizando os bairros segundo o número de infra-estruturas ofertadas para pelo menos 4/5 da população entrevistada no bairro. Os mesmos foram classificados em: *excelentes*, quando verificada a

¹⁵² LARA, P. Q. de. **O crescimento demográfico e as condições de vida na cidade de Ponta Grossa (PR): aspectos da urbanização desigual**. 2006, 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.

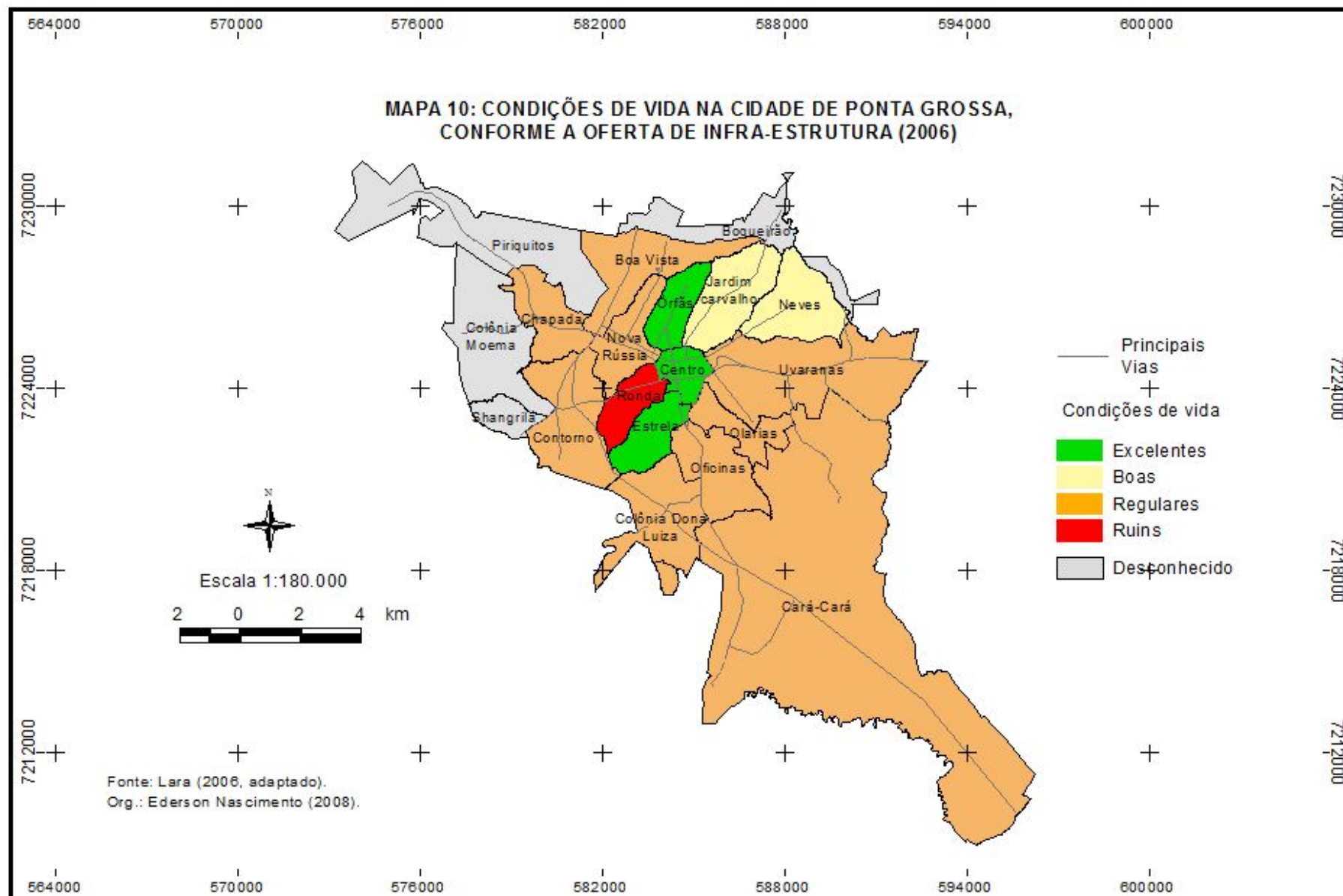
presença de todos os elementos de infra-estrutura pesquisados; *boas*, quando disponíveis quatro elementos; *regulares*, quando ofertados três elementos; e *ruins*, quando verificada a presença de apenas um ou dois tipos de infra-estrutura.¹⁵³

O estudo apontou como “excelentes” as condições de vida nas áreas mais valorizadas da cidade: os bairros Estrela e Órfãs, e o Centro. Todos os bairros periféricos e semi-periféricos foram classificados como contendo condições de vida consideradas “regulares”, à exceção dos bairros Jardim Carvalho e Neves, situados a nordeste do Centro, que segundo a autora, apresentam “boas” condições de vida. O bairro Ronda apresentou a pior condição quanto ao fornecimento de serviços infra-estruturais, sendo o único a apresentar condições de vida “ruins” (MAPA 10).

A contribuição de Lara retrata, portanto, uma cidade desigual e fragmentada quanto ao acesso a serviços essenciais à habitabilidade e à qualidade de vida. Todavia, para a efetuação de uma análise mais aprofundada do espaço urbano a partir das características de suas frações, esta abordagem apresenta algumas limitações, dentre as quais cabe destacar, em primeiro lugar, a natureza amostral dos dados utilizados, onde os resultados refletem apenas quatrocentos dos 74.486 domicílios ocupados existentes na cidade em 2000. Em segundo, pela limitada abrangência temática, pois além de elementos de infra-estrutura, as condições de vida prescindem de outros elementos para serem caracterizadas como satisfatórias ou não.

A ampla dimensão das unidades espaciais de análises – os bairros – constitui outro fator restritivo à análise das desigualdades no espaço urbano, haja vista que nesta escala de análise ainda há o agrupamento de realidades bastante discrepantes, como é o caso, por exemplo, do bairro Uvaranas, que apresenta vilas ocupadas pelas classes médias e com grande disponibilidade de infra-estrutura, mas também amplas *periferias* (numa acepção socioeconômica do termo), notoriamente privadas dos serviços mais básicos.

¹⁵³ Ibid., p. 82.



Como se procurou evidenciar neste item, a cidade de Ponta Grossa, embora nitidamente abrigue dinâmicas de desigualdades e de exclusão social em seu interior, ainda é pouco conhecida socioespacialmente por meio de indicadores. No próximo capítulo são apresentados a metodologia e os resultados do *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de Ponta Grossa*, a partir do qual se pretende fornecer uma contribuição para aprimorar o conhecimento dessa realidade socioespacial díspar e segregada da cidade.

CAPÍTULO 4

AS MEDIDAS DAS DESIGUALDADES:

O MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA

é incontestável o campo de debate social e político quando atrelamos a discussão da exclusão social à elaboração de um “mapa da exclusão social”, o qual demarca de forma imediata e precisa os territórios da cidade, como também, as faces conflituosas ou não da vida urbana. A mais importante revelação desta demarcação territorial é a explicitação gráfica dos dados estatísticos e, principalmente, das desigualdades e contradições da cidade.

Edemir de Carvalho

Tendo em vista os diversos aspectos já apresentados sobre a natureza desigual e segregada da produção e organização do espaço urbano em Ponta Grossa, considera-se de fundamental importância a produção de indicadores intra-urbanos que possam lançar luz ao entendimento da configuração socioespacial em relação aos tipos e graus de desigualdades existentes.

A produção de um mapa da exclusão/inclusão social para a referida cidade pode trazer importantes contribuições para a caracterização de tais desigualdades. Devido à sua ampla abrangência temática, aliada ao seu sistema de medidas socioespaciais dado no formato de índices, o *mapa* permite hierarquizar os diversos fragmentos da cidade segundo a sua situação de exclusão ou de inclusão em relação à condição entendida como mínima para que se possa ter uma vida digna, e também comparativamente em relação às condições de vida nas demais localidades do espaço urbano. Isso favorece a análise das desigualdades na/da cidade concomitantemente em suas intensidades e inter-relações, apreendendo-as na forma de graus de exclusão/inclusão aos bens e serviços da sociedade urbana.

A discussão efetuada neste capítulo está organizada em três partes. Na primeira delas, enfocam-se as premissas teóricas utilizadas e as etapas metodológicas empregadas para a elaboração do mapa da exclusão/inclusão social. Na seção seguinte, realiza-se a

apresentação e a discussão dos dados sobre a exclusão/inclusão social nas diferentes localidades da cidade. Por último, faz-se uma análise, a partir de depoimentos obtidos através de entrevistas, de aspectos qualitativos sobre as opções de escolha de locais de moradia e das condições de vida em tais localidades, com o fito de validar os resultados apontados pelo *mapa* e, fundamentalmente, melhor caracterizar o processo de estruturação segregada do espaço na cidade.

4.1 INSTRUMENTOS E ETAPAS DA PRODUÇÃO DO MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

A produção do mapa da exclusão/inclusão social para a cidade de Ponta Grossa foi inspirada em uma experiência pioneira, realizada nos anos de 1994 e 1995, com o objetivo de analisar as diferentes condições de vida no espaço intra-urbano da capital paulista: o *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*.¹⁵⁴ A coordenadora desta pesquisa, Aldaíza Sposati, versando sobre a mesma, explica que

O *Mapa da Exclusão/Inclusão Social* é uma metodologia de análise geo-espacial de dados e produção de índices intra-urbanos sobre a exclusão/inclusão social e a discrepância territorial da qualidade de vida. Ele permite conhecer “o lugar” dos dados (sua posição geográfica no território) como elemento para a análise geo-quantitativa da dinâmica social e da qualidade ambiental.¹⁵⁵

As premissas teóricas e o modelo estatístico utilizado neste estudo iluminaram a construção do sistema de indicadores voltado à análise da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano de Ponta Grossa. Este sistema incorporou também algumas

¹⁵⁴ Os resultados desta pesquisa e a descrição das variáveis utilizadas para o cálculo dos índices de exclusão/inclusão social nesta metodologia, foram publicados originalmente em 1996 em livro de SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. op. cit.

¹⁵⁵ SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo/2000: dinâmica social dos anos 90**. São Paulo: PUC-SP/INPE/POLIS, 2000. p. 7.

importantes adaptações efetuadas por Genovez¹⁵⁶ ao modelo matemático do *mapa* de São Paulo, quando da adaptação do mesmo à cidade de São José dos Campos (SP).

Os dados utilizados para a mensuração da exclusão/inclusão social são, em sua maioria, provenientes do censo demográfico de 2000 do IBGE¹⁵⁷, tendo como unidade básica de análise espacial os setores censitários urbanos, que no caso de Ponta Grossa totalizam 325. Cabe salientar, contudo, que há três setores (números 018, 072 e 323) que foram desconsiderados nas análises por não apresentarem todas as variáveis necessárias para a mensuração da exclusão/inclusão social.¹⁵⁸

A opção pelos dados censitários se deve tanto à sua funcionalidade, como à falta de opções para escolha. Assim, tais dados constituem-se no melhor e mais recente conjunto de dados da cidade, desagregados tematicamente e vinculados a uma mesma unidade espacial de referência – os setores censitários. Ainda assim, foi possível ampliar o sistema com dados de outros dois importantes temas: as condições de pavimentação viária, a partir de dados levantados por Dusi¹⁵⁹; e a ocorrência de favelas no interior dos setores censitários. Este último tema foi obtido utilizando informações sobre a localização das áreas faveladas em 2001 (disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – PMPG) e efetuando a contagem do número de domicílios em tais locais, a partir da interpretação de fotografias aéreas registradas no mesmo ano.¹⁶⁰

Para dar suporte às análises foi construída uma base de dados georreferenciados contendo vários temas de interesse, a partir de dados levantados junto a diferentes instituições, entre as quais estão o IBGE, prefeitura e secretarias municipais, Agência de Fomento

¹⁵⁶ GENOVEZ, op. cit., p. 60-103.

¹⁵⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de informações por setor censitário**: censo demográfico 2000: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2002. CD-ROM.

¹⁵⁸ Estes três setores aparecem nos mapas apresentados no decorrer do trabalho, com a indicação “Sem dados”.

¹⁵⁹ DUSI, A. **Mapeamento e análise da infra-estrutura do tipo pavimentação na cidade de Ponta Grossa (PR) utilizando técnicas de geoprocessamento**. 2004, 69 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2004.

¹⁶⁰ O referido conjunto de dados foi produzido em um levantamento mais amplo sobre a distribuição espacial das favelas na cidade de Ponta Grossa, realizado por nós nos anos de 2005 e 2006.

Econômico de Ponta Grossa – AFEPON e Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Na construção da base foi utilizado o programa de geoprocessamento ArcGIS®.¹⁶¹

A mensuração das condições de vida foi realizada comparando-se a discrepância entre as situações das populações de cada um dos setores censitários em relação a quatro importantes dimensões do processo de exclusão/inclusão social, mensuráveis a partir dos dados disponíveis:

- *Autonomia de renda*: refere-se à capacidade dos indivíduos gerenciarem seus meios de vida a partir de recursos próprios, sobretudo aqueles que dependem dos rendimentos auferidos por meio de seu trabalho;
- *Desenvolvimento humano*: está associado, segundo Sposati¹⁶², às condições necessárias para que a sociedade possa “usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana”. Busca avaliar aspectos relacionados à instrução e à expectativa de vida dos indivíduos;
- *Qualidade domiciliar*: refere-se às condições gerais de habitabilidade, tanto as de caráter domiciliar particular, como, e principalmente, as ofertadas pelo poder público, e;
- *Eqüidade*: entendida, de um modo geral, como a “Condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc.”¹⁶³ Relacionada com as duas primeiras dimensões, esta tem sido expressa pela concentração de mulheres chefes de família em situação de precariedade ou vulnerabilidade social.

¹⁶¹ A respeito deste software, veja-se ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (ESRI). **Using ArcGIS Desktop**. Redlands, 2006.

¹⁶² SPOSATI, A. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo**. op. cit., p. 96.

¹⁶³ Ibid., p. 105.

Para cada uma das dimensões utilizadas foi selecionado um conjunto de variáveis, às quais foram calculados índices de exclusão ou de inclusão conforme as características socioeconômicas e/ou espaciais expressas pelo dado, de acordo com os seguintes critérios:

- a) as variáveis que denotam unicamente situações sociais de exclusão foram classificadas no intervalo de -1, valor máximo de exclusão, a 0, o qual é, para estas, o valor considerado como *padrão de inclusão social (PIS)*, ou seja, representa a condição considerada necessária para que haja inclusão em um determinado aspecto avaliado (por exemplo, a não ocorrência de chefes de família sem renda, numa determinada localidade);
- b) as variáveis que representam apenas situações de inclusão, receberam notas numa escala de 0 (PIS) a 1 (máxima situação de inclusão encontrada), e;
- c) as variáveis que podem tanto expressar situações de exclusão como de inclusão, como o nível de renda do chefe de família, por exemplo, foram escalonadas de -1 (máxima exclusão encontrada) a 1 (máxima inclusão encontrada). Para estas variáveis, os índices de valor “zero” correspondem aos PIS.

Após estes escalonamentos, efetuados para cada variável adotada, obteve-se os valores dos índices de exclusão/inclusão para cada dimensão e, posteriormente, um índice sintético para a unidade espacial de referência utilizada, realizando-se a soma e o reescalonamento dos valores parciais obtidos. O Quadro 1 apresenta as variáveis e escalas utilizadas, bem como os indicadores compostos e índices produzidos.

O cálculo dos índices foi feito utilizando a fórmula desenvolvida por Genovez¹⁶⁴, que garante maior precisão tanto para os indicadores das variáveis, como, e principalmente, para os indicadores compostos e índices finais. Este procedimento, representado esquematicamente na Figura 3, resume-se nas seguintes etapas:

¹⁶⁴ GENOVEZ, op. cit., p. 63.

Variáveis brutas	Fonte	Porcentagens	Indicador composto	Índice	
Chefes de família (Cf.) sem rendimento Cf. - rendimento de até 1 Salário Mínimo (SM) Cf. - 1 a 2 SM Cf. - 2 a 3 SM Cf. - 3 a 5 SM Cf. - 5 a 10 SM Cf. - 10 a 15 SM Cf. - 15 a 20 SM Cf. – mais de 20 SM	IBGE, 2000	(-) 0 (PIS) (+)		<i>Autonomia de Renda</i> -1 a 1	I e x E X C L U S Ã O / I N C L U S Ã O S O C I A L
Cf. - não alfabetizados Cf. - 1 a 3 anos de estudo Cf. - 4 a 7 anos de estudo Cf. - 8 a 10 anos de estudo Cf. - 11 a 15 anos de estudo Cf. - mais de 15 anos de estudo	IBGE, 2000	(-) 0 (PIS) (+)	Desenvol- vimento Educativo -1 a 1	<i>Desenvolvi- mento Humano</i> -1 a 1	
Crianças alfabetizadas - 5 e 9 anos de idade População não alfabetizada - 10 a 14 anos de idade	IBGE, 2000	(+) (-)	Estímulo à Educação -1 a 1		
População com 70 ou mais anos de idade	IBGE, 2000	(+)	Longevidade 0 a 1		
Precário abastecimento de água Precário esgotamento sanitário Precária disposição do lixo Precária pavimentação viária	IBGE, 2000 DUSI, 2004	(-)	Infra- estrutura precária -1 a 0	<i>Qualidade Domiciliar</i> -1 a 1	
Propriedade domiciliar	IBGE, 2000	(+)	Propriedade domiciliar 0 a 1		
Domicílio – 1 a 3 habitantes Domicílio – 4 a 5 habitantes Domicílio – 6 ou mais habitantes Domicílios sem banheiro	IBGE, 2000 IBGE, 2000	(+) 0 (PIS) (-) (-)	Conforto domiciliar -1 a 1		
Moradias improvisadas Moradias em favelas	IBGE, 2000 SMAS/ PMPG, 2001; fotografias aéreas de 2001	(-) (-)	Habitação precária -1 a 0		
Mulheres chefes de família não alfabetizadas Mulheres chefes de família com renda de até 2 salários mínimos	IBGE, 2000	(-)			

Quadro 1 – Variáveis, indicadores compostos e índices utilizados na elaboração do mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Ponta Grossa.

Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

- soma, separadamente, dos valores percentuais que denotam situações de inclusão (acima do PIS) e exclusão (abaixo do PIS);
- obtenção da diferença entre as incidências percentuais acima e abaixo do PIS;
- identificação das incidências percentuais máxima (acima do PIS) e mínima (abaixo do PIS), a partir dos valores calculados acima, e;

- d) divisão direta das incidências positivas pelo valor máximo positivo, e das incidências negativas pelo valor máximo negativo em módulo (isto para que não ocorra inversão de sinais no momento do cálculo dos indicadores compostos).

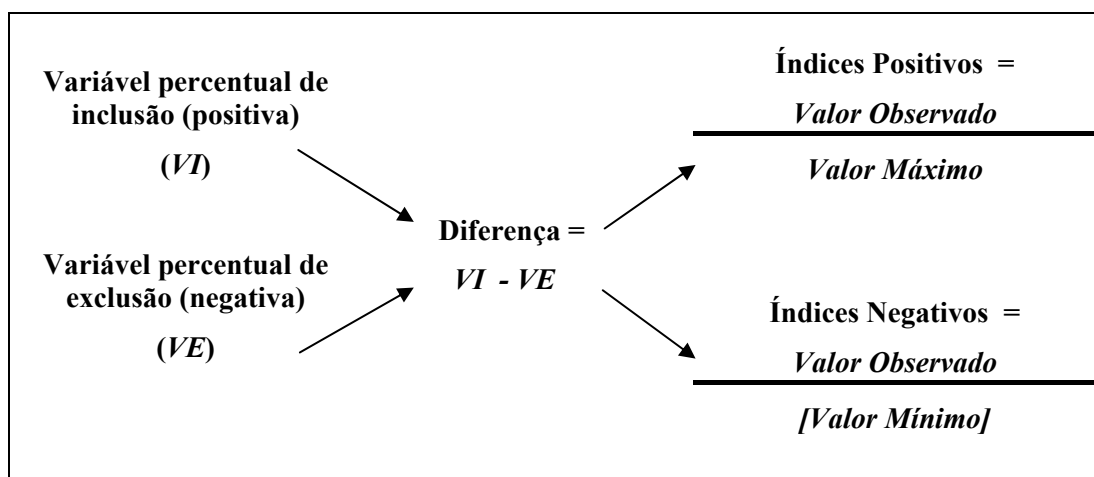


Figura 3 - Fórmulas utilizadas para o cálculo dos índices de exclusão e inclusão social.
 Fonte: adaptado de GENOVEZ (2005).
 Org.: NASCIMENTO, E. (2008)

A título de exemplo, a Figura 4 apresenta a transposição dos dados em percentuais para a escala “-1 a 1” em quatro setores censitários, realizada para a obtenção dos índices de exclusão/inclusão da dimensão “autonomia de renda”. A coluna “Soma %_” contém o percentual de chefes de família com rendimento abaixo do PIS (no caso, até três salários mínimos), ao passo que a coluna “Soma %_+” mostra o percentual de chefes com renda acima do PIS (mais de cinco salários mínimos).

O cálculo final dos índices de exclusão/inclusão social seguiu este mesmo modelo, somando-se separadamente os valores negativos e positivos dos índices de exclusão/inclusão das dimensões. Alguns dos cálculos de índices sintéticos finais são apresentados na Figura 5.

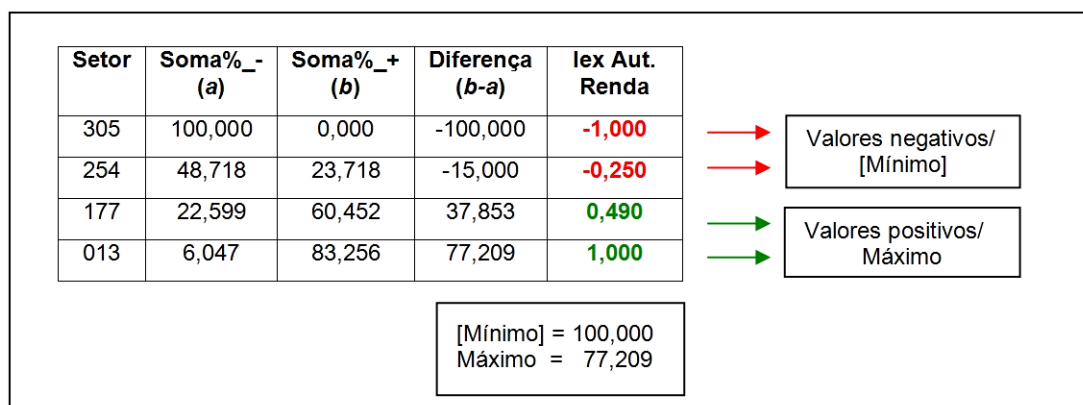


Figura 4 - Exemplos de conversão de dados percentuais para a escala de representação da exclusão/inclusão.
Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

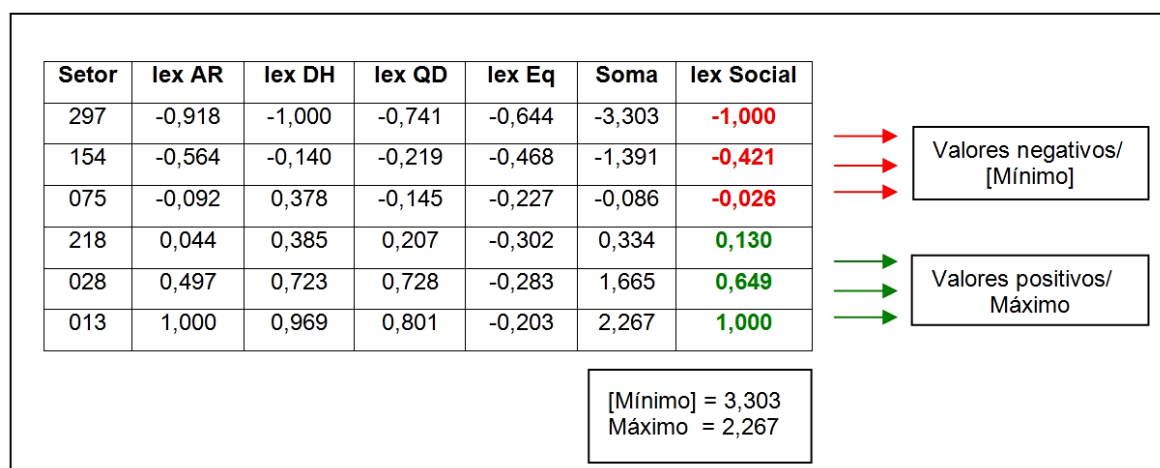


Figura 5 - Exemplos de cálculo dos índices compostos de exclusão/inclusão social.
Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

Em relação à metodologia original, foram efetuadas, na elaboração do sistema de indicadores utilizado para a construção do *mapa* de Ponta Grossa, modificações em alguns indicadores e índices compostos, primeiramente em razão da inexistência de determinadas variáveis para a cidade em análise. Este é o caso, sobretudo, das variáveis que dependem de dados cuja produção e disponibilização competem a órgãos da administração municipal, tais como a oferta de serviços e de equipamentos públicos. Além disso, determinadas variáveis e escalas foram adaptadas visando sanar algumas imprecisões, ampliando assim a “leitura” das

desigualdades existentes no espaço urbano ponta-grossense, e registradas pelos dados. As alterações empreendidas são as seguintes:

1. Em relação à metodologia original de mensuração descrita por Sposati, foram eliminados os indicadores compostos que utilizavam dados já contidos em outros indicadores, ocasionando redundância de dados. Além disso, substituiu-se a fórmula de escalonamentos para a conversão dos dados percentuais em índices, pois este modelo, ao somar conjuntamente dados positivos e negativos, pode falsear alguns índices, provocando inversões de sinais nos índices finais.
2. Foram alterados os sinais de algumas variáveis e indicadores compostos, tornando-os mais condizentes com seus “verdadeiros” significados. O indicador composto de *longevidade*, por exemplo, embora não tenha nenhum PIS definido e tampouco combine variáveis positivas e negativas, era escalonado de -1 a 1, gerando valores positivos e negativos sem nenhum respaldo teórico. Pelo mesmo motivo, o índice de exclusão/inclusão de *eqüidade* foi mantido com escala somente negativa (-1 a 0).
3. A abrangência temática da dimensão *eqüidade* foi ampliada, com a substituição da variável *total de mulheres chefes de família* por *mulheres chefes de família com renda de até 2 salários mínimos*. Entendendo a exclusão de eqüidade como uma situação social de discrepância que penaliza os indivíduos do sexo feminino em condições de precariedade, acredita-se que a conjugação entre escolaridade deficiente e insuficiência de renda, especialmente nos casos em que a mulher chefe de família cuida sozinha do lar, é um importante indicativo de vulnerabilidade e de exclusão social. Além disso, os testes realizados mostraram que o uso daquela variável substituída exerce pesada influência no índice sintético, ampliando os valores de exclusão nas localidades com maior concentração de chefes femininas, inclusive na porção central da cidade. Isto certamente é incorreto, haja vista a existência comum de mulheres que moram sozinhas ou com

famílias pequenas em áreas centrais, mas que seguramente, pelo que se conhece da realidade ponta-grossense, não têm, em geral, menor poder aquisitivo do que as mulheres chefes de família residentes na periferia.

4. Elevou-se o PIS do indicador composto de *desenvolvimento educacional* para 8 a 10 anos de estudo, em lugar dos 4 a 7 anteriores. Estabelecido em meados da década de 1990, acredita-se que este último valor não mais corresponde a muitas das necessidades impostas pela vida social, sobretudo em relação ao mercado de trabalho hodierno, onde o ensino fundamental (ou o antigo primeiro grau) aparece como condição indispensável, quase obrigatória para a aquisição de qualquer posto formal de trabalho.
5. Adaptou-se o indicador composto de *conforto domiciliar*, substituindo a variável *densidade de moradores por domicílio* – expressa na forma de taxa e sem PIS definido – por intervalos de classe referentes aos totais de população nos domicílios: de 1 a 3 (escala de 0 a 1), de 4 a 5 (estabelecido como PIS) e de 6 ou mais (-1 a 0). Na verdade, os PIS não devem ser estabelecidos *a priori*, e sim firmados por intermédio de debates entre diversos segmentos de uma sociedade, observando-se as particularidades socioespaciais locais. No caso da densidade habitacional, contudo, desconhece-se a existência de quaisquer parâmetros reais quanto ao número de habitantes recomendável, mesmo porque tal valor varia conforme a disponibilidade, pelo menos, de infra-estrutura básica e com o número de cômodos por domicílio. Em todo caso, acredita-se que a adoção do valor *4-5 habitantes por domicílio*, mesmo em caráter de teste, permite uma leitura mais ampla das características dos domicílios, do que o uso da taxa média de habitantes por domicílio, proposta pela metodologia original.

Com o encaminhamento metodológico descrito acima, foi possível traçar um perfil mais detalhado da organização segregada do espaço urbano ponta-grossense. Como será mostrado na seção seguinte, o sistema de indicadores sociais construído permitiu mensurar as

discrepâncias existentes entre as populações dos diversos fragmentos espaciais da cidade, tanto no que tange aos níveis de renda e desenvolvimento humano, como em relação a aspectos fundamentais das condições de habitação. No entanto, tendo em vista o longo intervalo de tempo já transcorrido desde o levantamento dos dados censitários utilizados na pesquisa, foi efetuada ainda uma checagem em campo dos indicadores de exclusão/inclusão social, com a realização de entrevistas com questões abertas, além de registros fotográficos da organização espacial de diversas localidades da cidade. Os referidos trabalhos de campo foram úteis para validar os resultados do *mapa* e levantar informações qualitativas sobre o processo de estruturação do espaço urbano em áreas de inclusão e de exclusão social.

4.2 AS MEDIDAS DAS DESIGUALDADES: ANÁLISE ESTATÍSTICA E ESPACIAL DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA

Os resultados desta pesquisa revelam uma cidade bastante estratificada social e espacialmente. Procedendo uma análise comparativa entre as representações da distribuição espacial das localidades em situações de exclusão e inclusão em relação às quatro dimensões avaliadas, pode-se facilmente observar que em todas elas a situação social, em maior ou em menor grau, declina da porção central em direção à periferia. Há, por outro lado, alguns setores censitários com indicadores sociais de inclusão, localizados em áreas periféricas, separados das localidades mais centrais por fragmentos espaciais em situações de exclusão. Mesmo nestes casos, comparando-se os indicadores das diferentes dimensões, nota-se que as situações de exclusão e de inclusão tendem a se repetir respectivamente nas mesmas localidades (vide MAPAS 11 a 14). Isso evidencia o padrão segregado de organização espacial em áreas de inclusão e de exclusão social, já que em alguns espaços, há uma sobreposição de vantagens e de disponibilidade de bens, ambas estreitamente relacionadas,

paralelamente à imbricação, em outros espaços, de carências, precariedades e privações, também bastante interligadas.

No próximo item é feita uma abordagem mais detalhada da distribuição espacial de cada uma destas dimensões, e em seguida, elabora-se uma abordagem quantitativa desta espacialização, conforme a população dos bairros e os graus de exclusão/inclusão social.

4.2.1 A exclusão/inclusão social: suas dimensões e sua espacialização

Antes de mais nada, cabe ressaltar que para tornar mais fácil a referência aos graus de exclusão/inclusão, bem como a sua visualização através dos mapas, elaborou-se uma categorização dos índices em quatro níveis de exclusão e outros quatro de inclusão, conforme o quadro a seguir.

Nível de exclusão/inclusão	Sigla	Intervalo de classe (índices)
Alta exclusão	AE	-1,000 a -0,751
Média-alta exclusão	MAE	-0,750 a -0,501
Média-baixa exclusão	MBE	-0,500 a -0,251
Baixa exclusão	BE	-0,250 a -0,001
Baixa inclusão	BI	0,000 a 0,250
Média-baixa inclusão	MBI	0,251 a 0,500
Média-alta inclusão	MAI	0,501 a 0,750
Alta inclusão	AI	0,751 a 1,000

Quadro 2 – Classificação dos níveis de exclusão/inclusão.
Org.: NASCIMENTO, E. (2008)

Em relação à espacialização da exclusão/inclusão social em Ponta Grossa, a primeira dimensão deste processo que precisa ser examinada é a autonomia de renda. Em certa medida, esta dimensão é a principal norteadora da dinâmica de ocupação do espaço pelas diferentes classes sociais e, por conseqüência, da estruturação socioespacial dispar da cidade, pois “o acesso aos bens de consumo individuais e mesmo a vários bens de uso coletivo se dá”, acima

de tudo, “através do mercado”.¹⁶⁵ Como anota Wlodarski, na medida em que a população é excluída das principais fontes de renda, ela também “fica excluída do acesso aos bens mais essenciais à sobrevivência e passa a ser envolvida por outros problemas que decorrem da situação de pobreza em que se encontra”.¹⁶⁶ Por isso, de uma maneira geral, a exclusão/inclusão social no espaço urbano tende a ser desencadeada pelas disparidades dos níveis de renda, e ratificada pela correlação das demais dimensões do fenômeno.

Examinando o Mapa 11, nota-se que as camadas de mais alta renda (índices de 0,751 a 1,000) estão situadas exclusivamente no Centro da cidade e nas proximidades deste, no Bairro Estrela. Entretanto, de uma maneira mais geral, pode-se observar que as localizações das camadas com alta e média-alta inclusão por renda formam um eixo na direção norte-sudoeste, desde o Bairro Jardim Carvalho (vilas Baronesa, Esmeralda e Jardim Carvalho) até os residenciais Jardim América e Jardim Lagoa, no bairro Estrela. Praticamente todas as áreas residenciais das populações mais abastadas acompanham algumas das principais vias de deslocamento no e em direção ao Centro da cidade (avenidas Monteiro Lobato, Balduino Taques e Bonifácio Vilela, e rua Joaquim de Paula Xavier). Este padrão de organização espacial, como já observou Villaça¹⁶⁷, é uma tendência comum das burguesias e resulta do interesse destas classes em poder sempre otimizar as suas condições de deslocamento, tendo assim um acesso privilegiado aos principais locais de trabalho, lazer e consumo, quase sempre localizados no centro principal ou em suas imediações.

As demais áreas de inclusão por renda ocorrem em outros importantes eixos de deslocamento da cidade: no sentido nordeste até os “Jardins” Florença e Conceição, no bairro Neves; no sentido sul até o bairro Oficinas; e ao norte, para as vilas do bairro Órfãs mais

¹⁶⁵ MELAZZO, E. S.; NASCIMENTO, R. S. do; MAGALDI, S. B. As dimensões socioeconômica e demográfica das desigualdades em uma cidade média: a construção de um sistema de indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002. **Anais...** João Pessoa, AGB, 2002. CD-ROM.

¹⁶⁶ WLODARSKI, op. cit., p. 90.

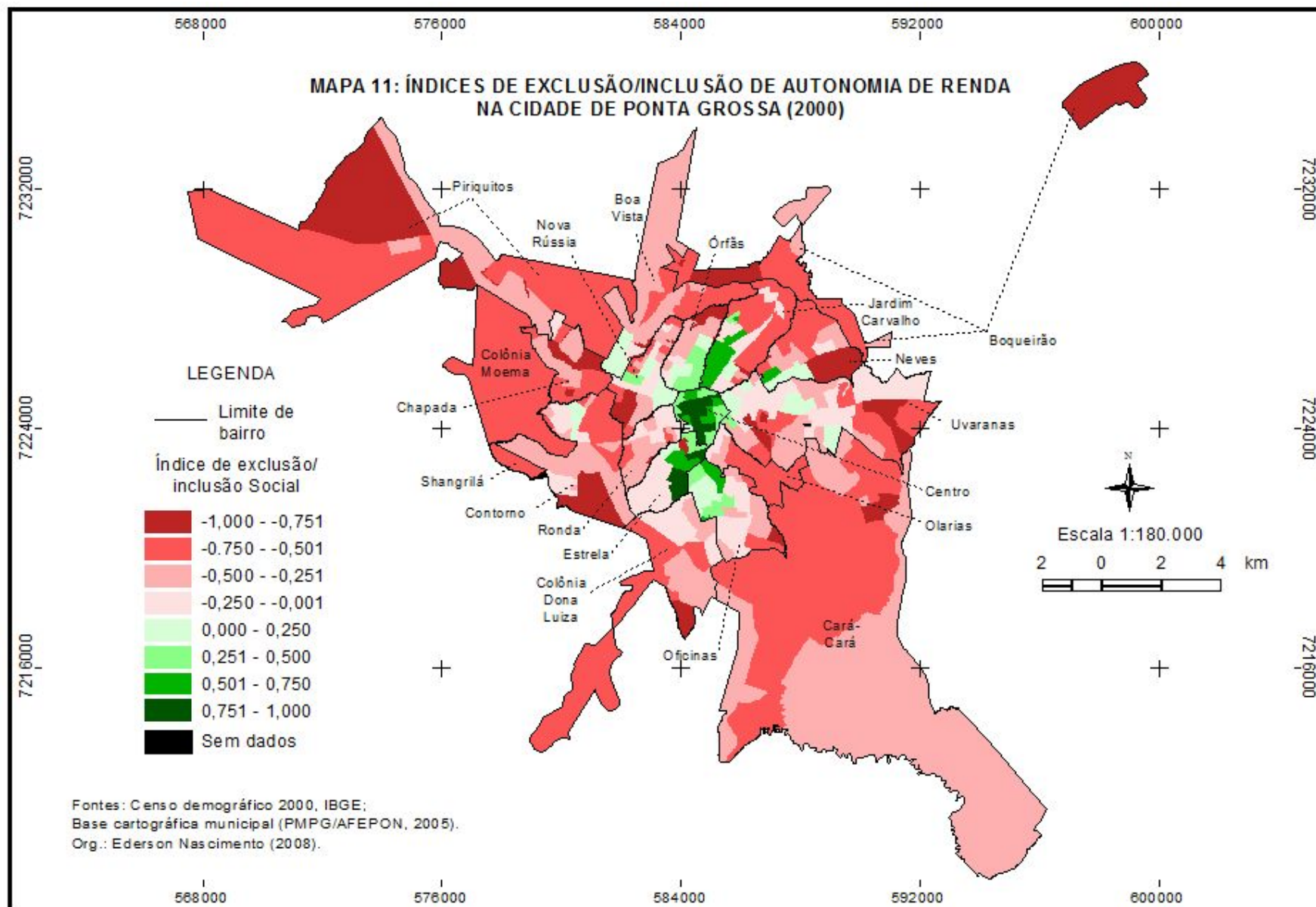
¹⁶⁷ VILLAÇA, op. cit., p. 153, 243 e 244.

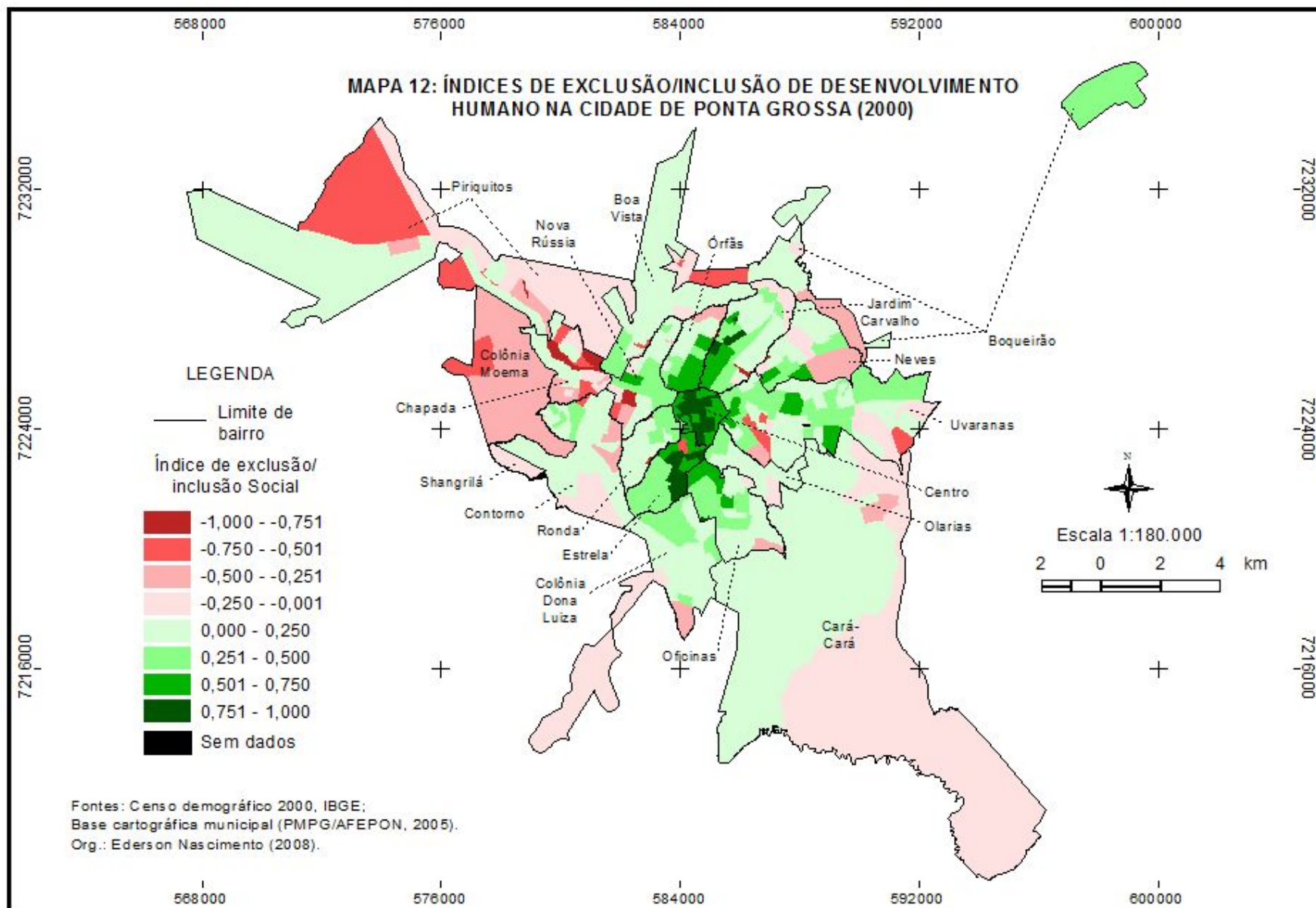
próximas do Centro. Há ainda alguns fragmentos isolados em Uvaranas, Contorno e Nova Rússia.

Por sua vez, as camadas mais empobrecidas estão espalhadas em praticamente toda a periferia da cidade, mas os mais elevados índices de exclusão (abaixo de -0,500) ocorrem nas localidades nas áreas mais longínquas do Centro, nos limites da área urbana. Por sua vez, as populações com os menores rendimentos da cidade, classificadas no grau extremo de exclusão por renda (abaixo de -0,750) estão nas favelas, em pequenas e estreitas faixas de terra, localizadas em sua maioria às margens de cursos d'água, que apresentam elevada densidade habitacional (MAPA 11).

Com relação aos indicadores de desenvolvimento humano, a análise do Mapa 12 evidencia que há, pelo menos em termos absolutos, um número bem menor de localidades em situação de exclusão. A explicação para este fato está nos indicadores de escolaridade, que geralmente são mais elevados entre a população urbana, além de terem melhorado nos últimos anos, pressionados pela contínua modernização da vida social.¹⁶⁸ Em Ponta Grossa, de um modo geral, verifica-se que a população atinge os níveis mínimos de escolaridade e de incentivo à alfabetização, mas não vai muito além disso, pois a maior parcela da cidade, como mostra o mapa, se insere na categoria de “baixa inclusão” em relação ao desenvolvimento humano. E mesmo neste quesito, a desigualdade socioespacial também marca presença na cidade, pois as localidades com mais alta inclusão nesta dimensão são, grosso modo, as mesmas que concentram as populações de poder aquisitivo mais elevado, ao passo que os piores indicadores também são encontrados nas favelas e na periferia longínqua e subequipada.

¹⁶⁸ “A modernização econômica e social trouxe a necessidade de as pessoas serem capazes de ler e escrever, que hoje é quase universal. Os que permanecem analfabetos são em sua maioria idosos ou socialmente excluídos”, como lembra SINGER, op. cit., p. 98.





Isso certamente corrobora a conclusão de Singer de que ainda atualmente a educação é um dos fatores mais decisivos da desigualdade de renda. “Esse papel é antes desempenhado pela riqueza herdada ou acumulada através de lucros, outros rendimentos de propriedade e/ou remuneração por serviços administrativos de alto nível”. Os membros destes grupos de mais alta renda, continua o autor, têm “escolaridade acima da média, porque nasceram em famílias razoavelmente bem de vida e portanto dispõem de motivação e recursos para acesso a uma educação superior”.¹⁶⁹ De outra parte, aquelas camadas sociais com menor poder aquisitivo não conseguem ter acesso a níveis mais altos de escolaridade. Esta insuficiência de renda acaba comprometendo o seu desenvolvimento humano, afinal a inserção dessa população no mercado de trabalho tende a ser cada vez mais difícil e pouco remuneradora, fazendo permanecer a exclusão por renda e agravando assim a exclusão social.¹⁷⁰

A qualidade domiciliar também apresenta uma distribuição espacial bastante distinta na cidade, em parte resultante das disparidades de renda, mas também condicionada pela participação do poder público, tanto em relação à dotação diferencial de serviços de infraestrutura, como no controle e na regulação da ocupação do espaço em determinadas localidades. O Mapa 13 mostra que as localidades ocupadas pelas camadas mais ricas, como era de se esperar, apresentam elevados índices de inclusão de qualidade domiciliar, pois são ocupadas com residências de padrão sofisticado e dispendo de toda a infra-estrutura necessária. Pode-se observar ainda que há vários fragmentos espaciais dispersos pela periferia em situações de média-alta e alta inclusão, os quais correspondem, em sua maioria, a antigos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, mais bem equipados e dotados de infraestrutura, que são ocupados atualmente por setores das classes médias. São exemplos destas áreas isoladas de alta qualidade domiciliar os núcleos habitacionais Bortolo Borsato (bairro

¹⁶⁹ Ibid., p. 103.

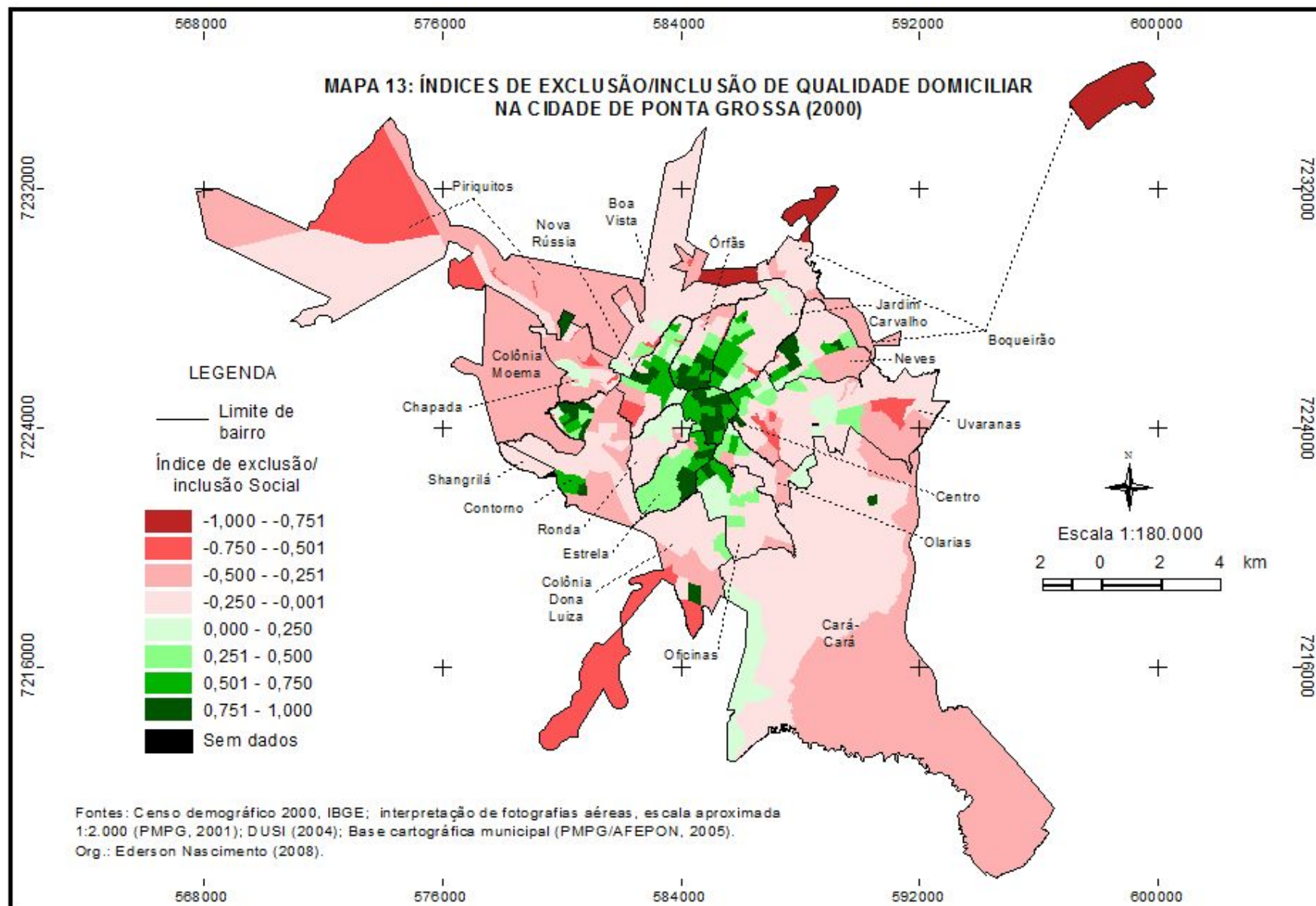
¹⁷⁰ Ibid., p. 100.

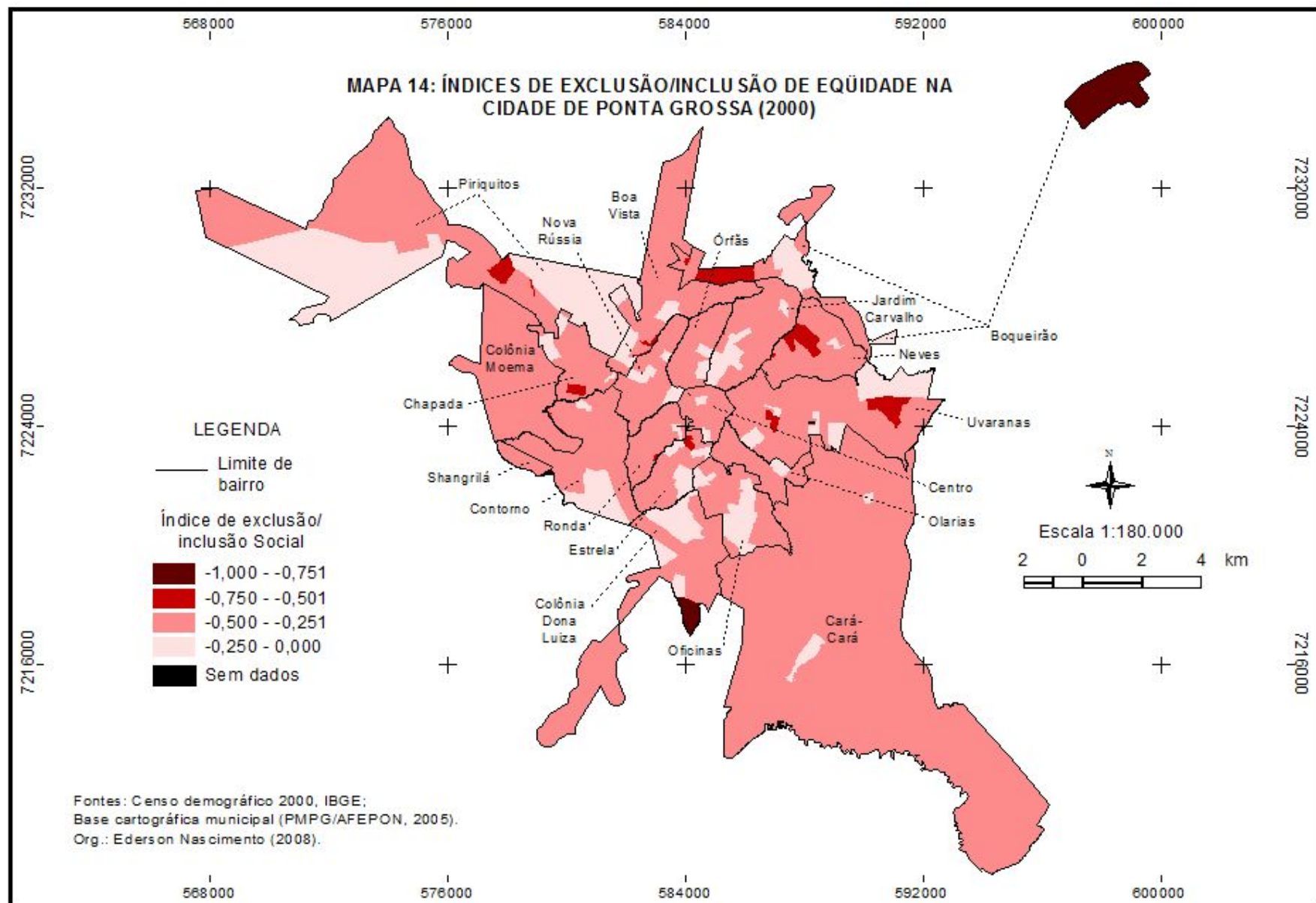
Cara-Cará), Santa Luzia (Chapada), 31 de Março e Rio Verde (Neves), Santa Maria (Colônia Dona Luiza), Santa Paula e Verona (Contorno).

As áreas periféricas da cidade, de um modo geral, apresentam condições de média-baixa exclusão em relação à qualidade de moradia, principalmente porque os serviços de água potável e coleta de lixo já alcançavam em 2000 quase a totalidade do espaço urbano¹⁷¹, e os indicadores de propriedade domiciliar e densidade habitacional são predominantemente medianos. Os indicadores mais desfavoráveis correspondem uma vez mais aos das áreas faveladas, e também de alguns loteamentos periféricos mal servidos de infra-estrutura e com irregularidade quanto à propriedade da terra, caso das vilas Dallabona e Bela Vista (Chapada), Romana (Piriquitos) e Santa Luiza (Colônia Dona Luiza) (MAPA 13). Além dos problemas apontados, as observações *in loco* indicaram que a população destas áreas está entre as que mais sofrem com a falta de equipamentos públicos, como escolas e unidades de saúde, precisando se deslocar a grandes distâncias para usufruir destes serviços. É a (des)organização do espaço atuando decisivamente na precarização das condições de vida da população local.

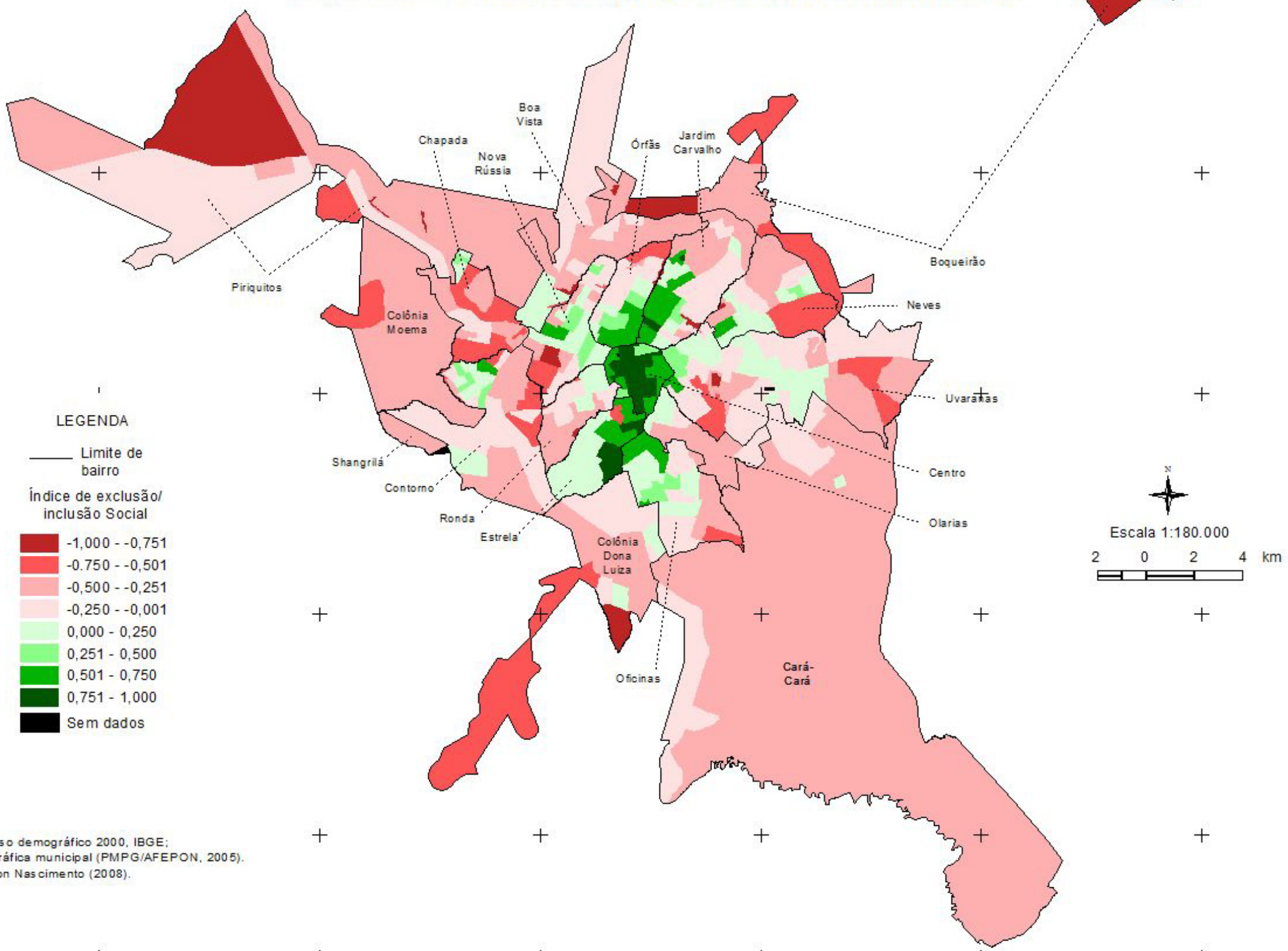
Finalmente, com relação à equidade, as localidades mais excluídas nas dimensões anteriores mais ou menos se repetem (MAPA 14), revelando mais uma face da exclusão social nestas porções da cidade: as mulheres que cuidam sozinhas da família. Dispondo de poucos recursos e um nível educacional insuficiente, estas chefes de família dificilmente conseguem com seus próprios esforços galgar postos de trabalho mais remuneradores e assim fornecer melhores oportunidades de qualificação a seus descendentes. É a partir daí que o processo de exclusão social novamente se retroalimenta.

¹⁷¹ Uma análise mais aprofundada sobre este aspecto no decênio atual é apresentada por LARA, op. cit., especialmente nas p. 62-69.





MAPA 15: ÍNDICES DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA (2000)



Fontes: Censo demográfico 2000, IBGE;
Base cartográfica municipal (PMPG/AEPON, 2005).
Org.: Ederson Nascimento (2008).

O mapa-síntese de exclusão/inclusão social (MAPA 15), seguindo a tendência revelada pelos indicadores das dimensões, apresenta uma cidade com populações socialmente segregadas e excluídas. A exclusão social tende a se agudizar na medida em que as mesmas se encontram em localidades mais afastadas da área central. Portanto, paralelamente ao aumento da distância física em relação à área central, amplia-se também a distância social entre os grupos que ocupam estas duas localizações, pois na maioria das partes da cidade, diminui o número de condições favoráveis a uma boa qualidade de vida.

Mas a própria periferia, estruturada a partir da segregação, por vezes “aproxima” geograficamente as populações incluídas das excluídas. Tal característica pode ser visualizada, de um lado, pela existência de várias “ilhas” de inclusão em áreas periféricas, bem como pelos “eixos de expansão” de localidades em situações de inclusão que seguem nas direções sul-sudoeste e sudeste da área urbana, porém “isolados” das áreas em situações de exclusão. Em sua maioria, tais locais abrigam áreas residenciais pertencentes a segmentos das classes médias, os quais tendem a se segregar das localidades com condições de vida mais precárias (MAPA 15).

Do ponto de vista estatístico, vemos que não só a maior parcela do espaço urbano se enquadra em diferentes graus de exclusão social, mas também que esta atinge a grande maioria da população. Os totais de população excluída e incluída, bem como sua distribuição na cidade, são apresentados e discutidos a seguir.

4.2.2 A população urbana e os níveis de exclusão/inclusão social

Dos 322 setores censitários mapeados, duzentos apresentaram graus de exclusão social, o que equivale a 62,1% do total. Destes setores, a grande maioria corresponde às situações de exclusão menos intensas, sendo 89 deles de média-baixa exclusão e 74 de baixa

exclusão. Os índices mais elevados de exclusão social (abaixo de -0,750) foram encontrados em 15 setores censitários. Por sua vez, os setores que apresentaram indicadores sociais de inclusão correspondem a apenas 37,9% do total, e a maior parcela destes (59 setores) alcançou apenas índices de baixa inclusão (FIGURA 6).

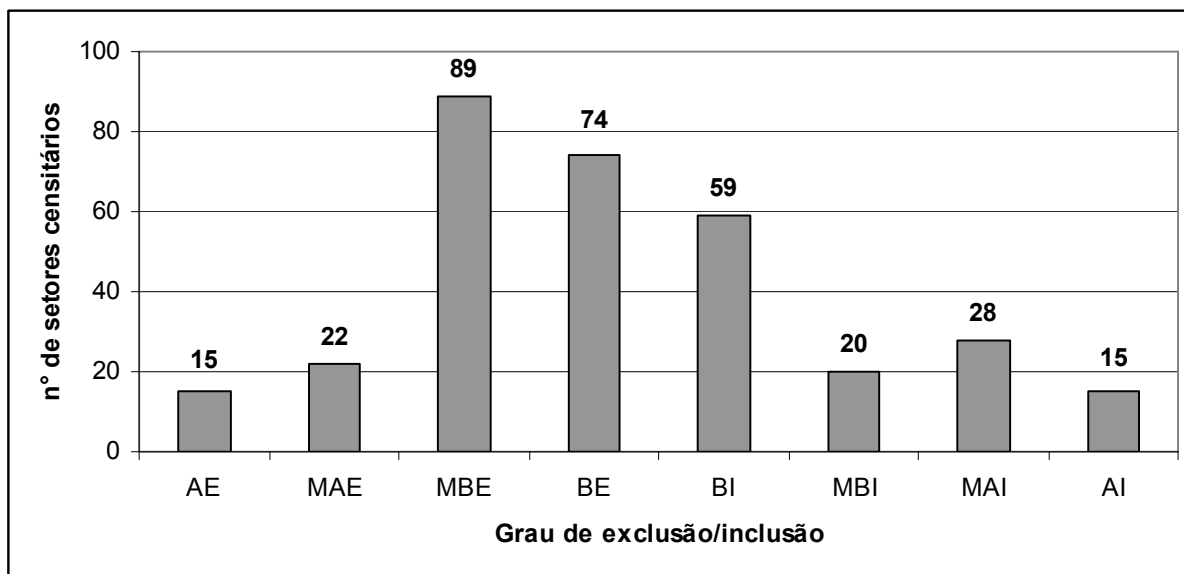


Figura 6 – Número de setores censitários segundo níveis de exclusão/inclusão social, em 2000.

Fonte: Censo demográfico 2000 – IBGE.

Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

Acompanhando esta distribuição dos setores censitários, a maior parcela dos habitantes da cidade se concentra em localidades com indicadores de exclusão. Como se pode ver na Tabela 6, a população socialmente excluída em Ponta Grossa atingia em 2000 a marca de 174.226 habitantes, 65,86% do total da população urbana. Pouco mais da metade deste montante, 88.145 pessoas (33,32%), se enquadravam na categoria “baixa exclusão social”, e outras 62.295 pessoas (23,55%) compunham a população em “média-baixa exclusão”. Estes mais de 150 mil habitantes constituem a população que predominantemente preenche a periferia da cidade (vide MAPA 15), habitando loteamentos e (em menor número) conjuntos habitacionais situados a médias e longas distâncias do centro urbano.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA POR NÍVEL DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL, EM 2000.

Grau de exclusão/inclusão social	População urbana*	%
Alta exclusão	5.647	2,13
Média-alta exclusão	18.139	6,86
Média-baixa exclusão	62.295	23,55
Baixa exclusão	88.145	33,32
Baixa inclusão	47.580	17,99
Média-baixa inclusão	13.314	5,03
Média-alta inclusão	19.731	7,46
Alta inclusão	9.680	3,66
População total das áreas em exclusão	174.226	65,86
População total das áreas em inclusão	90.305	34,14
Total	264.531	100,00

* Considerou-se apenas a população residente nos 322 setores censitários urbanos mapeados.

Fonte: Censo demográfico 2000 – IBGE.

Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

Os dados da tabela acima mostram que havia também quase 24.000 pessoas em condições de vida bastante precarizadas, em situações de média-alta e alta exclusão. Esta é a parcela da população que se encontra amontoada em condições insalubres e de risco nas favelas da cidade, ou isolada em loteamentos subequipados, bastante afastados e, por vezes, ocupados informalmente.

Já os habitantes de localidades classificadas como áreas de inclusão social somavam pouco mais de um terço da população citadina, e mais da metade deles se insere na categoria de “baixa inclusão”. As poucas áreas que apresentam indicadores de inclusão mais elevados reúnem uma parcela ainda menos expressiva da população. Apenas 29.441 pessoas, pouco mais de 11% do total, se enquadravam nas condições de média-alta e alta inclusão (TABELA 6). Este é o número aproximado de pessoas que detinham os mais elevados níveis financeiros e educacionais e que tinham à sua disposição as localizações mais vantajosas da cidade, o que representa, entre outros fatores, o usufruto do melhor sistema viário, o acesso facilitado a diversos locais de trabalho, a uma rede de estabelecimentos comerciais e de prestação de

serviços mais ampla e diversificada, bem como a locais de lazer como clubes sociais, shopping, bares etc., além da habitação de residências luxuosas e confortáveis.

Com relação à distribuição das populações excluídas e incluídas nos bairros da cidade, há também uma grande disparidade, como pode ser visualizado na próxima tabela (TABELA 7). Em termos absolutos, Uvaranas é um caso a parte, pois este tem, com longa sobra, a mais volumosa população absoluta da cidade (41.866 habitantes). Devido ao elevado número de vilas e áreas residenciais que concentra, bem como o local que ocupa no espaço urbano – estendendo-se desde o centro periférico até o limite oriental da área urbana, e incorporando áreas bastante diferentes quanto ao preço da terra –, este bairro abrange uma significativa desigualdade socioespacial, expressa em termos demográficos por uma grande população incluída (11.101 habitantes), paralela a uma enorme massa de excluídos (30.765 pessoas).

De resto, a distribuição da população incluída e excluída mais ou menos segue os comentados padrões espaciais de segregação das classes já apresentados. O Centro apresenta a maior população incluída da cidade (12.712 habitantes), seguido pelos bairros Oficinas, Jardim Carvalho e Neves. Com relação à exclusão, as populações nesta condição aparecem bem mais distribuídas pelos bairros da cidade, mas principalmente nos mais populosos. Além de Uvaranas, as maiores quantidades de população em exclusão ocorrem nos bairros Cará-Cará, Boa Vista, Chapada, Nova Rússia e Contorno. Este último, à semelhança de Uvaranas, também apresenta uma numerosa população incluída, sendo quase toda ela correspondente ao adensado Núcleo Habitacional Santa Paula (TABELA 7).

Internamente, os bairros também apresentam uma grande dessemelhança em relação à distribuição da população nas diferentes intensidades de inclusão e/ou exclusão social, fato que consiste em mais um importante indicativo da disparidade das condições de vida em territórios por vezes bastante próximos no contexto do espaço urbano.

TABELA 7 – POPULAÇÃO TOTAL E EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL – EM NÚMEROS ABSOLUTO E EM PERCENTUAL – POR BAIRROS, NA ÁREA URBANA DE PONTA GROSSA (2000)

Bairro	População Total*	População excluída		População incluída	
		Absoluta	% ao total da população urbana excluída	Absoluta	% ao total da população urbana incluída
Boa Vista	17.900	15.561	8,93	2.339	2,59
Boqueirão	8.131	8.131	4,67	0	0,00
Cará-Cará	18.391	17.494	10,04	897	0,99
Centro	12.712	0	0,00	12.712	14,08
Chapada	16.316	14.021	8,05	2.295	2,54
Colônia Dona Luiza	12.387	9.206	5,28	3.181	3,52
Colônia Moema	2.656	2656	1,52	0	0,00
Contorno	19.754	11.042	6,34	8.712	9,65
Estrela	6.466	894	0,51	5.572	6,17
Jardim Carvalho	15.181	6.819	3,91	8.362	9,26
Nova Rússia	19.816	12.464	7,15	7.352	8,14
Neves	17.407	9.218	5,29	8.189	9,07
Oficinas	18.801	9.777	5,61	9.024	9,99
Olarias	7.100	4.989	2,86	2.111	2,34
Órfãs	11.454	4.341	2,49	7.113	7,88
Piriquitos	7.266	7.266	4,17	0	0,00
Ronda	9.178	7.833	4,50	1.345	1,49
Shangrilá	1.749	1.749	1,00	0	0,00
Uvaranas	41.866	30.765	17,66	11.101	12,29
Total	264.531	174.226	100,00	90.305	100,00

* Considerou-se apenas a população residente nos 322 setores censitários urbanos mapeados.

Fonte: Censo demográfico 2000 – IBGE.
Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

Os dados reunidos nas duas próximas tabelas ilustram bem esta desigualdade. A primeira delas (TABELA 8) mostra a distribuição da população em situação de inclusão social nos bairros conforme os diferentes graus de inclusão. Em primeiro lugar, pode-se facilmente constatar que os moradores do Centro são, de longe, os que estão mais fortemente incluídos, já que toda a sua população se enquadra nos três graus de inclusão mais elevados, sendo mais da metade dela (52,59%) em situação de alta inclusão. A participação percentual da população em alta e média-alta inclusão também é bastante significativa nos bairros Estrela e Jardim Carvalho. Já os bairros Órfãs e Oficinas apresentam destacada participação da população enquadrada nos graus mais baixos de inclusão social.

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL – EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL – NOS BAIRROS, SEGUNDO OS DIFERENTES NÍVEIS DE INCLUSÃO (2000)

Bairro	Pop. absoluta (P)*	População em Baixa Inclusão		População em Média-baixa Inclusão		População em Média-alta Inclusão		População em Alta Inclusão		% de pop. incluída no bairro
		Abs.	% em rel. a P	Abs.	% em rel. a P	Abs.	% em rel. a P	Abs.	% em rel. a P	
Boa Vista	17.900	2.339	13,07	-	-	-	-	-	-	13,07
Boqueirão	8.131	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cará-Cará	18.391	897	4,88	-	-	-	-	-	-	4,88
Centro	12.712	-	-	1.286	10,12	4.741	37,30	6.685	52,59	100,00
Chapada	16.316	1.589	9,74	706	4,33	-	-	-	-	14,07
Col. D. Luiza	12.387	3.181	25,68	-	-	-	-	-	-	25,68
Col. Moema	2.656	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contorno	19.754	5.329	26,98	2.496	12,64	887	4,49	-	-	44,10
Estrela	6.466	1.169	18,08	-	-	2.536	39,22	1.867	28,87	86,17
Jd. Carvalho	15.181	3.128	20,60	614	4,04	3.492	23,00	1.128	7,43	55,08
Neves	19.816	6.276	31,67	916	4,62	997	5,03	-	-	41,33
N. Rússia	17.407	4.417	25,37	2.240	12,87	695	3,99	-	-	42,24
Oficinas	18.801	4.629	24,62	1.558	8,29	2.837	15,09	-	-	48,00
Olarias	7.100	2.111	29,73	-	-	-	-	-	-	29,73
Órfãs	11.454	2.105	18,38	1.814	15,84	3.194	27,89	-	-	62,10
Piriquitos	7.266	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ronda	9.178	1.345	14,65	-	-	-	-	-	-	14,65
Shangrilá	1.749	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uvaranas	41.866	9.065	21,65	1.684	4,02	352	0,84	-	-	26,52
Total	264.531	47.580	17,99	13.334	5,04	19.731	7,46	9.680	3,66	34,15

* Considerou-se apenas a população residente nos 322 setores censitários urbanos mapeados.

Fonte: Censo demográfico 2000 – IBGE.
Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

Em relação à intensidade da exclusão, os dados da Tabela 9 mostram que a população que vive nos dois graus mais elevados de exclusão é bastante representativa nos bairros Piriquitos, Boqueirão, Boa Vista, Colônia Moema e Chapada. A exclusão social também atinge expressiva parcela da população, nos quatro níveis de intensidade, no bairro da Ronda, no Cará-Cará, em Uvaranas e Olarias, além do Shangrilá.¹⁷²

¹⁷² Como mostra a tabela 9, o bairro Shangrilá tem cem por cento de sua população enquadrada no grau de média-baixa exclusão. Este altíssimo percentual se deve à própria situação socioespacial do bairro, situado na periferia longínqua, ocupado por camadas de renda mais baixa e desprovido de vários serviços essenciais, mas fundamentalmente porque no recenseamento toda a população do referido bairro foi agrupada em um único setor censitário.

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL – EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL – NOS BAIRROS, SEGUNDO OS DIFERENTES NÍVEIS DE EXCLUSÃO (2000)

Bairro	Pop. absoluta (P)*	População em Baixa Exclusão		População em Média-baixa Exclusão		População em Média-alta Exclusão		População em Alta Inclusão		% de pop. excluída no bairro
		Abs.	% em rel. a P	Abs.	% em rel. a P	Abs.	% em rel. a P	Abs.	% em rel. a P	
Boa Vista	17.900	3.647	20,37	10.789	60,27	349	1,95	776	4,34	86,93
Boqueirão	8.131	-	-	7.600	93,47	118	1,45	413	5,08	100,00
Cará-Cará	18.391	3.704	20,14	13.790	74,98	-	-	-	-	95,12
Centro	12.712	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chapada	16.316	1.577	9,67	6.709	41,12	5.735	35,15	-	-	85,93
Col. D. Luiza	12.387	4.610	37,22	4.574	36,93	-	-	22	0,18	74,32
Col. Moema	2.656	-	-	1.824	68,67	832	31,33	-	-	100,00
Contorno	19.754	4.239	21,46	5.715	28,93	-	-	1.088	5,51	55,90
Estrela	6.466	-	-	-	-	894	13,83	-	-	13,83
Jd. Carvalho	15.181	3.438	22,65	2.647	17,44	734	4,83	-	-	44,92
Neves	19.816	5.270	26,59	3.156	15,93	395	1,99	397	2,00	46,52
N. Rússia	17.407	5.695	32,72	2.965	17,03	2.816	16,18	988	5,68	71,60
Oficinas	18.801	4.615	24,55	5.162	27,46	-	-	-	-	52,00
Olarias	7.100	1.931	27,20	3.058	43,07	-	-	-	-	70,27
Órfãs	11.454	3.201	27,95	740	6,46	-	-	400	3,49	37,90
Piriquitos	7.266	2.122	29,20	4.057	55,84	257	3,54	830	11,42	100,00
Ronda	9.178	3.620	39,44	3.643	39,69	377	4,11	193	2,10	85,35
Shangrilá	1.749	-	-	1.749	100,00	-	-	-	-	100,00
Uvaranas	41.866	14.626	34,94	9.967	23,81	5.632	13,45	540	1,29	73,48
Total	264.531	62.295	23,55	88.145	33,32	18.139	6,86	5.647	2,13	65,86

* Considerou-se apenas a população residente nos 322 setores censitários urbanos mapeados.

Fonte: Censo demográfico 2000 – IBGE.

Org.: NASCIMENTO, E. (2008).

A disparidade interna nos bairros em relação à distribuição percentual de sua população nos graus de exclusão e de inclusão social pode ser visualizada mais facilmente através da Figura 7, que compara graficamente os dados percentuais das duas últimas tabelas exibidas. Nesta figura observa-se que, à exceção do Centro, as populações excluídas estão presentes em todos os bairros da cidade. E mesmo em alguns bairros com concentração de populações fortemente incluídas, pode-se encontrar o seu contraponto, isto é, populações vivendo em condições graves de exclusão. Isto ocorre principalmente no Jardim Carvalho, no Estrela, no Nova Rússia e no Órfãs, evidenciando, mais do que em qualquer outro lugar, a profunda segregação social que faz parte do processo de produção do espaço na cidade.

Em suma, o mapa da exclusão/inclusão social deixou bastante claro que a cidade de Ponta Grossa se estrutura social e espacialmente de modo amplamente desigual e contraditório, cuja organização se dá na forma de um grande eixo norte-sudoeste e algumas “ilhas” de forte inclusão social, rodeados por um grande “tecido” urbano que concentra populações excluídas, em menor ou maior grau, daquilo que o espaço e a sociedade urbana produzem.

Na seção final deste capítulo serão apresentados alguns aspectos gerais da organização espacial e das condições de vida nas diferentes parcelas da cidade, de acordo com os graus de exclusão/inclusão social, com o fito de validar os resultados apontados pelo *mapa*, bem como ampliar o entendimento sobre a dinâmica da desigualdade socioespacial na cidade.

4.3 O MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL EM PONTA GROSSA: ANÁLISE QUALITATIVA

Para melhor avaliar a coerência do perfil socioespacial apontado para a cidade pelo mapa da exclusão/inclusão social, foram realizadas visitas a diversas localidades do espaço urbano, contemplando todos os oito níveis de exclusão/inclusão. Em cada uma dessas áreas, analisou-se a sua organização espacial predominante por meio da observação da fisionomia da paisagem, especialmente o tamanho e a qualidade das residências e demais construções, e a disponibilidade de elementos de infra-estrutura e serviços.

Foram elaboradas ainda quinze entrevistas com pessoas de distintas faixas etárias e ocupações e residentes em localidades com diferentes graus de exclusão/inclusão social. Os entrevistados representantes das localidades de exclusão social e das de baixa e média-baixa inclusão, foram escolhidos aleatoriamente durante as visitas efetuadas às vilas da cidade. Já para os representantes dos dois graus mais elevados de inclusão, devido à menor quantidade de áreas para escolha e à recusa freqüente dos mesmos em prestar declarações, foram

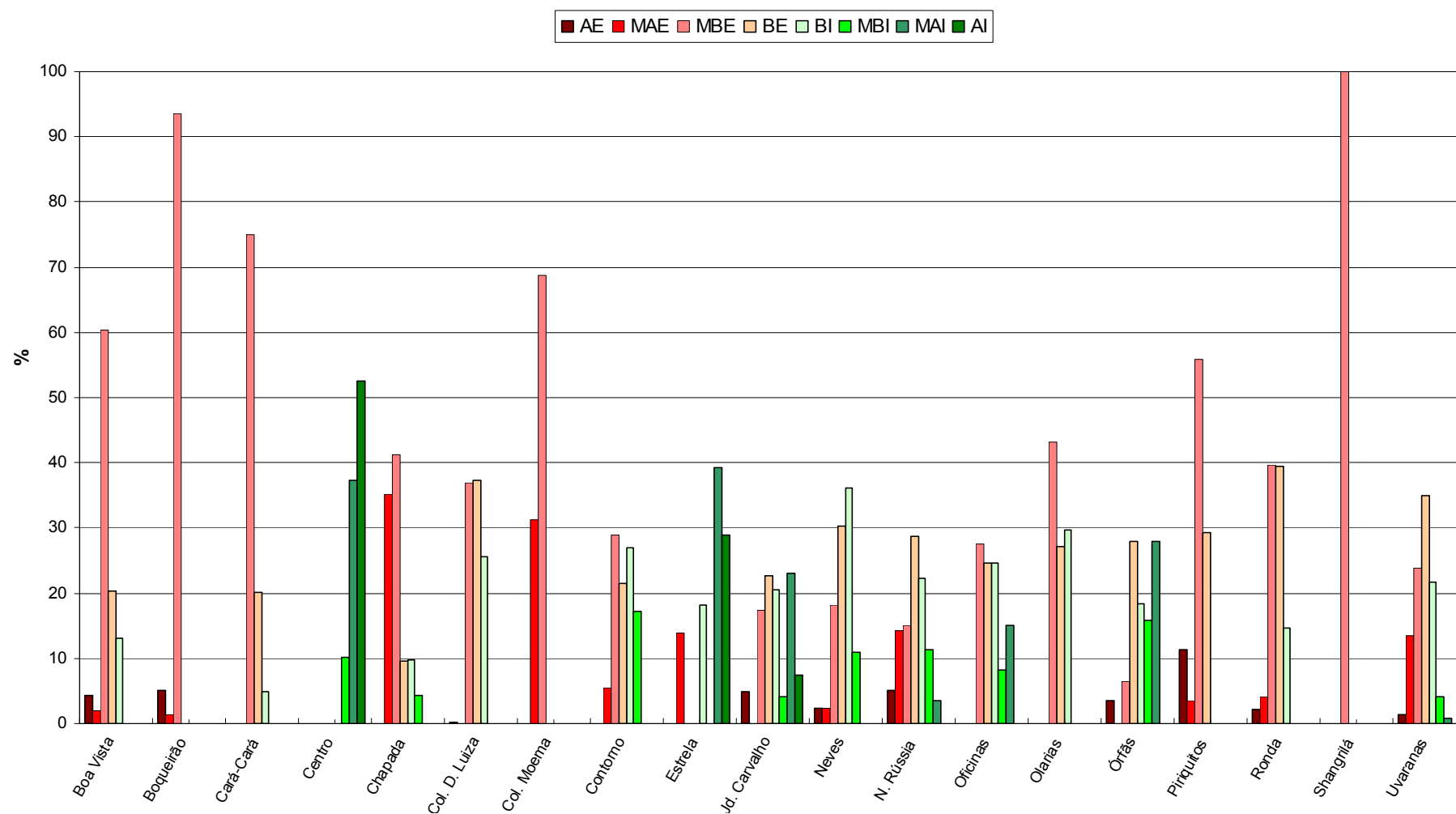


Figura 7 – Distribuição percentual da população dos bairros, conforme o nível de exclusão/inclusão social (2000).

Fonte: Censo demográfico 2000 – IBGE.

Org.: NASCIMENTO, E. (2008)

feitas, via telefone e com antecedência, solicitações para realização de entrevista. Nestes casos, foram colhidos os depoimentos das pessoas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. O Quadro 3 sintetiza as principais características dos entrevistados e da localidade onde residem. Cada um dos depoentes será identificado de acordo com a sigla referente ao grau de exclusão/inclusão social no qual se insere a parcela do espaço urbano onde mora.

De um modo geral, as investigações de campo corroboraram os padrões espaciais de exclusão/inclusão social apontados no *mapa*. O próprio conjunto de dados reunido no Quadro 3 mostra uma correspondência entre os índices de exclusão/inclusão social das localidades e a composição social das mesmas, pelo menos no que se refere às atividades profissionais dos entrevistados e, sobretudo, ao poder aquisitivo de suas famílias. Nota-se que quanto mais elevado o indicador de exclusão/inclusão social (*Iex*), mais qualificado e remunerador é o emprego ou ocupação do entrevistado, e mais alto é também o valor médio da renda familiar. Algumas poucas localidades, no entanto, têm sofrido alterações no seu conteúdo social, o que seguramente deve estar causando modificações no seu grau de exclusão/inclusão. É o caso de alguns condomínios horizontais. Já foi comentado no capítulo 2, com base em investigação efetuada por Godoy ¹⁷³, que este tipo de área residencial é bastante recente na cidade. Entre 2000 e 2004, por exemplo, foram implantados quatro condomínios horizontais e um loteamento fechado, todos afastados do Centro, em terrenos inseridos em localidades classificadas como de baixa e média-baixa exclusão social: quatro áreas residenciais na vila Catarina Miró (índice de -0,156), duas na vila Belém (índices de -0,124 e -0,291) e uma na Colônia Dona Luiza (-0,333) (FIGURA 8). É certo que estes residenciais fechados ainda não estão densamente ocupados, mas na medida em que vai se intensificando o deslocamento de setores das elites para estes locais, tende-se a elevar também o índice de exclusão/inclusão nestas localidades.

¹⁷³ GODOY, op. cit., p. 28-40.

Perfil do entrevistado						Local de residência			
Entrevistado	Idade	Sexo ¹	Profissão/ocupação atual	Renda familiar mensal (R\$)	Nº de pessoas na família	Localidade onde mora	Bairro	Tipo de área habitacional ²	Iex
AE1	30	F	Diarista	Cerca de 500,00	8	Vila Borato	Piriquitos	F	-1,000
AE2	27	F	Desempregada	Cerca de 400,00	5	Vila Baronesa	Jardim Carvalho	F	-0,873
MAE1	74	M	Aposentado	600,00	4	Vila Dallabona	Chapada	F	-0,744
MAE2	52	F	Pensionista	Cerca de 700,00	11	Vila Cristina	Nova Rússia	F	-0,664
MBE1	38	F	Professora	1.400,00	4	Núcleo N. Sra. das Graças	Boa Vista	NH	-0,312
MBE2	22	F	Desempregada	1.200,00	9	Vila Francelina	Uvaranas	L	-0,290
BE1	75	F	Pensionista	800,00	4	Vila Liane	Órfãs	L	-0,156
BE2	27	F	Dona de casa	450,00	3	Vila DER	Colônia Dona Luiza	F	-0,217
BI1	42	F	Engenheira Agrônoma	Cerca de 6.000,00	4	Vila Ana Rita	Uvaranas	L	0,195
BI2	36	F	Dona de casa e artesã	Variável entre 2.000 e 5.000	4	Vila Cristina	Nova Rússia	L	0,053
MBI1	66	M	Aposentado	3.500	4	Vila Nova Rússia	Nova Rússia	L	0,314
MAI1	34	M	Engenheiro Civil	Cerca de 6.000	4	Vila Jardim Carvalho	Jardim Carvalho	L	0,720
MAI2*	32	F	Médica	10.000,00	4	Residencial Luiz Gonzaga/ Green Park	Estrela/ Órfãs	NH/ CH	0,553
AI1	59	M	Médico	7.000,00	4	Vila Estrela	Estrela	CR	0,874
AI2	37	M	Cirurgião Dentista	20.000,00	6	Jardim América	Estrela	CR	0,920
Notas: ¹ F: Feminino M: Masculino ² CH: Condomínio Horizontal CR: Conjunto Residencial F: Favela L: Loteamento NH: Núcleo Habitacional									
* Esta entrevistada residia, em 2000, no NH Luiz Gonzaga, uma área de média-alta inclusão social (0,553), e mudou-se em 2004 para o CH Green Park. Este, contudo, ainda não existia em 2000. Por isso, para efeito de classificação do grau de exclusão/inclusão social, considerar-se-á o indicador da localidade de residência em 2000.									

Quadro 3 – Características pessoais dos moradores entrevistados, local de residência e índice de exclusão/inclusão social correspondente.

Org.: NASCIMENTO (2008).

No geral, contudo, as camadas de renda mais alta se distribuem nas localidades mapeadas como áreas de forte inclusão social (índice superior a 0,500). Estas localidades são constituídas por residências amplas e de padrão arquitetônico refinado (caso das vilas Jardim América, Estrela e Jardim Carvalho e de algumas áreas do limite do Centro), bem como por

edificações verticalizadas (casos do Centro e do residencial Monteiro Lobato) (FIGURAS 9 e 10).

Entre os fatores que explicam as localizações das camadas de alta renda nestes locais estão a busca destas classes por conforto, *status* residencial elevado, mas principalmente, de maior acessibilidade aos locais privilegiados de trabalho e consumo. Isto ficou muito claro na fala dos dois entrevistados que representam o grupo de alta inclusão social. O primeiro deles, habitante da vila Estrela desde 1983, assim declara quando perguntado sobre os motivos que o levaram a escolher esta vila para morar:

O que atraiu foi a localização próxima de supermercado, próxima de farmácia, próxima do clube que eu ia, próxima à escola... tem o Instituto [de Educação] ali, uma série de... de condições, de fatores que fizeram com que a gente escolhesse por ela... Claro que tinha outros lugares que eu podia comprar, mas ali era a mais central no acesso, pra minha mulher ir pra escola onde ela trabalhava. [...] A proximidade aos locais mais freqüentados foi o que predominou na hora da escolha. [...] [E] A principal vantagem de morar no local hoje ainda é a proximidade a locais estratégicos pra nós.¹⁷⁴

O declarante MAI1, morador do Jardim Carvalho, chama a atenção para o *status* da localidade, que permite morar numa residência mais condizente com o gosto da família e com o padrão da vizinhança. Mas ainda assim, ele subordina este aspecto à importância da localização acessível:

O que me atraiu primeiro [foi] a facilidade em relação ao local onde eu trabalho, do deslocamento. Então a proximidade é um fator que me... que agrega valor pra mim. [...] Então, o ponto principal é a questão de deslocamento, né! [Também] O fato de ter assim um... um status de moradia próximo porque... não que a nossa casa seja uma casa extremamente atrativa, mas se você colocasse uma casa como a gente tem, de trezentos metros quadrados, coloca num núcleo habitacional, fica uma situação desagradável, né! Aí não condiz com a... com o padrão do bairro. Fica uma questão de ostentação também, né! Daí tem pessoas que não têm essa possibilidade, e você fica com aquele “palácio” no meio. Então não combina!¹⁷⁵

¹⁷⁴ Entrevistado AI1. Depoimento coletado em 19 de novembro de 2007.

¹⁷⁵ Entrevistado MAI1. Depoimento coletado em 14 de novembro de 2007.



(a)



(b)

Figura 8 – Vista externa dos Condomínios Horizontais Colina dos Frades (a) e Green Park (b), situados respectivamente nas vilas Colônia Dona Luiza e Catarina Miró.
Fotos: NASCIMENTO, E. (2007).



Figura 9 – Área residencial de média-alta inclusão social, na vila Jardim Carvalho.
Foto: NASCIMENTO, E. (2007).



Figura 10 – Área residencial de alta inclusão social, na vila Jardim América.
Foto: NASCIMENTO, E. (2007).

O entrevistado AI2, que reside no Jardim América, menciona outros elementos atrativos da localização, como o aspecto fisionômico das residências e a disponibilidade de áreas verdes. Mas ele também faz questão de frisar a importância da acessibilidade:

*[O Jardim América] É um bairro, mas ele está a... quatro, cinco minutos do Centro, por uma via rápida que é a Balduino Taques, e por um retorno rápido que é a [rua] Paula Xavier. [...] Você tá ali há três, cinco minutos de um clube social [o clube Guarani]. É acessível. Então cê tem lá: campo de futebol, bicicleta, piscina, salão social... As ruas são muito largas... então é bacana de você andar, porque tem bastante área verde. Então isso é uma coisa que atrai. E o aspecto arquitetônico das obras que tem lá, que... agrada aos olhos de quem vê, né! São tudo casas bonitas, bem decoradas, jardim bonito, são coisas que agradam, não?*¹⁷⁶

Os depoimentos consolidam, portanto, uma conclusão já esboçada anteriormente de que as camadas de alta renda constituem-se no principal vetor de estruturação socioespacial da cidade ao saírem vencedoras da disputa pelas localizações que mais reúnem atributos que agregam valor ao espaço, aqueles que propiciam uma melhor e mais satisfatória condição de moradia. Dentre tais fatores, como já observou Villaça com pertinência, “a mais decisiva é [...] a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano”, pois esta assegura uma maior racionalização dos deslocamentos nos dia-a-dia destas classes. Com efeito, “As burguesias produzem para si um espaço urbano tal que otimiza suas condições de deslocamento. Ao fazê-lo, tornam piores as condições de deslocamento das demais classes”.¹⁷⁷ É a condição de forte inclusão social que dispõem, influenciando na segregação e na exclusão dos demais estratos sociais.

No entanto, a natureza contraditória do processo de produção do espaço na cidade de Ponta Grossa, deixa brechas para que alguns segmentos das classes mais excluídas se aproximem fisicamente das áreas mais ricas. Porém, esta maior proximidade, longe de significar uma diminuição da segregação, tende a ampliá-la. Como analisa Caldeira,

¹⁷⁶ Entrevistado AI2. Depoimento coletado em 19 de novembro de 2007.

¹⁷⁷ VILLAÇA, op. cit., p. 328.

A obsessão por construir muros e cercas fechando os bairros dos mais ricos ocorre não só num momento de incerteza econômica e de medo da criminalidade, mas também quando os mais ricos começam a ficar mais próximos dos pobres e miseráveis excluídos, ou seja, quando os ricos começam a ir para a periferia.¹⁷⁸

Em Ponta Grossa, o surgimento e a densificação de áreas bastante empobrecidas nos arredores do Centro e de vilas luxuosas como os “Jardins” Carvalho e América, em terrenos desprezados pelo mercado imobiliário, tem ocasionado, segundo os depoimentos coletados, um aumento da insegurança nestas áreas nobres. Este fato tem motivado alguns segmentos das camadas mais ricas a se segregarem ainda mais, deslocando-se para os emergentes condomínios e loteamentos fechados da cidade. A depoente MAI2, moradora do condomínio horizontal Green Park, declara que só saiu do local onde residia no núcleo habitacional Luiz Gonzaga (ao lado do Jardim América) por receio de roubos e assaltos. Na visão desta entrevistada, o condomínio é a alternativa mais apropriada para solver por conta própria o problema da insegurança:

*Lá [nos condomínios, os moradores] são pessoas que não param em casa, e que daí largam a casa abandonada e têm medo que ladrão entre na sua casa, então acaba mudando [pra] lá por segurança [...] pra você ter uma casa sem grades, sem muro na frente, coisas que deveria ter na rua, né! [...] O condomínio [...] seria uma alternativa a um prédio na segurança, né, com o status de uma casa.*¹⁷⁹

Evidentemente, nem todas as camadas da população dispõem deste artifício para se proteger da criminalidade. Os entrevistados com rendimento mediano, enquadrados nos dois graus mais baixos de inclusão social, também reclamam muito mais do medo de assaltos do que das demais características de suas localizações.

A explicação para este fato é de que as parcelas do espaço urbano onde as populações com baixa e média-baixa inclusão estão concentradas apresentam boas condições de moradia no que tange à qualidade das residências, à disponibilidade de infra-estrutura e

¹⁷⁸ CALDEIRA, 1992, reproduzido por VILLAÇA, Ibid., p. 152.

¹⁷⁹ Entrevistado MAI2. Depoimento coletado em 20 de novembro de 2007.

serviços públicos, como se pode observar nos exemplos exibidos nas Figuras 11 e 12. Também para estas áreas a acessibilidade é considerada um fator de destaque, sendo apontada como a principal vantagem das localizações inseridas nestes graus de inclusão, as quais acompanham importantes vias de deslocamento na cidade (avenidas Carlos Cavalcanti, Ernesto Vilela, Afonso Celso, entre outras) (vide MAPA 15). Conforme as falas dos entrevistados, a localização próxima a vias como estas, além de permitir a economia de tempo, por vezes possibilita também a economia de alguns gastos financeiros.

*Eu gosto de morar aqui porque é pertinho... Eu vou à igreja ali [...], dá só uns oito quarteirões. Daí nós temos aqui [...] o mercado. Daí temos o Hospital Bom Jesus, temos correio, tudo pertinho, né! Aqui no bairro. É vantajoso e é bom! [...] Se eu quero ir à pé pro Centro, vinte minutos, vinte e cinco minutos eu tô no Centro! [...] Tem muitas lojas também... e às vezes [em relação aos produtos do Centro] é até mais barato!*¹⁸⁰

*Aqui a [avenida] Dom Pedro II é uma via principal pra nós. Tem banco, tem hospital, tem lojas, tem farmácia... Tem tudo perto, tudo na mão. Até se você precisa ir pro Centro por algum problema, alguma coisa, tem o ônibus ali. De cinco em cinco minutos tem um ônibus na Dom Pedro ali, que te leva até lá. [...] O meu filho mais velho estuda no [Colégio] Sagrado Coração ali, ó! [...] Então eu não tenho preocupação com ele com condução, nem ele de andar de ônibus, nem ter que contratar van, muito menos de levantar cedo e ter que levar ele pra escola.*¹⁸¹

As localidades das camadas de renda mais baixa são bem mais numerosas e diversificadas das até agora examinadas, mas mesmo nestas há traços bastante comuns, amarrados pelo forte e persistente vínculo da carência: a carência de recursos para empreender, por conta própria, melhorias na habitação, e também a carência de serviços públicos.

¹⁸⁰ Entrevistado MBI1. Depoimento coletado em 4 de novembro de 2007.

¹⁸¹ Entrevistado BI2. Depoimento obtido também em 4 de novembro de 2007.



Figura 11 – Área residencial de média-baixa inclusão social, na vila Nova Rússia.
Foto: NASCIMENTO, E. (2007).



Figura 12 – Área residencial de baixa inclusão social, na vila Ana Rita (Uvaranas).
Foto: NASCIMENTO, E. (2007).

As condições de vida desfavoráveis já são bem evidentes nas áreas classificadas como de baixa e média-baixa exclusão. As observações em campo e as entrevistas com moradores revelaram, de um modo geral, um perfil típico das periferias brasileiras, descrito de modo simplificado por Moura e Ultramari: “são áreas de concentração de moradias de população de baixa renda, carentes dos serviços básicos essenciais e que sofrem os efeitos de longos deslocamentos para o trabalho, o consumo e o lazer”.¹⁸² Além disso, as residências são bem menores e a qualidade das construções é mais baixa (FIGURAS 13 e 14).

A falta de importantes elementos de infra-estrutura como pavimentação viária e rede de esgotamento sanitário, além da disponibilidade limitada de serviços essenciais nas vilas, especialmente de saúde e educação, atinge negativamente a qualidade de vida até mesmo dos moradores que eventualmente conseguem auferir uma renda acima da média do restante da população da vila. Esta parece ser a situação da entrevistada MBE1, moradora do Núcleo Nossa Senhora das Graças. Esta declarante, que é professora de Biologia, ao ser interrogada sobre os fatores que eventualmente contribuem para a condição de exclusão social da localidade onde reside, faz uma interessante declaração, que deixa bem claro o papel daqueles equipamentos espaciais em relação às condições de vida:

*Na questão da... da renda, eu não saberia dizer pra você qual seria o nível [médio] aqui, mas... você pode estar ganhando um salário que não te coloca na situação de pobre ou de excluído, mas você é excluído pelo lugar que você está, pela condição que você vive, pelo bairro onde você mora e tudo que você tem a tua disposição que [no nosso caso] é tanto quanto o resto das pessoas têm, ou seja, quase nada. [...] Enquanto salário, sim, poderíamos estar colocados entre os incluídos, mas enquanto infra-estrutura e tudo que nos cerca, nós temos tanto quanto o resto do povo, [...] que não tem nada, não tem calçamento, não tem saneamento básico, não tem iluminação adequada, não tem segurança, não tem um postinho de saúde próximo. Nós também não temos. [...] Nós temos o dinheiro que nos coloca... o salário que nos coloca numa condição diferente dos excluídos, mas o dinheiro que nós ganhamos não pode nos trazer a condição do pessoal do Centro, por exemplo. Eu sozinha, ou eu e mais dez famílias aqui, eu não posso trazer esses benefícios pra mim ou pras dez famílias que... que têm um salário melhor. Então, se eu não posso trazer pras dez pessoas, eu não posso trazer pra cinquenta famílias ou pra cem famílias, eu não posso trazer só pra mim. Então, realmente, é um contra-senso! Você ganha bem, ou razoavelmente bem, morando num bairro sem as condições que o Centro poderia te oferecer, e você não pode sair daqui e morar no Centro, porque o salário que você ganha aqui nesse bairro que pra você é bom, lá pro Centro te colocaria numa condição de excluído...*¹⁸³

¹⁸² MOURA, R.; ULTRAMARI, C. **O que é periferia urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 11.

¹⁸³ Entrevistada MBE1. Depoimento coletado no dia 17 de novembro de 2007.

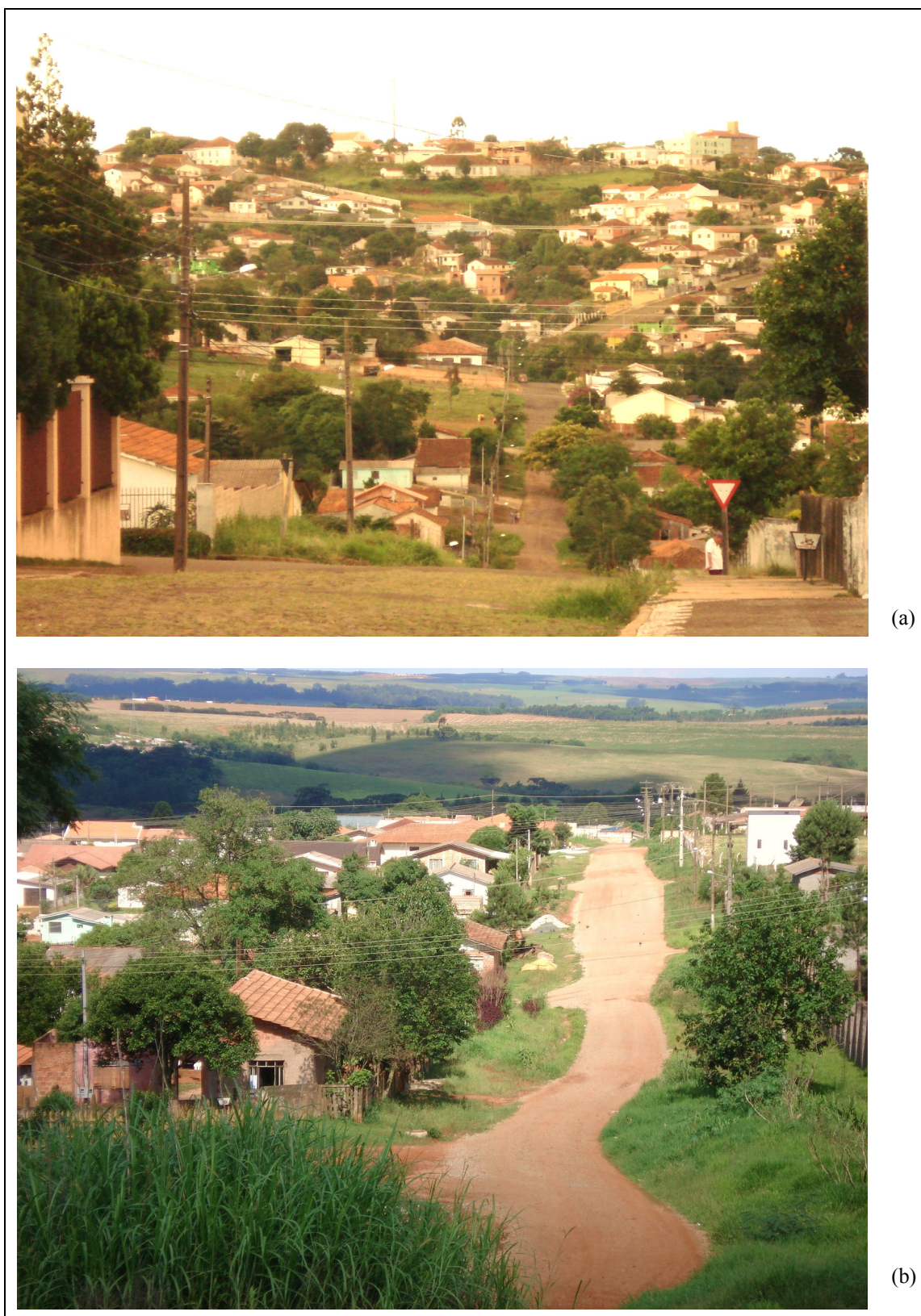


Figura 13 – Vistas de duas áreas em situação de baixa exclusão social:
a) vila Pinheiro (Olarias); b) vila Oficinas Taques (Oficinas).
Fotos: NASCIMENTO, E. (2007).

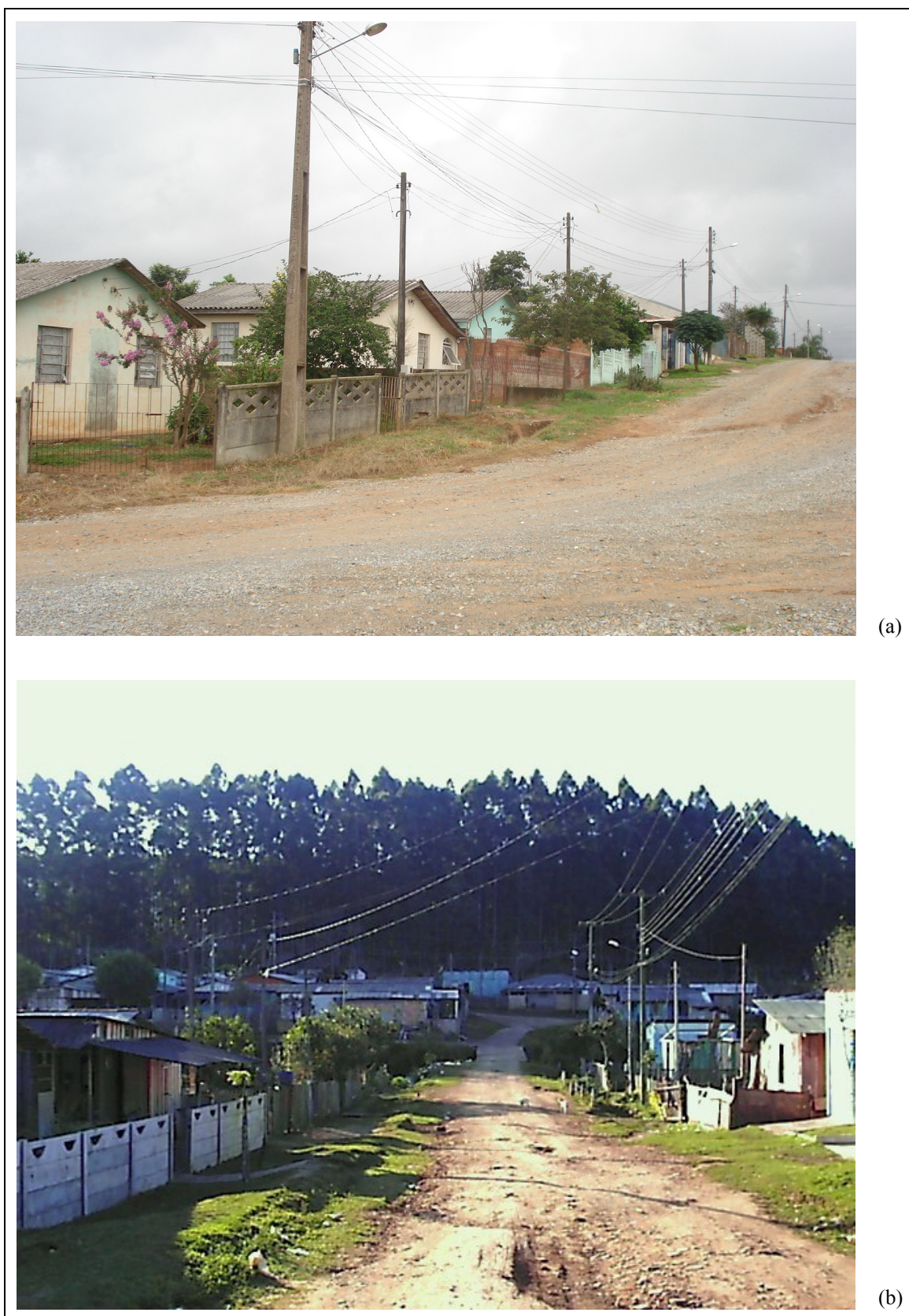


Figura 14 – Vistas de duas áreas em situação de média-baixa exclusão social:
a) Núcleo Nossa Senhora das Graças (Boa Vista); b) vila Francelina (Uvaranas).
Fotos: NASCIMENTO, E. (2007).

Esta declaração mostra muito bem o papel da organização espacial para a condição de exclusão social de uma população numa cidade segregada como Ponta Grossa. A organização segregada do espaço urbano tende a repelir as camadas mais empobrecidas para longe das localidades mais bem dotadas de bens e serviços, apropriadas pelas classes mais abonadas. Estas, pela forte influência que conseguem exercer sobre a administração pública, tendem a atrair grande parte dos investimentos estatais para o melhoramento e contínuo reciclamento de seus bairros. Em tal situação, como bem afirma Santos, “morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres”, e diante disso, “eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos”.¹⁸⁴

A falta de serviços e o custo (social e financeiro) que isto representa, são apontados nas falas dos moradores entrevistados. A moradora MBE2, da vila Francelina, diz:

*Nosso bairro... ele falta quase tudo. Falta infra-estrutura, falta... falta segurança, principalmente... falta serviço médico pertinho, falta calçamento, saneamento básico...*¹⁸⁵

A moradora BE1, da vila Liane, comenta que a localização periférica desfavorável em relação aos estabelecimentos de ensino básico, conjugada com o crescimento da criminalidade, tem elevado os gastos com transporte. Assim declara esta entrevistada:

*Eu tenho um neto que estuda lá longe. Minha filha tem que pagar uma van pra levar ele porque ela não pode ir levar e buscar, [e] porque voltar sozinho não dá... É muito perigoso! Antigamente por tudo ser “deserto” era bom. Minhas crianças estudavam no Colégio São José, [...] iam sozinhos e vinham, nunca aconteceu nada. E agora não dá pra soltar [as crianças sozinhas] [...] tem mato perigoso, tem bandido solto por aí que atacam, às vezes, as crianças... É perigoso! Hoje em dia não dá pra mandar uma criança ali no... no ponto de ônibus sozinha. A gente tem medo, sabe? [Por isso] Tem que pagar! Tem que pagar por morar longe, porque não tem escola perto.*¹⁸⁶

¹⁸⁴ SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. op. cit., p. 47.

¹⁸⁵ Entrevistada MBE2. Depoimento obtido no dia 15 de novembro de 2007.

¹⁸⁶ Entrevistada BE1. Depoimento coletado no dia 3 de novembro de 2007.

Outro aspecto negativo apontado é o desgaste causado pela enorme perda de tempo com deslocamentos para o trabalho, decorrente da localização periférica. A entrevistada BE2, residente na Colônia Dona Luiza, nos fala que naquela vila:

*[se] perde muito tempo com ônibus. Aqui os ônibus é só de meia em meia hora. Pra eu chegar no meu serviço é mais de uma hora! É lá no São José. [...] Pra gente que tá acostumado é ruim, imagina pra quem não tá!*¹⁸⁷

Nas localidades apontadas como apresentando médio-alto e alto grau de exclusão social, as condições de vida são ainda piores, confirmando a tendência indicada pelos dados. Como já foi comentado, estas localidades correspondem, em sua maioria, a favelas, loteamentos irregulares e áreas loteadas no limite da periferia urbana e, em todas elas, em maior ou menor grau, a população carece das condições mais básicas para a sobrevivência, tanto em termos de renda, como em termos de habitabilidade de seus locais de moradia.

As fotografias exibidas nas figuras 15, 16 e 17 mostram vários aspectos da configuração socioespacial destas localidades, as quais em parte já justificam a forte exclusão social que atinge seus habitantes. Nota-se que as habitações são pequenas e precariamente construídas e elementos básicos de infra-estrutura, como rede de esgoto e pavimentação viária praticamente não existem.

Em relação aos loteamentos, a sua localização constitui-se em um grande problema para a população. Loteamentos como Vila Romana (Piriquitos), Idelmira (Colônia Moema) e Lagoa Dourada (Boqueirão), combinam a escassa oferta de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, creches) à enorme distância em relação ao Centro e também, inclusive, às áreas residenciais vizinhas. Nestas condições, a população se vê obrigada a percorrer enormes distâncias para efetuar praticamente todas as atividades, desde ir ao trabalho até mesmo para estudar.

¹⁸⁷ Entrevistada BE2. Depoimento obtido no dia 20 de novembro de 2007.

As favelas, por sua vez, são as áreas de moradia que apresentam as piores condições de habitabilidade. Sua organização espacial não foge aos padrões comumente consagrados. Apresentam um traçado urbanístico irregular, com ruas mal conservadas ou apenas com alguns caminhos estreitos para deslocamento de pedestres; uma elevada densidade de ocupação, raramente com divisão de lotes, e; habitações em condições precárias, bastante vulneráveis às intempéries, fato que aumenta o risco de acidentes em alguns fundos de vale com encostas íngremes (FIGURAS 15 a 17).

A insegurança é outro fator que compromete a qualidade de vida e acentua a exclusão social nas favelas. Em primeiro lugar, a insegurança física, devido às características inadequadas dos terrenos – insalubres e perigosos – onde estas, em sua maioria, estão instaladas (margens de arroios, encostas declivosas, beiras de ferrovias, entre outras).

A entrevistada AE1, que mora na localidade com mais alto índice de exclusão social da cidade – uma favela situada às margens de um curso d'água, na vila Borato –, destaca que por não ter dinheiro para se mudar para outra localidade, é obrigada a conviver com os incômodos e com o medo de doenças desencadeado pelas características da localização:

*A [nossa] renda é suficiente pro dia-a-dia... a gente não passa fome. Mas não tem esperança de comprar um lote num lugar melhor [...]. Aqui era bom se fechasse esse esgoto [o arroio] que passa aqui atrás, né!... Tem sempre esse cheiro... [ruim]! E a turma joga lixo aí. [...] Direto entra bicho, entra rato dentro das casas, vem pernilongo, sabe! [...] É perigoso pras crianças. Às vezes a gente não vê, as crianças tão brincando, podem cair lá dentro, né!*¹⁸⁸

À propensão a doenças e ao risco constante de acidentes que as populações faveladas estão sujeitas, soma-se também, em segundo lugar, a insegurança jurídica. Pôde-se perceber que, para todos os moradores de áreas faveladas entrevistados, especialmente os residentes nas áreas menos distantes da região central, a natureza irregular da ocupação do terreno leva ao receio constante de ter que deixar o local, ainda que possuindo a propriedade

¹⁸⁸ Entrevistada AE1. Depoimento obtido em 18 de novembro de 2007.



(a)



(b)

Figura 15 – Vistas de duas áreas em situação de média-alta exclusão social:
a) vila Congonhas (Chapada); b) vila Coronel Cláudio (Uvaranas).
Fotos: NASCIMENTO, E. (2007).



Figura 16 – Vista parcial de duas favelas em situação de média-alta exclusão social:
a) vila Bonsucesso (Chapada); b) Parque Nossa Senhora das Graças (Boa Vista).
Fotos: NASCIMENTO, E. (2007).



(a)



(b)

Figura 17 – Vista parcial de duas áreas faveladas em situação de alta exclusão social:
a) vila Hilgemberg (Nova Rússia); b) vila Senador Flávio Carvalho Guimarães (Boa Vista).
Fotos: NASCIMENTO, E. (2007).

da construção. Em relação a este fato, o entrevistado MAE1, morador da favela da vila Dallabona, mesmo estando no local há oito anos, salienta:

*Aqui o problema que eu queria que fosse resolvido é que... eu queria que fosse regularizado, né! [...] Nós tem medo de... de repente, ter que sair, ter que vender a casa. [...] Ai nós vai pra onde?*¹⁸⁹

Como se pode observar, as áreas de média-alta e alta exclusão social são localidades onde estão as piores condições de vida do espaço urbano, nas quais há a imbricação de carências e precariedades múltiplas. Tais áreas correspondem ao que Torres e Marques¹⁹⁰ chamam de “hiperperiferia”, ou seja, quando há “a superposição, em determinados setores censitários do município, de condições de extrema pobreza e risco urbanos, indicando a presença de fortes efeitos cumulativos de riscos urbanos e precariedade socioeconômica”, cuja população está submetida a condições de vida mais adversas do que as existentes no restante das áreas periféricas.

Esta “hiperperiferia” faz parte da lógica contraditória que conduz o processo de (re)produção do espaço urbano em Ponta Grossa, e reflete a luta dos grupos sociais excluídos pelo acesso à moradia e à cidade. Na instalação de habitações em loteamentos longínquos e desestruturados, bem como no levantamento de barracos na favela, estes segmentos sociais estão, antes de tudo, resistindo à precária inserção laboral e às operações de valorização espacial e segregação social. Em outras palavras, estão justamente lutando contra a exclusão. Os espaços de forte exclusão social constituem, portanto, uma das poucas possibilidades – quiçá a única – de sobreviver na cidade e nela constituir um lugar.

¹⁸⁹ Entrevistado MAE1. Depoimento coletado em 18 de novembro de 2007.

¹⁹⁰ TORRES, H. da G.; MARQUES, E. C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, [Recife], n. 4, p. 49-70, 2001. p. 49.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. [...] Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Milton Santos

O objetivo principal deste trabalho foi fornecer uma contribuição ao estudo do processo de (re)produção do espaço urbano ponta-grossense, elaborando o mapeamento e a análise de sua organização em localidades que reúnem aspectos de inclusão ou de exclusão social. Analisar a estrutura socioespacial de uma cidade com o porte de Ponta Grossa de modo algum é uma tarefa fácil, muito menos em relação à ocorrência de processos complexos e multifacetados, como é o caso da exclusão/inclusão social de sua população. Por isto, as reflexões e conclusões aqui apresentadas são de caráter geral, já que cada localidade, cada fragmento do espaço urbano pode ser examinado mais detalhadamente à luz de fatores e agentes sociais locais específicos.

A presente pesquisa apresentou importantes conclusões, algumas das quais vale a pena retomar nesta última parte do trabalho. Antes de mais nada, ficou bastante claro que o espaço e seu modo de estruturação constituem-se numa instância central a ser analisada no estudo da desigualdade social na cidade, afinal, como argumenta Koga, é no espaço

que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais.¹⁹¹

¹⁹¹ KOGA, op. cit., p. 33.

Em relação à Ponta Grossa, pôde-se observar que seu espaço urbano é marcado por uma profunda segregação das classes sociais. A análise da distribuição espacial das dimensões da exclusão/inclusão – autonomia de renda, desenvolvimento humano, qualidade domiciliar e equidade – traduziu em números o conhecido poder de estruturação socioespacial da cidade, que as camadas de alta renda possuem. Viu-se que, em geral, são estes segmentos sociais que apresentam também os melhores indicadores de desenvolvimento humano e que esta correlação entre nível de renda e escolaridade e estímulo educacional, é decisiva para a variação das condições de vida nos diferentes pontos da cidade. As camadas com mais alto nível de renda e desenvolvimento humano conseguem se apoderar das melhores localizações do espaço urbano, mais bem situadas em relação às principais vias de circulação e ao Centro da cidade. O elevado poder aquisitivo de que dispõem assegura a estas classes não só a possibilidade de adquirir as áreas mais valorizadas, mas confere-lhes também a função de promotoras de valorização de tais localizações, através da construção de residências amplas e de padrão refinado, bem como, em alguns casos, da atração que exercem de investimentos públicos e privados, para a realização de melhorias nas localidades que ocupam.

A ocupação, pelas burguesias, de áreas específicas na cidade, condiciona a valorização diferencial do restante do espaço urbano e conseqüentemente na espacialização dos demais segmentos sociais. Pôde-se constatar que na medida em que os níveis de renda e desenvolvimento humano vão diminuindo, declinam também os padrões de qualidade de vida no que concerne ao arranjo do espaço: reduz-se a disponibilidade de elementos de infraestrutura, principalmente de instalações de rede de esgoto e pavimentação viária, bem como de serviços públicos e meios de consumo coletivo, e ampliam-se as distâncias em relação aos principais locais de trabalho e consumo.

No tocante às localizações das áreas de inclusão e exclusão social, o *mapa* mostrou que há um declínio significativo dos padrões sociais da porção central em direção à periferia

da cidade. Não obstante, a distribuição espacial destas áreas se organiza notadamente na forma de setores, onde as populações incluídas e excluídas aparecem segregadas espacialmente, em alguns casos inclusive com a ocorrência de áreas de exclusão nas proximidades do Centro, e de certas localidades de inclusão afastadas deste.

Mas há uma lógica bastante clara que impulsiona esta espacialização da exclusão/inclusão social, que é a da acessibilidade. Os segmentos da população enquadrados em situações classificadas como de forte inclusão (com índices de exclusão/inclusão superiores a 0,500) ocupam, além do Centro, as proximidades dos eixos viários de deslocamento em direção ao mesmo nos sentidos norte (bairros Jardim Carvalho e Órfãs) e sul (Estrela e Oficinas) do espaço urbano. Já as populações com situação mais fraca de inclusão (com índices até 0,500) aparecem ocupando outros eixos de acesso à área central nos sentidos nordeste (bairros Uvaranas e Neves), leste (Uvaranas), oeste (Nova Rússia) e sudoeste (Estrela). Estas são as áreas que apresentam o sítio mais adequado à ocupação, com terrenos elevados, relativamente planos e livres de cursos d'água¹⁹², e fundamentalmente, que reúnem as condições mais otimizadas de deslocamento em direção aos centros de trabalho, lazer e consumo. Evidentemente, a espacialização da exclusão social – o restante do espaço da cidade – corresponde ao inverso disso: áreas mal localizadas, com topografia irregular (em flancos ou fundos de vales), dotadas, em sua maioria, de mal conservadas ruas de terra batida e, em vários casos, distantes das áreas centrais.

É este, portanto, o retrato da cidade de Ponta Grossa sob o ponto de vista socioespacial: amplamente segregada em classes e fragmentada em localidades que refletem e ao mesmo tempo acentuam condições bastante desiguais de acesso ou privação aos bens e serviços produzidos pela sociedade urbana, aos meios necessários para que se tenha uma vida adequada e digna.

¹⁹² Veja-se os mapas 2 e 15, apresentados anteriormente.

Para a realização desta caracterização da cidade de Ponta Grossa, foi de suma importância o emprego da metodologia de construção de indicadores sociais. O mapa da exclusão/inclusão social produzido no âmbito desta pesquisa possibilitou uma visão mais precisa e abrangente da intensidade das desigualdades socioespaciais, a partir da identificação do volume de população inserido nos diferentes graus de inclusão e exclusão social, e também da localização onde cada um destes grupos populacionais mais ou menos incluídos ou excluídos se encontra. Com a utilização dos setores censitários urbanos como unidade espacial de análise, pôde-se ampliar o nível de detalhamento na comparação entre os indicadores das condições de vida, mensurando-as com dados referentes a pequenos grupos populacionais. Por fim, vale também chamar a atenção para o fato de que a identificação de localidades que conjugam diversas situações de precariedade, fornecida pelo *mapa*, pode até contribuir para o direcionamento de eventuais políticas públicas que visem promover melhorias nas condições de vida.

Portanto, está claro que os sistemas de indicadores sociais, e mais propriamente o mapa da exclusão/inclusão social, podem fornecer uma rica contribuição ao estudo das desigualdades socioespaciais das segregadas cidades brasileiras, como é o caso de Ponta Grossa.

REFERÊNCIAS

- BELFIORE-WANDERLEY, M. Refletindo sobre a noção de exclusão. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 55, p. 74-83, 1997.
- CALDEIRA, T. P. do R. **City of walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo**. PhD. Dissertation in anthropology, Graduate Division of the University of California, Berkeley, 1992.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997. p. 15-48.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.
- CHAMMA, G. V. F. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: PMPG/SMEC, 1988.
- CHAVES, N. B. et al. **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- DITZEL, C. de H. M.; CHAVES, N. B. **História da cidade**. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2005.
- DORETTO, M. et al. **Mapeamento da pobreza no Paraná**: situação segundo municípios e associações de municípios do Paraná, ano 2000. Londrina: IAPAR, 2003.
- DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Paz e terra, 2001.
- DUSI, A. **Mapeamento e análise da infra-estrutura do tipo pavimentação na cidade de Ponta Grossa (PR) utilizando técnicas de geoprocessamento**. 2004, 69 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2004.
- ESTENSSORO, L. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. 2003, 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (ESRI). **Using ArcGIS Desktop**. Redlands, 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa do fim da fome**: metas sociais contra miséria nos municípios paranaenses. [s. l.]: CPS/FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/ibre/cps/mapa_fome.cfm>. Acesso em: 15 dez. 2006.

GENOVEZ, P. C. **Território e desigualdades: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos – SP**. São José dos Campos. 2005, 220 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2002.

GODOY, M. L. M. **Segregação espacial em condomínios horizontais e loteamentos fechados**: uma modalidade recente de expansão urbana em Ponta Grossa – Paraná. 2004, 59 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2004.

GONÇALVES, M. A. C.; PINTO, E. A. **Ponta Grossa - um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: UEPG, 1983.

GUIMARÃES, A. et al. A propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002. **Anais...** João Pessoa, AGB, 2002. CD-ROM.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. de M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004. CD-ROM.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de informações por setor censitário**: censo demográfico 2000: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2002a. CD-ROM.

_____. **Censo demográfico 2000**: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2002b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 15 dez. 2006.

_____. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) et al. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico: município de Ponta Grossa**. Curitiba, 2003a.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M – 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003b.

_____. **Caderno estatístico: município de Ponta Grossa**. Curitiba, 2007.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LARA, P. Q. de. **O crescimento demográfico e as condições de vida na cidade de Ponta Grossa (PR)**: aspectos da urbanização desigual. 2006, 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.

LAVALLE, A. M. **Análise quantitativa das tropas passadas no Rio Negro (1830-1854)**. 1974, 180 f. Tese (Livre-Docência em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÖWEN, C. L. **Favelas: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – PR**. 1990, 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro, Rio Claro, 1990.

LÖWEN SAHR, C. L. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 9-36, 2000.

_____. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, UEPG, 2001. p. 13-36.

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MATIAS, L. F.; NASCIMENTO, E. Geoprocessamento aplicado ao mapeamento das áreas de ocupação irregular na cidade de Ponta Grossa (PR). **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 317-330, mai.-ago., 2006.

MEDEIROS, C. V.; MELO, M. S. de. Processos erosivos no espaço urbano de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, UEPG, 2001. p. 109-136.

MELAZZO, E. S.; NASCIMENTO, R. S. do; MAGALDI, S. B. As dimensões socioeconômica e demográfica das desigualdades em uma cidade média: a construção de um sistema de indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002. **Anais...** João Pessoa, AGB, 2002. CD-ROM.

MERCADANTE, A. **Uma economia de justiça e solidariedade**: propostas alternativas para o combate à pobreza e à desigualdade social. Brasília, set. 1999. Documento da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal.

MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, UEPG, 2001. p. 37-51.

MORO, D. Á. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: UEM, 2000.

MOURA, R.; ULTRAMARI, C. **O que é periferia urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NASCIMENTO, E. **Geoprocessamento aplicado ao mapeamento e análise das áreas de uso e ocupação irregular da terra urbana em Ponta Grossa (PR)**. 2005, 142 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Setor de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

O'NEILL, M. M. V. C. **Segregação residencial**: um estudo de caso. 1983, 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

PAULA, J. C. M. de. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa – PR**. 1993, 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro, Rio Claro, 1993.

_____. Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: DITZEL, C. de H. M.; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 53-63.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Levantamento sócio-econômico de ocupações irregulares**. Ponta Grossa, 1996.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano diretor participativo: município de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD/ONU, IPEA, FJP, 2003. CD-ROM.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Serviço social e sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 53-61, nov. 2002.

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 39-54, jan.-jun, 1998.

SANTOS, L. M. R. dos. **Transformação e valorização do espaço urbano do bairro Nova Rússia em Ponta Grossa – Paraná**. 2002, 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 7-13.

SCHEFFER, S. M. **Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre o programa de lotes urbanizados da PROLAR - Ponta Grossa, PR**. 2003, 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

SILVEIRA, G. T. **As associações de mutuários e moradores em terrenos irregulares de Ponta Grossa: uma experiência de participação popular (1993-2000)**. 2002, 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2002.

SILVEIRA, M. L. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In: ALBUQUERQUE, E. S. de. (Org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2006. p. 141-178.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

_____. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo/2000: dinâmica social dos anos 90**. São Paulo: PUC-SP, INPE, POLIS, 2000.

SPÓSITO, E. S. et al. **Sistema de informação para tomada de decisão municipal**. Presidente Prudente: FCT-UNESP, Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2000. Relatório de pesquisa.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TORRES, H. da G.; MARQUES, E. C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, [Recife], n. 4, p. 49-70, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

WLODARSKI, R. **Os programas de transferência de renda no município de Ponta Grossa**: Benefício de Prestação Continuada – BPC e Bolsa Família, como ações de enfrentamento da pobreza. 2007, 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996?.

**APÊNDICE A – Roteiro utilizado para as entrevistas com moradores
em condições de inclusão social**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA:
ÁREAS EM CONDIÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL**

1. Qual a idade e a escolaridade dos membros da família?
2. Quais são as fontes de renda da família?
3. Que relações existem entre a população do local e o poder público?
4. Quem é o chefe da família? Que funções a mulher desempenha no provimento e na organização do lar?
5. Há quanto tempo o(a) Sr.(a.) mora neste local?
6. Antes de mudar para este local, onde o(a) Sr(a). morava?
7. Por que se mudou para este local?
8. Quais são as principais vantagens de morar nesse local?
9. Há tudo o que sua família precisa nesta localidade? O que falta?
10. Qual(is) dos problemas apontados precisa(m) ser enfrentado(s) mais urgentemente?
11. Tem planos de deixar o local? Por quê?

**APÊNDICE B – Roteiro utilizado para as entrevistas com moradores
em condições de exclusão social**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA:
ÁREAS EM CONDIÇÕES DE EXCLUSÃO SOCIAL**

1. Qual a idade e a escolaridade dos membros da família?
2. Quais são as fontes de renda da família?
3. A renda familiar é suficiente? Quais são as principais dificuldades enfrentadas para obter melhor emprego e elevar a renda familiar?
4. Que relações existem entre a população da vila e o poder público?
5. Quem é o chefe da família? Que funções a mulher desempenha no provimento e na organização do lar?
6. Há quanto tempo mora neste local?
7. Antes de mudar para este local, onde o(a) Sr(a). morava?
8. Por que se mudou para este local?
9. Há algum tipo de benefício, ganho material ou vantagem obtida por morar neste local?
Qual(is)? Por quê?
10. Há algum tipo de prejuízo, perda material ou desvantagem sofrida por causa das condições do local? Qual(is)? Por quê?

11. Qual(is) das principais carências e dificuldades enfrentadas no dia-a-dia neste local, que mais prejudica(m) a qualidade de vida?
12. Qual(is) dos problemas apontados precisa(m) ser enfrentado(s) mais urgentemente?
13. Tem planos de deixar o local? Por quê?

APÊNDICE C – População em domicílios particulares permanentes, e índices de exclusão/inclusão social e componentes, segundo setores censitários e bairros urbanos

POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, E ÍNDICES DE EXCLUSÃO/
INCLUSÃO SOCIAL E COMPONENTES, SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS E BAIRROS
URBANOS – PONTA GROSSA, 2000.

Setor Censitário	População - domicílios particulares permanentes	Iex. Autonomia de Renda	Iex. Desen- volvimento Humano	Iex. Qualidade Domiciliar	Iex. Equidade	Índice de Exclusão/ Inclusão Social
---------------------	--	-------------------------------	--	---------------------------------	------------------	---

Centro

001	802	0,859	0,796	0,733	-0,365	0,788
002	346	0,609	0,659	0,821	-0,287	0,702
003	597	0,698	0,854	0,837	-0,449	0,756
004	692	0,964	0,749	0,932	-0,400	0,875
005	857	0,770	0,775	0,743	-0,285	0,780
006	384	0,815	0,880	0,751	-0,233	0,862
007	954	0,785	0,782	0,854	-0,340	0,811
008	623	0,563	0,592	0,759	-0,342	0,612
009	682	0,395	0,625	0,624	-0,334	0,510
010	762	0,796	0,871	0,768	-0,315	0,826
011	318	0,912	0,822	0,928	-0,343	0,903
012	795	0,482	0,711	0,648	-0,286	0,606
013	645	1,000	0,969	0,801	-0,203	1,000
014	635	0,907	1,000	0,812	-0,278	0,951
015	524	0,149	0,684	0,338	-0,354	0,318
016	623	0,551	0,743	0,661	-0,380	0,614
017	870	0,390	0,667	0,656	-0,312	0,546
018	0	-	-	-	-	-
019	841	0,688	0,770	0,810	-0,334	0,753
020	762	0,326	0,705	0,401	-0,322	0,432

Jardim Carvalho

021	610	0,545	0,654	0,591	-0,214	0,614
022	268	0,610	0,745	0,842	-0,191	0,781
023	1.129	0,598	0,736	0,739	-0,226	0,720
024	602	0,548	0,801	0,564	-0,327	0,618
025	253	-0,889	-0,947	-0,600	-0,569	-0,910
026	902	-0,148	0,315	0,341	-0,270	0,093
027	593	0,665	0,796	0,645	-0,227	0,732
028	558	0,497	0,723	0,728	-0,283	0,649
029	860	0,693	0,777	0,814	-0,330	0,761
030	936	-0,504	0,055	-0,091	-0,355	-0,271
031	548	-0,078	0,253	0,084	-0,333	-0,022
032	1.058	-0,660	-0,232	-0,104	-0,357	-0,410
033	866	-0,112	0,372	0,004	-0,185	0,031
034	1.058	-0,534	0,216	-0,091	-0,418	-0,250
035	578	-0,125	0,358	-0,043	-0,311	-0,037
036	614	0,137	0,470	0,315	-0,236	0,267
037	481	-0,894	-0,837	-0,649	-0,442	-0,854
038	528	-0,455	0,172	-0,049	-0,387	-0,218
039	653	-0,693	-0,186	-0,214	-0,404	-0,453
040	551	0,008	0,397	0,375	-0,320	0,179

Setor Censitário	População - domicílios particulares permanentes	Iex. Autonomia de Renda	Iex. Desenvolvimento Humano	Iex. Qualidade Domiciliar	Iex. Equidade	Índice de Exclusão/ Inclusão Social
041	726	-0,238	0,270	0,046	-0,374	-0,090
042	809	-0,231	0,406	0,233	-0,310	0,038

Uvaranas

043	846	0,092	0,453	0,650	-0,337	0,334
044	740	-0,127	0,363	0,684	-0,382	0,210
045	209	-0,857	-0,392	-0,439	-0,531	-0,672
046	583	0,037	0,215	0,482	-0,321	0,161
047	592	-0,404	0,202	-0,004	-0,467	-0,204
048	978	-0,145	0,445	0,105	-0,311	0,037
049	975	-0,013	0,429	0,457	-0,373	0,195
050	648	-0,092	0,431	-0,085	-0,267	-0,004
051	996	-0,198	0,225	0,370	-0,340	0,022
052	571	0,149	0,507	-0,053	-0,257	0,135
053	791	-0,332	0,248	-0,016	-0,264	-0,110
054	807	-0,371	0,148	-0,121	-0,265	-0,184
055	464	0,247	0,418	0,024	-0,307	0,149
056	729	-0,262	0,237	0,000	-0,276	-0,091
057	915	-0,167	0,336	-0,020	-0,310	-0,049
058	916	-0,170	0,326	-0,299	-0,313	-0,138
059	887	-0,518	0,116	-0,209	-0,347	-0,290
060	1.804	-0,198	0,282	-0,007	-0,228	-0,046
061	76	-0,818	0,028	-0,619	-0,703	-0,639
062	2.181	-0,706	-0,100	-0,161	-0,476	-0,437
063	1.892	-0,629	0,042	-0,304	-0,351	-0,376
064	1.419	-0,817	-0,633	-0,384	-0,454	-0,693
065	1.639	-0,721	-0,204	-0,317	-0,353	-0,483
066	1.152	-0,495	0,014	-0,266	-0,309	-0,320
067	1.284	-0,150	0,347	0,260	-0,251	0,080
068	1.198	0,241	0,539	-0,199	-0,172	0,159
069	882	-0,285	0,249	-0,062	-0,298	-0,120
070	755	-0,022	0,380	0,178	-0,275	0,102
071	521	-0,119	0,423	0,224	-0,191	0,131
072	0	-	-	-	-	-
073	1.072	-0,455	0,161	-0,181	-0,336	-0,246
074	1.059	-0,536	0,154	-0,177	-0,456	-0,307
075	462	-0,092	0,378	-0,145	-0,227	-0,026
076	555	-0,643	-0,102	-0,267	-0,532	-0,467
077	540	-0,931	-0,569	-0,513	-0,586	-0,787
078	602	-0,506	0,020	-0,270	-0,404	-0,351
079	789	-0,205	0,224	-0,097	-0,337	-0,126
080	968	-0,011	0,347	-0,065	-0,389	-0,036
081	838	0,207	0,535	0,427	-0,281	0,346
082	352	0,321	0,662	0,862	-0,291	0,605
083	719	-0,135	0,271	-0,178	-0,264	-0,093
084	2.565	-0,893	-0,507	-0,540	-0,405	-0,710
085	1.363	-0,656	-0,297	-0,472	-0,420	-0,559
086	1.331	-0,459	0,333	-0,110	-0,235	-0,143
087	646	-0,329	0,170	-0,160	-0,397	-0,217

Setor Censitário	População - domicílios particulares permanentes	Iex. Autonomia de Renda	Iex. Desenvolvimento Humano	Iex. Qualidade Domiciliar	Iex. Equidade	Índice de Exclusão/ Inclusão Social
088	555	-0,267	0,161	-0,058	-0,335	-0,151
Olarias						
089	536	-0,060	0,430	0,056	-0,408	0,007
090	824	-0,142	0,256	0,476	-0,381	0,081
091	751	-0,291	0,284	0,505	-0,360	0,054
092	816	-0,561	0,170	0,309	-0,377	-0,139
093	678	-0,521	0,158	-0,128	-0,471	-0,291
094	624	-0,644	0,034	-0,328	-0,194	-0,343
095	1.115	-0,580	0,154	0,227	-0,349	-0,166
096	759	-0,684	-0,155	-0,379	-0,402	-0,490
098	997	-0,453	0,166	-0,269	-0,330	-0,268
Oficinas						
097	879	-0,538	-0,137	-0,065	-0,332	-0,325
099	844	0,509	0,631	0,730	-0,278	0,620
100	692	-0,207	0,234	-0,141	-0,295	-0,124
101	905	-0,346	0,179	-0,059	-0,322	-0,166
102	733	-0,169	0,237	-0,055	-0,244	-0,070
103	905	-0,008	0,370	0,380	-0,228	0,200
104	1.329	-0,056	0,356	-0,018	-0,233	0,019
105	1.247	-0,464	0,100	-0,179	-0,352	-0,271
106	901	-0,782	0,063	-0,203	-0,305	-0,371
107	1.420	-0,717	-0,342	-0,352	-0,366	-0,538
108	715	-0,505	0,024	-0,185	-0,256	-0,279
109	814	-0,181	0,172	-0,040	-0,225	-0,083
110	484	-0,350	0,122	-0,248	-0,266	-0,225
111	581	-0,063	0,274	0,273	-0,217	0,104
112	987	-0,494	0,100	-0,180	-0,240	-0,246
113	611	0,745	0,860	0,161	-0,287	0,576
114	969	0,440	0,423	0,126	-0,263	0,283
115	589	0,282	0,559	0,331	-0,311	0,335
116	959	0,129	0,408	0,004	-0,280	0,102
117	855	0,177	0,490	0,085	-0,200	0,215
118	594	0,298	0,642	0,837	-0,260	0,591
119	788	0,279	0,703	0,719	-0,195	0,587
Estrela						
120	999	0,534	0,648	0,698	-0,268	0,628
121	1.239	0,910	0,885	0,833	-0,158	0,962
122	780	-0,111	0,402	0,357	-0,337	0,121
123	389	0,025	0,563	-0,114	-0,192	0,110
124	998	0,506	0,764	0,426	-0,276	0,553
125	628	0,788	0,777	0,881	-0,202	0,874
126	539	0,479	0,582	0,625	-0,255	0,557

Setor Censitário	População - domicílios particulares permanentes	Iex. Autonomia de Renda	Iex. Desenvolvimento Humano	Iex. Qualidade Domiciliar	Iex. Equidade	Índice de Exclusão/ Inclusão Social
127	894	-0,955	-0,529	-0,263	-0,582	-0,705
128	719	-0,245	0,386	0,005	-0,333	-0,057

Ronda

129	582	-0,393	0,272	-0,058	-0,238	-0,126
130	597	-0,706	0,060	-0,301	-0,417	-0,413
131	1.016	-0,034	0,397	0,071	-0,324	0,043
132	1.026	-0,482	0,041	-0,174	-0,392	-0,305
133	193	-0,906	-0,932	-0,399	-0,738	-0,901
134	1.165	-0,489	0,126	-0,095	-0,447	-0,274
135	855	-0,532	0,102	-0,240	-0,447	-0,338
136	786	-0,310	0,198	-0,111	-0,395	-0,187
137	377	-0,811	-0,522	-0,280	-0,489	-0,636
138	716	-0,206	0,172	0,056	-0,361	-0,103
139	817	-0,307	0,055	0,109	-0,424	-0,172
140	329	-0,106	0,464	0,205	-0,428	0,053

Nova Rússia

141	666	0,173	0,486	0,094	-0,185	0,221
142	688	0,094	0,430	0,546	-0,265	0,314
143	685	-0,411	0,220	-0,050	-0,338	-0,175
144	459	-0,444	0,195	-0,235	-0,435	-0,278
145	829	-0,389	0,094	-0,134	-0,365	-0,240
146	720	-0,505	0,086	-0,140	-0,253	-0,246
147	1.578	-0,757	-0,395	-0,583	-0,459	-0,664
148	959	-0,780	-0,512	-0,603	-0,442	-0,708
149	668	-0,534	-0,085	-0,368	-0,403	-0,421
150	988	-0,775	-0,849	-0,482	-0,416	-0,764
151	935	-0,109	0,272	0,289	-0,315	0,053
152	767	-0,071	0,426	0,537	-0,274	0,241
153	695	0,489	0,574	0,774	-0,243	0,621
154	646	-0,564	-0,140	-0,219	-0,468	-0,421
155	410	0,185	0,394	0,850	-0,176	0,488
156	914	-0,104	0,420	0,578	-0,262	0,246
157	564	-0,315	0,201	0,690	-0,311	0,103
158	703	0,025	0,430	0,604	-0,277	0,305
159	661	-0,309	0,084	0,175	-0,204	-0,077
160	569	-0,535	0,022	0,009	-0,408	-0,276
161	571	-0,183	0,247	0,427	-0,340	0,059
162	623	-0,699	0,021	-0,212	-0,364	-0,380
163	515	-0,403	0,150	0,346	-0,406	-0,095
164	279	-0,890	-0,303	-0,575	-0,377	-0,649
165	699	-0,337	0,059	0,390	-0,498	-0,117
166	673	-0,401	0,161	-0,027	-0,318	-0,177
167	439	-0,016	0,274	0,677	-0,264	0,261
168	913	-0,598	0,149	-0,038	-0,335	-0,249

Setor Censitário	População - domicílios particulares permanentes	Iex. Autonomia de Renda	Iex. Desenvolvimento Humano	Iex. Qualidade Domiciliar	Iex. Equidade	Índice de Exclusão/ Inclusão Social
------------------	---	-------------------------	-----------------------------	---------------------------	---------------	-------------------------------------

Órfãs

169	1.063	-0,353	0,153	-0,216	-0,275	-0,209
170	636	-0,358	0,188	-0,025	-0,321	-0,156
171	695	-0,175	0,276	0,313	-0,251	0,063
172	523	-0,355	0,230	0,206	-0,450	-0,112
173	525	0,112	0,349	0,935	-0,350	0,407
174	570	-0,125	0,274	0,581	-0,319	0,160
175	453	0,175	0,588	0,882	-0,325	0,514
176	817	0,379	0,669	0,823	-0,276	0,621
177	525	0,490	0,528	0,862	-0,335	0,602
178	225	0,266	0,668	0,736	-0,247	0,554
179	524	0,324	0,594	0,826	-0,236	0,587
180	653	0,146	0,611	0,688	-0,263	0,460
181	650	0,338	0,586	0,759	-0,284	0,545
182	636	0,419	0,481	0,565	-0,199	0,493
183	840	0,023	0,517	0,369	-0,285	0,243
184	400	-0,870	-0,868	-0,716	-0,429	-0,873
185	979	-0,347	0,231	-0,074	-0,326	-0,156
186	327	-0,753	0,058	-0,466	-0,381	-0,467
187	413	-0,792	-0,282	-0,370	-0,357	-0,545

Boa Vista

188	1.072	-0,599	-0,072	-0,210	-0,253	-0,343
189	1.459	-0,444	0,066	-0,236	-0,249	-0,261
190	1.045	-0,296	0,182	0,084	-0,276	-0,093
191	1.338	-0,402	0,066	-0,231	-0,294	-0,261
192	776	-0,924	-0,670	-0,506	-0,503	-0,788
193	1.069	-0,193	0,144	0,436	-0,291	0,037
194	349	-0,865	-0,431	-0,354	-0,623	-0,688
195	510	0,097	0,479	-0,043	-0,164	0,144
196	760	0,155	0,384	0,000	-0,276	0,102
197	928	-0,473	0,037	-0,354	-0,203	-0,301
198	177	-0,271	0,140	-0,218	-0,255	-0,183
199	2.404	-0,517	0,020	-0,236	-0,251	-0,298
203	1.177	-0,415	0,078	-0,066	-0,298	-0,212
204	1.222	-0,630	0,013	-0,064	-0,349	-0,312
205	745	-0,492	0,214	-0,052	-0,278	-0,184
206	503	-0,496	0,194	-0,045	-0,333	-0,206
207	2.366	-0,662	0,026	-0,205	-0,315	-0,350

Neves

208	489	-0,699	0,237	-0,097	-0,355	-0,277
209	1.214	-0,394	0,199	-0,023	-0,308	-0,159
210	1.529	-0,404	0,131	-0,037	-0,355	-0,201
211	916	-0,169	0,273	0,914	-0,245	0,301

Setor Censitário	População - domicílios particulares permanentes	Iex. Autonomia de Renda	Iex. Desenvolvimento Humano	Iex. Qualidade Domiciliar	Iex. Equidade	Índice de Exclusão/ Inclusão Social
212	1.205	-0,257	0,341	0,484	-0,327	0,094
213	395	-0,890	-0,333	-0,362	-0,489	-0,628
214	1.176	-0,204	0,305	0,684	-0,305	0,187
215	1.021	-0,593	-0,052	-0,059	-0,515	-0,369
216	700	-0,475	0,103	0,240	-0,401	-0,161
217	1.091	0,038	0,508	0,260	-0,296	0,199
218	456	0,044	0,385	0,207	-0,302	0,130
219	997	0,551	0,736	0,536	-0,264	0,607
220	937	-0,579	-0,194	-0,087	-0,325	-0,359
221	397	-0,950	-0,769	-0,594	-0,530	-0,861
222	709	-0,393	0,032	-0,159	-0,310	-0,251
223	896	-0,385	0,062	0,922	-0,406	0,075
224	952	-0,573	0,012	0,950	-0,454	-0,020
225	875	-0,544	0,092	0,916	-0,538	-0,022
226	901	-0,267	0,264	0,837	-0,355	0,187
227	551	0,053	0,361	-0,011	-0,288	0,045

Cará-Cará

228	2.504	-0,473	0,197	-0,090	-0,266	-0,191
229	1.207	-0,668	0,063	-0,043	-0,309	-0,290
230	1.541	-0,720	-0,093	-0,423	-0,281	-0,459
231	1.755	-0,608	-0,022	-0,193	-0,288	-0,336
232	897	-0,409	0,223	0,895	-0,248	0,180
233	719	-0,605	0,046	-0,086	-0,288	-0,282
234	794	-0,854	-0,262	-0,125	-0,302	-0,467
235	4.218	-0,530	0,077	-0,207	-0,283	-0,285
236	732	-0,423	-0,089	-0,282	-0,408	-0,364
237	1.397	-0,485	0,129	-0,405	-0,249	-0,306
238	1.427	-0,611	0,008	-0,151	-0,265	-0,309
239	1.200	-0,392	0,042	0,084	-0,361	-0,190

Colônia Dona Luiza

240	988	-0,440	0,122	-0,251	-0,272	-0,255
241	1.388	-0,676	0,075	-0,207	-0,291	-0,333
242	467	-0,152	0,164	-0,020	-0,289	-0,090
243	902	-0,096	0,298	0,409	-0,314	0,116
244	1.239	-0,348	0,213	-0,214	-0,367	-0,217
245	501	-0,120	0,299	-0,191	-0,225	-0,072
246	1.181	-0,350	0,111	0,790	-0,271	0,109
247	1.098	-0,379	0,257	1,000	-0,266	0,238
248	1.097	-0,527	0,195	-0,040	-0,206	-0,175
249	1.306	-0,407	0,165	-0,020	-0,213	-0,144
250	806	-0,646	-0,147	-0,585	-0,348	-0,523
251	1.309	-0,594	0,052	-0,078	-0,425	-0,316
312	22	-1,000	-0,457	-0,621	-1,000	-0,932
322	83	-0,650	0,076	-0,339	0,000	-0,276

Setor Censitário	População - domicílios particulares permanentes	Iex. Autonomia de Renda	Iex. Desenvolvimento Humano	Iex. Qualidade Domiciliar	Iex. Equidade	Índice de Exclusão/ Inclusão Social
------------------	---	-------------------------	-----------------------------	---------------------------	---------------	-------------------------------------

Contorno

252	1.408	-0,329	0,178	-0,199	-0,310	-0,200
253	483	-0,309	0,203	0,996	-0,409	0,187
254	585	-0,250	0,191	0,814	-0,319	0,170
255	829	-0,241	0,189	0,669	-0,271	0,135
257	445	-0,792	-0,382	-0,571	-0,579	-0,704
258	538	-0,674	0,026	-0,005	-0,351	-0,304
259	806	-0,392	0,171	0,003	-0,281	-0,151
260	582	-0,221	0,212	0,732	-0,280	0,173
261	807	-0,151	0,261	0,836	-0,294	0,254
262	1.316	-0,051	0,228	0,628	-0,308	0,194
263	803	-0,279	0,123	0,308	-0,344	-0,058
264	717	0,025	0,304	0,908	-0,332	0,353
265	321	-0,242	0,138	-0,116	-0,359	-0,175
266	1.183	-0,648	-0,409	-0,290	-0,436	-0,540
267	443	-0,342	0,152	-0,061	-0,361	-0,185
268	1.573	-0,747	-0,363	-0,260	-0,440	-0,548
269	1.055	-0,592	0,037	-0,210	-0,409	-0,355
270	1.340	-0,541	0,029	-0,296	-0,372	-0,357
271	458	-0,308	0,059	-0,052	-0,402	-0,213
272	643	-0,638	-0,562	-0,211	-0,489	-0,575
273	887	0,233	0,473	0,799	-0,187	0,513
274	707	0,062	0,436	0,418	-0,282	0,247
275	392	0,022	0,385	0,988	-0,365	0,401
276	827	-0,190	0,223	0,858	-0,314	0,225
277	580	-0,040	0,397	0,788	-0,331	0,317
321	26	-0,857	-0,017	-0,449	0,000	-0,401

Chapada

278	955	-0,709	-0,404	-0,356	-0,433	-0,576
279	497	-0,822	-0,165	-0,446	-0,668	-0,636
280	784	-0,585	-0,310	-0,304	-0,514	-0,519
281	521	-0,600	-0,301	-0,324	-0,381	-0,486
282	614	-0,420	0,145	0,244	-0,334	-0,111
283	609	-0,748	-0,551	-0,459	-0,412	-0,657
284	182	-0,739	-0,348	-0,514	-0,152	-0,531
285	695	-0,521	-0,059	-0,112	-0,355	-0,317
286	963	-0,252	0,008	0,060	-0,294	-0,145
287	1.827	-0,776	-0,831	-0,339	-0,373	-0,702
288	1.847	-0,905	-0,504	-0,595	-0,454	-0,744
289	646	-0,459	-0,067	-0,262	-0,446	-0,374
290	929	-0,430	0,063	-0,294	-0,277	-0,284
291	749	-0,488	-0,120	-0,286	-0,396	-0,391
292	1.081	-0,614	-0,570	-0,170	-0,372	-0,523
293	1.097	-0,182	0,177	0,887	-0,243	0,249
294	706	-0,031	0,147	0,909	-0,223	0,312

Setor Censitário	População - domicílios particulares permanentes	Iex. Autonomia de Renda	Iex. Desenvolvimento Humano	Iex. Qualidade Domiciliar	Iex. Equidade	Índice de Exclusão/ Inclusão Social
295	492	-0,206	0,030	0,979	-0,281	0,203
302	408	-0,542	0,088	-0,097	-0,390	-0,285
303	714	-0,418	0,070	-0,271	-0,232	-0,258

Piriquitos

296	688	-0,500	-0,266	-0,305	-0,319	-0,421
297	360	-0,918	-1,000	-0,741	-0,644	-1,000
298	581	-0,471	-0,031	-0,271	-0,371	-0,346
299	1.275	-0,658	0,015	-0,333	-0,515	-0,451
300	256	-0,900	-0,730	-0,517	-0,712	-0,866
301	1.013	-0,319	0,030	-0,072	-0,299	-0,200
314	257	-0,889	-0,577	-0,503	-0,416	-0,722
315	1.109	-0,582	0,052	-0,053	-0,212	-0,241
316	300	-0,444	-0,355	-0,202	-0,275	-0,386
317	87	-0,615	0,179	-0,408	-0,450	-0,392
318	214	-0,778	-0,732	-0,720	-0,389	-0,793
319	481	-0,326	-0,151	-0,312	-0,265	-0,319
320	645	-0,548	-0,238	-0,307	-0,237	-0,403

Colônia Moema

304	832	-0,649	-0,683	-0,424	-0,320	-0,629
313	1.824	-0,690	-0,288	-0,370	-0,264	-0,488

Shangrilá

256	1.749	-0,730	-0,235	-0,101	-0,286	-0,409
323	0	-	-	-	-	-

Boqueirão

200	1.959	-0,681	-0,114	-0,349	-0,349	-0,452
201	314	-0,942	-0,641	-0,654	-0,641	-0,871
202	719	-0,707	-0,041	-0,363	-0,256	-0,414
305	14	-1,000	0,251	-1,000	-1,000	-0,832
306	101	-0,464	0,022	-0,948	-0,281	-0,506
307	83	-0,348	-0,153	-0,039	-0,342	-0,267
308	229	-0,661	0,012	-0,184	-0,071	-0,274
309	85	-1,000	-0,745	-0,753	-0,540	-0,920
310	118	-0,730	-0,324	-0,459	-0,407	-0,581
311	672	-0,458	0,090	-0,344	-0,154	-0,262
324	1.995	-0,690	0,035	-0,341	-0,292	-0,390
325	1.842	-0,795	0,056	-0,131	-0,320	-0,360